

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME XIX

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

19ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

Copyright© 2025 por Editora Conhecimento Livre

19ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2025

152 f.: il
DOI: 10.37423/2025.edcl1096
ISBN: 978-65-5367-658-9
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

https://doi.org/10.37423/2025.edcl1096

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

Dr. Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

Dra. Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

Dr. Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

MSc Carlos Eduardo De Oliveira Gontijo

Dr. Rodrigo Couto Santos

Dra. Milena Gaion Malosso

PHD Marcos Pereira Dos Santos

Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO
2025

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 6
O CAMINHAR DA JUSTIÇA CLIMÁTICA DENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL
Marcos Tavares de Arruda Filho
Pedro Roberto Jacobi
Pedro Henrique Campello Torres
DOI 10.37423/250309733

CAPÍTULO 2 18
ATUAÇÃO EFICAZ E VANTAGENS DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS – APAC – NA DIMINUIÇÃO DA CRISECARCERÁRIA NO BRASIL
Robério Vinícius Almeida Cruz
Bruna Eduarda Vieira de Farias
Ronaldo Alves Marinho da Silva
DOI 10.37423/250309734

CAPÍTULO 3 31
AS GÁRGULAS NAS CATEDRAIS GÓTICAS: MODELO PEDAGÓGICO DO IDEAL CRISTÃO NA SOCIEDADE MEDIEVAL
Camile Milena Cecilio Luna
Jaime Estevão dos Reis
DOI 10.37423/250309735

CAPÍTULO 4 39
QUALIDADE DOS SERVIÇOS E SATISFAÇÃO DOS CLIENTES: UM ESTUDO NA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO “REALIZANDO SONHOS”
Josivânia Lorena de Medeiros Lopes
Rivânia Rayane Dantas de Lima
Hudson do Vale de Oliveira
Andrea Kaliany da Costa Lima
Vera Lúcia Lopes de Oliveira
DOI 10.37423/250309751

CAPÍTULO 5 54
AS DIMENSÕES DA PERSONALIDADE EM JOVENS NA INTRODUÇÃO PARA A FASE ADULTA
BRUNA LETICIA DOS SANTOS PESSIN
FELIPE AUGUSTO PETRECA
GABRIELA DE OLIVEIRA FACCO
MARIANA DA SILVA SIMEÃO
GIOVANNA FERNANDA ALMEIDA SANTOS
DOI 10.37423/250309752

CAPÍTULO 6 62
MINHA CULTURA, MINHA IDENTIDADE NA ESCOLA MURA
Ana Mary Mello de Azevedo
DOI 10.37423/250309756

CAPÍTULO 7 85
OS IMPACTOS DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO NA REGIÃO DA IBIAPABA: UM ESTUDO DE CASO
Ismael Sousa Costa
Trícia Gardênia Guimarães da Luz
Nádia Alves Lima
DOI 10.37423/250309790

CAPÍTULO 8 100
VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES:REFLEXÕES ACERCA DA INCIDÊNCIA E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO
Paula Montenegro Euzébio
Melina Mara de Souza
Paolla Santini Magioni
DOI 10.37423/250309791

CAPÍTULO 9 123
AGEÍSMO NAS ORGANIZAÇÕES: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA
Cledinaldo Aparecido Dias
Ellen Thalita Fernandes Aguiar
Cassia Thais Alves Soares
Nívea Araújo Freitas
Thalita Peres Soares
Edneia Lopes da Silva
Maria Neiva Dias
Marcos Alves da Rocha
DOI 10.37423/250309821

CAPÍTULO 10 143
GLOBALIZAÇÃO: DIALOGISMO E CRONOTOPO NOS CAMPOS DA ECONOMIA, EDUCAÇÃO E CULTURA
ANDERSON LUIS VENANCIO
Talita Carvalho Guiraldelli Venancio
Marcelo Henrique Bastos
Renato Hollanda Silva
Lúcia Matias da Silva
Márcia Donizete Leite Oliveira
DOI 10.37423/250309841

Capítulo 1

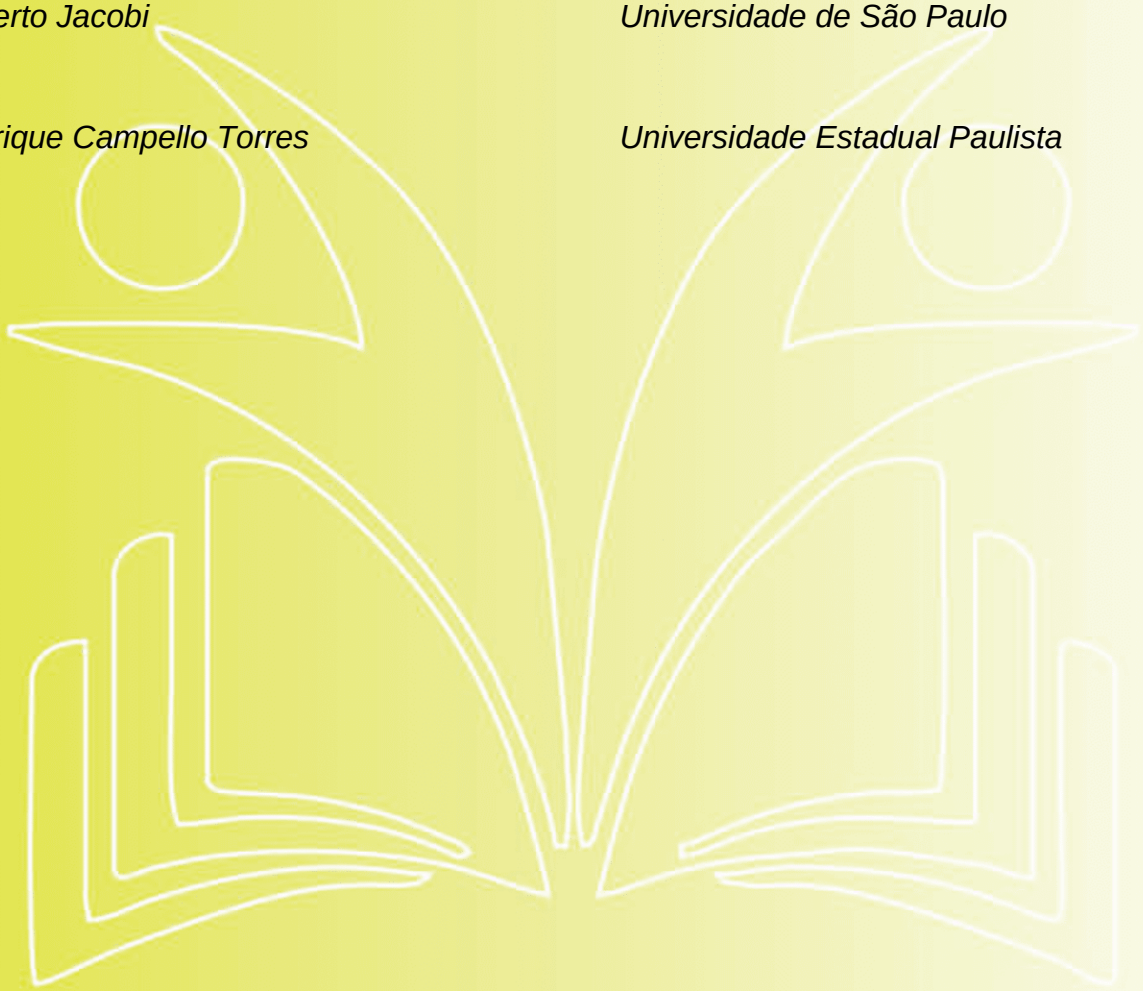
10.37423/250309733

O CAMINHAR DA JUSTIÇA CLIMÁTICA DENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL

Marcos Tavares de Arruda Filho — *Universidade de São Paulo*

Pedro Roberto Jacobi — *Universidade de São Paulo*

Pedro Henrique Campello Torres — *Universidade Estadual Paulista*



Resumo: Este trabalho tem por objetivo descrever a evolução da abordagem da justiça climática dentro de políticas públicas na cidade do Recife, Pernambuco, destacando o seu protagonismo no pioneirismo climático no Brasil. A cidade do Recife é a 16ª cidade mais vulnerável às mudanças climáticas do mundo, sendo a capital brasileira com maior risco. Como resposta a esta problemática, a criação de políticas públicas voltadas para a adaptação e mitigação climática vem se destacando em relação a esta temática no Brasil. Um levantamento bibliográfico sobre a temática analisada foi feito. Com o desequilíbrio no regime de precipitações, a cidade do Recife começa a sentir os impactos dos avanços do nível do mar no litoral. É possível identificar que as políticas voltadas para a temática do clima apresentam um quadro de evolução na cidade do Recife, fazendo-a se tornar um potencial pólo de justiça climática no Brasil.

Palavras-chave: justiça climática; Recife; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A cidade do Recife, localizada no estado de Pernambuco, Brasil, é a 16ª cidade mais vulnerável às mudanças climáticas do mundo, sendo a capital brasileira com maior risco de exposição a eventos climáticos extremos. As condições geográficas da cidade (altitude baixa, com pontos inferiores ao nível do mar, clima tropical úmido, com grande concentração de chuvas em um determinado período do ano) e geológicas (planície aluvial, região geomorfológica que é suscetível a alagamentos) agravam ainda mais os problemas de inundações e instabilidade climática na região.

Soma-se a isso as bacias hidrográficas dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejipió, juntamente com mais de 100 de seus afluentes (sendo eles canais, riachos, córregos, dentre outros) que desembocam no oceano Atlântico, ao qual boa parte do seu litoral está exposta aos avanços do nível do mar aumentados pelas mudanças climáticas globais.

Além de um relevo propício a problemas climáticos, Recife apresenta um planejamento urbano falho sobretudo para a construção de moradias de pessoas de baixa renda. Regiões de morros, áreas alagadiças e próximas a corpos d'água, e localidades com solos impróprios para construção, como áreas de mangue, são comumentemente utilizadas para construção de moradias por pessoas que não encontram alternativas habitacionais. Como destacado por Kashwan (2021), diferenças de renda e riqueza, raça, gênero, etnia, idade e identidades sexuais dentro dos países também contribuem significativamente para as injustiças climáticas.

O panorama atual de Recife eleva o risco ambiental da cidade e, face a eventos climáticos extremos, acaba por provocar destruição e mortes, sobretudo causadas por desequilíbrios no regime de chuvas e pelo avanço do mar na cidade.

Em maio de 2022 ocorreu a que foi considerada a maior tragédia climática dos últimos 50 anos da história de Pernambuco. Os impactos da concentração de chuvas levaram a mais de 120 óbitos na região metropolitana da cidade. Por outro lado, o mar avança anualmente 0,54 cm em direção ao continente na orla da cidade, de acordo com a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (REDE CLIMA, 2022). Essa é considerada uma das principais ameaças das mudanças climáticas à cidade.

Como resposta a esta problemática, a criação de políticas públicas voltadas para a adaptação e mitigação climática vem se destacando graças ao pioneirismo que a gestão municipal adotou em relação à temática no Brasil, quanto à inovação de inserção de abordagens como a da justiça climática

dentro de seus textos e do processo de tomada de decisão. A Análise de Riscos e Vulnerabilidade Climática, documento criado em 2020, alerta para setores e regiões da cidade onde os eventos climáticos serão, e já são, sentidos em maior escala. Mais recentemente, do mesmo ano, foi criado o Plano de Ação Climática da Cidade do Recife, o PLAC-Recife, que tem como um de seus três princípios-base a justiça climática.

Este trabalho tem por objetivo descrever a evolução da abordagem da justiça climática dentro de políticas públicas na cidade do Recife, Pernambuco, destacando o seu protagonismo no pioneirismo climático no Brasil. O texto se divide em três tópicos. Na metodologia é explicado como se deu o levantamento das informações utilizadas para a confecção do artigo. Em Resultados e Discussões, traz-se três subtópicos que sumarizam o percorrer da justiça climática na cidade: Recife e a Emergência Climática, que aborda a importância que a crise global do clima tem para a cidade, dada sua vulnerabilidade socioclimática; Políticas Públicas e o Protagonismo Climático de Recife, onde se mostra um histórico contextualizado da inserção da temática do clima na gestão pública de Recife, juntamente com o seu protagonismo em tratar do tema da justiça climática dentro de políticas públicas; e Plano de Ação Climática da Cidade do Recife, que aborda especificamente o plano climático da cidade que traz a justiça climática como um de seus princípios norteadores. Nas Considerações Finais tem-se um panorama geral da temática bem como uma prospecção dos próximos passos sobre o avançar da justiça climática na capital de Pernambuco.

METODOLOGIA

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Um levantamento bibliográfico sobre a temática analisada foi feito para a busca e atualização de informações registradas sobre a evolução da justiça climática em Recife. Para a busca de informações geográficas e populacionais sobre a cidade foram consultados os sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Prefeitura da Cidade do Recife. O site da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da cidade foi consultado para o levantamento de legislações e políticas públicas que tratassem da pauta do clima, bem como de informações relativas aos eventos climáticos extremos recentes ocorridos no município.

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Pernambuco (BDTD/UFPE) foi consultada para a busca de estudos que relacionassem a questão climática e social de Recife, bem

como do resgate histórico de uma forma geral. Informações sobre os desastres climáticos recentes foram extraídas de sites e portais jornalísticos da mídia local especializada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RECIFE E A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

A cidade do Recife foi considerada pelo Painel Intergovernamental para a Mudança Climática (IPCC, sigla em inglês) como a décima sexta cidade do mundo com maior vulnerabilidade a eventos ligados a questões climáticas. É a capital brasileira que ocupa a maior posição nesse ranking. Do ponto de vista das mudanças climáticas, os dois principais problemas que assolam a cidade são a concentração no regime de chuvas, causando inundações, desabamentos e mortes na população, e o avanço do nível do mar na costa recifense. De acordo com o PLAC-Recife (2020), os principais riscos críticos para a cidade são Inundações, Ondas de Calor, Seca metereológica, Deslizamentos e Doenças Transmissíveis e Aumento do Nível do Mar. Historicamente a cidade já passou, e ainda passa, por tais situações climáticas, tendo consequências diretas à população.

A geografia da cidade do Recife pode ser uma das possíveis explicações sobre o motivo de tal vulnerabilidade. Situada em uma planície aluvial, região geológica característica por ser muito plana, com pouca ou nenhuma altitude em relação ao nível do mar, e tendo uma bacia hidrográfica que comporta os rios Capibaribe, Tejipió e Beberibe e seus afluentes, Recife tem um território propício a inundações e formação de várzeas. Isso somado a um regime pluviométrico característico do clima tropical úmido, com pluviosidade de 2155mm (RECIFE, 2023) por ano, acaba por expor esse território a eventos climáticos extremos. Um estudo da World Weather Attribution, usando modelos climáticos com simuladores meteorológicos do tempo na região, indicou que houve um aumento de 20% no regime de chuvas na região Nordeste, sobretudo no estado de Pernambuco (WORLD WEATHER ATTRIBUTION, 2022), em decorrência do aumento de temperatura no planeta.

O mais recente evento climático ocorrido em Recife, em maio de 2022, foi considerado a maior tragédia climática dos últimos 50 anos da história de Pernambuco, as chuvas que afetaram a região metropolitana do Recife em maio de 2022 levaram mais de 120 pessoas a óbito. Os principais afetados foram os moradores de morros e encostas, regiões pobres da cidade. Apenas no bairro de Jardim Monte Verde, 25 pessoas morreram em um único desabamento de terra, sendo 11 vítimas de uma mesma família.

De acordo com Ribeiro et al. (2021), essas situações de desastre envolvem simultaneamente processos sociais e naturais que impactam a sociedade, sendo as ações antrópicas um dos fatores determinísticos, combinados com as condições climáticas, exigindo, portanto, atenção da defesa civil e de outras autoridades governamentais. As alterações no dinâmico sistema climático global determinam impactos a todos, indiscriminadamente. Contudo, como já vem sendo observado, a capacidade de resposta das populações não é igualitária. São justamente as populações mais vulneráveis aquelas que recebem os maiores impactos, determinando situações de Injustiça Ambiental e Injustiça Climática (ARMADA; VIEIRA, 2016).

Além da problemática com o desequilíbrio no regime de precipitações, a cidade do Recife começa a sentir os impactos dos avanços do nível do mar no litoral. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (2022), o mar avança 0,54 cm por ano desde a década de 1940. A faixa de areia de boa parte das praias urbanas da cidade já foi reduzida significativamente. A Análise de Riscos e Vulnerabilidade Climática, política pública elaborada para a avaliação geral de potenciais problemas futuros decorrentes da mudança climática na cidade, alerta para as construções feitas em área de orla e estuário como sendo de alto risco para os próximos anos (RECIFE, 2020).

O avanço do nível do mar em Recife põe em risco comunidades socioclimaticamente vulneráveis, como a de Brasília Teimosa, uma vez que estas se localizam diretamente expostas ao mar e à foz da bacia do rio Capibaribe que cortam a cidade, como o caso do Capibaribe. Em sua maioria, tais populações usam de construções populares, como palafitas, e retiram seu sustento direto do mar e das regiões estuarinas, comumente chamadas de maré. As cheias e a salinização das águas dos rios já são problemas recorrentes que começam a ser sentidos pelas populações mais pobres que habitam essa região.

O histórico de problemas relacionados ao clima, bem como a necessidade cada vez mais urgente de adotar medidas que previnem e/ou remediam os estragos causados por enchentes e desabamentos de morros, dentre outros problemas, na cidade fez com que a gestão pública de Recife levasse em conta a questão climática dentro de suas políticas públicas antes de outras cidades brasileiras. Recife despontou, então, no debate público nacional sobre mudanças do clima no nível municipal e assumiu um alinhamento com as tendências da temática em escala global.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROTAGONISMO CLIMÁTICO DE RECIFE

Uma das formas de combate à crise climática, no âmbito governamental, é a criação de políticas públicas voltadas à adaptação e mitigação das consequências da crise climática global. A mudança climática atraiu uma enorme atenção em todo o mundo e gerou uma grande atividade na forma de legislações, regulamentações, negociações diplomáticas, conferências internacionais e reuniões, mas até o momento, essa atividade rendeu muito pouco substancialmente. A maior parte da legislação e outras formas de ação governamental que ocorreram foram amplamente simbólicas (POSNER; WEISBACH, 2010).

Na realidade brasileira, a preocupação social com problemas ligados à pobreza e à desigualdade acaba afastando e excluindo a temática das mudanças climáticas de dentro do processo de tomada de decisão. Políticas públicas que tratem da justiça climática em seus textos são raras, assim como as que trabalham a mudança climática de uma forma geral. Comunidades socioclimaticamente vulneráveis acabam por ficarem desamparadas ante eventos como enchentes e ressacas oceânicas.

De acordo com Oliveira et al. (2021), é possível identificar que as políticas voltadas para a temática do clima apresentam um quadro de evolução na cidade do Recife, que a levou a uma posição de protagonismo na luta contra a emergência climática. Recife é a primeira cidade do Brasil a decretar emergência climática, em 2019. A cidade começa a tratar de questões voltadas ao clima em suas políticas públicas em 2009, com a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente, através da atualização da lei nº 16.047 de 2002, o primeiro documento a internalizar a questão climática em seu texto. Posteriormente, em 2013, há a criação do Comitê de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas do Recife, o CONCLIMA e do Grupo de Sustentabilidade e Mudanças Climáticas do Recife, o GECLIMA, graças ao decreto nº 27.343 de 2013 e há a realização do Primeiro Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa da cidade do Recife.

Em 2014 é lançada a Política de Sustentabilidade e Enfrentamento das Mudanças Climáticas do Recife, com a lei nº 18.011 de 2014, pelo então prefeito Geraldo Júlio, e, no ano seguinte, são criadas as primeiras metas de mitigação das emissões de Gases do Efeito Estufa para os anos de 2017 a 2020 (decreto nº 29.220 de 2015), baseadas nos resultados prévios do Inventário de Gases. Em 2016 foi lançado o Plano de Redução de Emissões de Gases do Efeito Estufa - Recife Sustentável e de Baixo Carbono e em 2018 foi lançado o projeto de lei que visava revisar o Plano Diretor da cidade a fim de trabalhar as temáticas de pegadas de carbono e mudanças climáticas em seu texto.

Em 2019 é lançada a Análise de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas e Estratégia de Adaptação do Município do Recife. Até então esta política era considerada o plano recifense de adaptação climática. Em 2020 foi lançado o Plano Local de Ação Climática do Recife (PLAC-Recife), documento que traz metas de adaptação para a cidade, em quatro eixos temáticos, e tem a justiça climática como um de seus princípios norteadores, juntamente com soluções baseadas na natureza e economia verde. De acordo com Oliveira et al. (2021),

> esse documento mostra, portanto, um planejamento de longo prazo da cidade para com a emergência climática e caracteriza não apenas o pioneirismo do governo municipal do Recife nesse tema, como a crescente complexidade dessa agenda direcionada à mudança climática, que vem ganhando reconhecimento nacional e internacional.

Trazendo um contraponto com outras capitais do Brasil, a cidade de Recife tem um histórico consolidado de preocupação com a questão climática. Cidades como Fortaleza e Recife apresentam forte integração das mudanças climáticas em suas agendas de governo, tendo a capital pernambucana protagonismo na emergência climática do nordeste e tendo uma política de atuação considerada bem sucedida para prevenção e adaptação climática (OLIVEIRA *et al*., 2021).

O PLAC-Recife vem despontando como pioneiro a trazer como um de seus norteadores a justiça climática e suas implicações sociais. Posteriormente ao seu lançamento outros planos de adaptação, como o da cidade de Salvador e Fortaleza, trouxeram a temática com mais força e protagonismo. Planos de ação como os de São Paulo e Rio citam a justiça climática de forma superficial, com pouco ou nenhum aprofundamento da questão ou relevância para o desenvolvimento das atividades futuras. É interessante perceber que, dentro de políticas públicas, a temática da justiça climática surge com força nas cidades do nordeste brasileiro, região que tem histórico de desigualdades sociais.

PLANO DE AÇÃO CLIMÁTICA DA CIDADE DO RECIFE

O Plano Local de Ação Climática da Cidade do Recife (PLAC-Recife) é um documento lançado em dezembro de 2020 que visa alinhar as estratégias da cidade do Recife no combate às mudanças climáticas aos compromissos assumidos com o Acordo de Paris. Seu foco está nas ações prioritárias para mitigar e adaptar aos efeitos da mudança do clima até 2050 e seu lançamento serviu como base para a construção de novas políticas públicas voltadas para essa problemática. As metas traçadas são de curto, médio e longo prazo para que a cidade possa desempenhar seu compromisso de responder aos desafios causados por esse fenômeno (ICLEI, 2020).

Sua concepção se deu através de cinco caminhos estratégicos para a busca da sustentabilidade: baixo carbono, resiliência, circularidade, equitativo e centrado nas pessoas e baseado na natureza. De acordo com o ICLEI - Governos pela Sustentabilidade (2020), a construção do Plano foi feita a partir da análise da ambição contida nas legislações vigentes, assim como de documentos e compromissos firmados pela cidade relacionados ao enfrentamento da mudança do clima e seus efeitos. O documento se baseia em três princípios principais: justiça climática, soluções baseadas na natureza e economia verde, tendo utilizado o conceito de JC trazido por Milanez et al. (2010) que diz que as políticas públicas, as estratégias de redução de risco e a construção de infraestrutura devem ser orientadas a partir de uma abordagem holística, preventiva, com base na participação social, no empoderamento das comunidades, na cooperação intersetorial e interinstitucional e na colaboração entre os setores públicos e privados.

Seu plano de ação está baseado em quatro eixos principais: Energia, Saneamento, Mobilidade e Resiliência. Dentre esses, apenas os três primeiros possuem monitoramento contínuo das metas pré-estabelecidas e, ainda assim, apenas uma das vinte ações propostas foi concluída. O eixo de Resiliência, no qual recaem a maior parte das questões sociais ligadas às consequências das mudanças climáticas, como promoção da educação para a sustentabilidade, requalificação urbana de áreas de risco climático e estratégias de adaptação para o avanço do nível do mar, não tem nenhum monitoramento.

O PLAC-Recife teve uma importância na introdução do termo justiça climática em políticas públicas brasileiras, por ser o primeiro plano de ação climática a trazer o conceito em seu texto, alçando-o à importância de norteador das ideias do projeto, além de fomentar o debate acerca da necessidade de se inserir a pauta social junto às consequências da emergência climática em curso. Embora sendo citado apenas de forma inicial, sem grandes aprofundamentos conceituais e aproveitamento da JC nas demais seções do plano, tal ação trouxe importância para esse debate fazendo com que planos subsequentes, como o de Salvador, abordassem a justiça climática de forma horizontal, cruzando com várias outras temáticas de interesse da população climaticamente vulnerável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A justiça climática vem se consolidando dentro de políticas públicas no Brasil, ainda que de forma silenciosa e pouco aproveitada. O debate dos imbróglios climáticos resultantes a populações de baixa renda e com forte vulnerabilidade social ainda é incipiente, tendo esta temática uma abordagem

muito ligada a uma visão tecnocrática. Cidades em que este debate encontra-se mais avançado, como no caso de Recife, permitem que essa pauta seja inserida, pouco a pouco, dentro do processo de tomada de decisões e construção de políticas públicas.

Recife apresenta um histórico de preocupação com a questão climática, dada a sua alta vulnerabilidade e sua geografia propícia a eventos climáticos extremos. O pioneirismo em trazer a justiça climática dentro do debate público fortalece o conceito dentro da região nordeste, servindo como base para futuros documentos do mesmo tema.

No entanto, políticas como o PLAC-Recife, mesmo tendo a justiça climática como um de seus princípios norteadores, ainda apresenta lacunas na proteção da população com alta vulnerabilidade socioclimática, sendo necessário um maior monitoramento de seu eixo de Resiliência.

REFERÊNCIAS

ARMADA, Charles Alexandre Souza; VIEIRA, Ricardo Stanziola. Governança Ambiental Global e Justiça Climática: perspectivas de uma efetiva governança global para a justiça ambiental e climática pós-acordo de Paris. In: CONGRESSO DO CONPEDI, 25., 2016, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Conpedi, 2016. p. 120-140.18 Disponível em: http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/02q8agmu/80s6f8i8/Lb4D40N7xLI390i3.pdf. Acesso em: 12 maio. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 02 fev. 2023.

ICLEI. Governos Locais Pela Sustentabilidade. Webinar de Apresentação do Plano Local de Ação Climática (PLAC) do Recife. 2020. Disponível em: https://americadosul.iclei.org/. Acesso em: 16 mar. 2023.

IPCC. AR6 Climate Change 2022: impacts, adaptation and vulnerability. Impacts, Adaptation and Vulnerability. 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-3/. Acesso em: 11 abr. 2022.

KASHWAN, P. Climate Justice in the Global North: An Introduction. Case Studies in the Environment, p. 1-13, 2021.

MILANEZ, B. FONSECA, I. F. da. (2010) Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil. IPEA. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5554/1/BRU_n4_justica.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

OLIVEIRA, Ana Beatriz do Nascimento; EHRLICH, Dora Cavalcanti; PALMEIRA, João Roberto Louza; BRESCIANI, Luis Paulo. O PROTAGONISMO DA CIDADE DO RECIFE DESTAQUES E DESAFIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICA, 8., 2021, Brasília. Anais [...] . Brasília: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2021. v. 1, p. 1-16. Disponível em: https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/179. Acesso em: 16 mar. 2023.

PERNAMBUCO, Repositório de Teses e Dissertações da Universidade Federal de. Repositório de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Pernambuco. 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/50. Acesso em: 16 fev. 2023.

PERNAMBUCO (Estado). Constituição (2020). Lei nº 1, de dezembro de 2020. Plano Local de Ação Climática da Cidade do Recife. 1. ed. Recife, PE, dez. 2020. v. 1, n. 1, p. 1-82. Disponível em: http://meioambiente.recife.pe.gov.br/sites/default/files/midia/arquivos/pagina-basic a/placrecife_acaoclimat.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

POSNER, Eric A.; WEISBACH, David. Climate Change Justice. Princeton: Princeton University Press, 2010. 231 p.

RECIFE, Prefeitura do. Prefeitura do Recife. 2023. Disponível em: https://www2.recife.pe.gov.br/. Acesso em: 16 fev. 2023.

RECIFE, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Cidade do. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. 2023. Disponível em: http://meioambiente.recife.pe.gov.br/. Acesso em: 16 fev. 2023.

REDE CLIMA. Mudanças Climáticas Globais no Brasil. 2022. Disponível em: http://redeclima.ccst.inpe.br/. Acesso em: 02 fev. 2023.

RIBEIRO, Marcos Samuel Matias *et al*. Intense Precipitation and Area of Risk: A Case Study of Mass Movement in the City of Natal, Brazil. Water, [*s. l.*], p. 1-20, 2021. DOI https://doi.org/10.3390/w13233346. Disponível em: https://www.mdpi.com/2073-4441/13/23/3346. Acesso em: 28 jan. 2022.

WORLD WEATHER ATTRIBUTION. Climate change increased heavy rainfall, hitting vulnerable communities in Eastern Northeast Brazil. 2022. Disponível em: https://www.worldweatherattribution.org/climate-change-increased-heavy-rainfall-hitt ing-vulnerable-communities-in-eastern-northeast-brazil/. Acesso em: 16 mar. 2023.

Capítulo 2

10.37423/250309734

ATUAÇÃO EFICAZ E VANTAGENS DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS – APAC – NA DIMINUIÇÃO DA CRISECARCERÁRIA NO BRASIL

Robério Vinícius Almeida Cruz — *UNIVERSIDADE TIRADENTES (UNIT)*

Bruna Eduarda Vieira de Farias — *Universidade Tiradentes (UNIT)*

Ronaldo Alves Marinho da Silva — *Universidade Tiradentes (UNIT)*

Resumo: O presente artigo trata do método APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – como uma política de execução penal de disciplina rígida, a qual exige o respeito entre todos, a ordem para uma boa convivência, o trabalho como função de ocupação das horas vagas, o envolvimento da família, dentre outras diretrizes, as quais buscam, em síntese, dignificar o infrator, exaurindo seu caráter criminoso e promovendo a sua ressocialização. Neste sentido, essa pesquisa tem como objetivo geral demonstrar a imperiosa atuação da APAC na diminuição da crise carcerária, e como específico, a manifestação de práticas efetivas que, através do referido método, reduzem a reincidência criminal, e concretizam a finalidade especial da pena. Para tanto, faz-se fundamental o uso da metodologia bibliográfica, de aspecto dedutivo, técnico e de caráter qualitativo, para expor, com base nos princípios da igualdade e dignidade da pessoa humana, a experiência bem sucedida da APAC como mecanismo de ressocialização, reinserção e de enfrentamento às crises que envolvem o cárcere no Brasil. Infere-se, ao fim do trabalho, que, o método em comento serve como solução para algumas das principais questões relacionadas ao estado das coisas inconstitucionais.

Palavras-Chaves: APAC; política criminal; segurança pública; sistema carcerário.

1. INTRODUÇÃO

A problemática do sistema penitenciário brasileiro envolve alguns fatores cruciais, a exemplo da falta de política de reintegração social da pessoa presa, das altas taxas de reincidência criminal e da superpopulação carcerária. Diante deste cenário temos uma experiência exitosa na reintegração social, com protagonismo da sociedade, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, que apresenta dados animadores de baixa reincidência, baixo custo e uma alternativa ao estado de coisas inconstitucional em que o sistema carcerário brasileiro se encontra. A APAC não veio para substituir o sistema público, mas como elemento integrador do processo de recuperação de parcela da sociedade que está em fase de execução da pena de prisão.

Na fase de recuperação dos infratores, a metodologia da associação apresenta como principais objetivos do método a socialização, recuperação e a profissionalização dos recuperandos, implicando na reintegração social após o cumprimento da sanção imposta. Este processo divide-se em duas etapas, sendo a primeira direcionada à adaptação em si e a seguinte voltada à integração do ser.

Com base nisso, destaca-se que a metodologia adotada pela APAC é uma exceção frente ao modelo de execução de pena do sistema carcerário tradicional do Brasil. Ademais, tem-se como característica essencial dessa associação: o fato de ser recebida como uma alternativa penal com foco na valorização humana, destacando seus resultados ressocializadores positivos junto ao expressivo baixo custo estatal.

Vale salientar, com fundamento no princípio da intervenção mínima, o qual orienta o poder de agir do Estado, o impulsionando a sair da inércia somente no momento oportuno, isto é, em "*ultima ratio*" (momento em que todos os outros meios de controle informal não forem suficientes para resolver a questão), que o sistema penitenciário é o método mais gravoso e intenso de controle penal social e, costumeiramente, gera prejuízos ao condenado, motivo pelo qual é utilizado em último caso. Constata-se que a mera reclusão tradicional não é capaz de presumir que haverá o controle social do indivíduo delinquente, já que não há eficácia comprovada sobre esse sistema que mantém os criminosos ociosos, multiplicando seus vícios, devido ao acesso escasso ao mínimo existencial.

Neste cenário, o presente trabalho visa apresentar a atuação positiva da APAC como método de execução penal totalmente alinhado com o que preconiza o ordenamento jurídico criminal brasileiro, demonstrando que a implementação desse mecanismo, como política pública, é um dos instrumentos eficazes no enfrentamento da crise carcerária do país. Para tanto, destaca-se o uso da metodologia

dedutiva e técnica de pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, para expor os princípios que norteiam a experiência que tange ao método e apresentar dados que fortalecem a disseminação deste no país.

2. CRISE CARCERÁRIA, CICLO DE VIOLÊNCIA E INEFICÁCIA DA GARANTIA À SEGURANÇA PÚBLICA

O estado de coisas inconstitucional foi reconhecido pelo STF e é fato notório no cenário brasileiro que, não obstante o país dispor de um marco regulatório referencial mundial, com recepção de tratados e convenções internacionais sobre o tema, o dilema está na pauta do dia. As propostas em pauta no Congresso têm mais apelo popular e de concepções que tangenciam um verdadeiro direito penal do inimigo, com mais penas, mais rigor carcerário e menos direitos, como a relativização ou supressão de garantias processuais (Salim, 2023).

O que temos no país são prisões com celas superlotadas, falta de saneamento básico, violência entre detentos e baixo grau de oportunidades. Neste cenário nefasto, constata-se que essa improdutiva estrutura do poder público, frente à problemática prisional, acaba por ocasionar um ciclo de violência intramuros, abusos de poder e reincidência criminal, somado a falta de uma política de preparação do cidadão encarcerado para o convívio social produtivo, o que amplia os índices de superlotação dos presídios e descumpre o direito constitucional à garantia da segurança pública.

Ademais, acerca da importância da efetividade das garantias fornecidas aos presos, Brito traz a seguinte reflexão:

> Quando o Estado-juiz determina a custódia de uma pessoa, surge a obrigação de fornecer a ela os elementos mínimos para a manutenção de suas necessidades diárias quanto à alimentação, vestuário, acomodação, ensino, profissionalização, religiosidade e quaisquer outras que não confrontem com a natureza da execução da pena. A reclusão somente poderá reeducar para a liberdade enquanto o modo de vida do recluso esteja prudentemente disposto para essa finalidade. (2019, p. 164)

O filósofo Michel Foucault prosperou em uma análise sobre a linha do tempo penal, analisando a pena como prevenção, punição e controle da criminalidade. Para o filósofo, a sociedade marginalizada está vulnerável à ilegalidade e, apesar de almejar a repressão e a disciplina, a sanção penal imposta ao infrator, por vezes colabora com a manutenção da criminalidade, ocasionando o estímulo ao crime (Vigiar e Punir, 2011).

O autor cita nesta obra que a atribuição de aplicar a sanção penal, ou seja, o poder de punir, é expresso por uma desvantagem da pena que deve ser superior à vantagem decorrente do crime. Em outra

análise, a sanção vinculada ao tipo penal representa o mínimo para o infrator condenado em sentença condenatória e o máximo para a sociedade vítima do fato delituoso e, como consequência, tal relação ocasionaria uma proporcionalidade da pena aplicada ao delito tipificado.

Com base nisso, Foucault aduz que a mera reclusão penal não apresenta eficácia, pois é ociosa e nociva, acreditando que os maiores problemas sociais ocorrem devido à sua realidade. Nesse sentido, ilustrou:

> Deveríamos então supor que a prisão e de uma maneira geral, sem dúvida, os castigos, não se destinam a suprimir as infrações; mas antes a distingui-las, a distribui-las, a utilizá-las; que visam, não tanto tornar dóceis os que estão prontos a transgredir as leis, mas que tendem a organizar as transgressões das leis numa tática geral das sujeições. A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não 'reprimiria' pura e simplesmente as ilegalidades; ela as 'diferenciaria'. (Foucault, Michel, 2000, p. 226-227)

Sobre efeito ao que foi expresso, Cezar Roberto Bitencourt (2001) evidenciou alguns dos fatores de índole material que resultam no favorecimento do encarceramento em massa, quais sejam, os relacionados à estrutura do cárcere, como a precariedade da higiene e a falta de tratamento psicológico. Além disso, fatores como abusos disciplinares, vingança carcerária e outros vinculados ao isolamento extremo do apenado impulsionam a delinquência, a qual impede a efetivação da reintegração e o retorno de um ser economicamente ativo para o estado. Tais resultados advindos da prisão tradicional culminam numa possível soltura com perspectiva delinquente, isto é, numa liberdade passível de ser sancionada novamente.

Somando-se ao exposto, evidencia-se que, caso o Poder Público continue adotando em alguns Estados a inércia e o retrocesso em garantias prisionais efetivas, a crise do sistema penitenciário brasileiro não irá mudar. Diante disso, resta salientar que, de acordo com o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, a taxa de ocupação dos presídios brasileiros é de 175%, considerado o total de 1.456 estabelecimentos penais no País e, na região Norte, por exemplo, os presídios recebem quase três vezes mais do que podem suportar (Secretaria de Comunicação Social, 2018).

Diante de todo o exposto, pode-se afirmar que a crise carcerária amplia o ciclo de violência, com retorno ao cárcere de pessoas que deveriam ter sido recuperadas, ampliada pela política de encarceramento em massa e ausência de ações do Estado para enfrentar as raízes do problema da criminalidade, com comprovada ineficácia da garantia à segurança pública.

3. VANTAGENS E EFICÁCIA DAS APAC'S NA REDUÇÃO DA PROBLEMÁTICA CARCERÁRIA BRASILEIRA E NA GARANTIA À SEGURANÇA PÚBLICA

Diante desse cenário indigno vivenciado pela pessoa encarcerada e da falta de uma ação articulada do Estado, surgiu há 52 anos um processo de ressocialização e reinserção social, hoje denominado APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. Esse método de execução penal humanizada inicia o seu tratamento identificando as pessoas condenadas como "recuperandos", sinalizando que estes estão em processo de recuperação social e, através da metodologia, eles aprendem a ser corresponsáveis por sua recuperação (Trindade, 2022).

O método APAC reafirma a humanidade da pessoa condenada, induzindo um processo de reinserção social dentro da execução penal. Essa política de execução penal que produz ressocialização é composta por doze elementos fundamentais, quais sejam: a participação da comunidade, o recuperando que ajuda o recuperado, o trabalho, a espiritualidade, a assistência à saúde, o curso para formação do recuperado, a assistência jurídica, o centro de reintegração social, o mérito e a jornada de libertação com Cristo (Santos, 2012).

Seguindo esses fundamentos que conduzem o método APAC, a pessoa encarcerada se reinventa e passa a ser entendida e se entender como sujeito de direitos que deve cumprir sua pena e pagar pelo seu erro com a expectativa de sair da prisão, com perspectiva de uma vida melhor, cumprindo as determinações da Lei de Execução Penal e a CF/1998, obtendo oportunidades fora da prisão (Santos, 2012).

Ademais, destaca-se sobre a APAC, o que determina o seu percursor, Mario Ottoboni:

> Em reuniões de cela, com a utilização de métodos psicopedagógicos e mediante palestras de valorização humana, será realizado grande esforço para fazer o recuperando dar-se conta da realidade na qual está vivendo, bem como conhecer os próprios anseios, projetos de vida, as causas que o levaram à criminalidade, enfim, tudo aquilo que possa contribuir para a recuperação de sua autoestima e da autoconfiança. (2014, p. 86)

Além dos efeitos internos positivos gerados ao recuperando, os quais fomentam a sua reinserção social, vale destacar:

> O custo de cada preso para o Estado corresponde a quatro salários-mínimos enquanto na APAC a um salário e meio;
>
> O índice nacional de pessoas que voltam a praticar crimes é, aproximadamente, de 85% e na APAC corresponde a 8,62%.

> A APAC não é remunerada para receber ou ajudar os condenados. Ela se mantém através de doações de pessoas físicas, jurídicas e entidades religiosas, de parcerias e convênios com o Poder Público, instituições educacionais e outras entidades, da captação de recursos junto a fundações, institutos e organizações não governamentais, bem como das contribuições de seus sócios. (Método APAC: sistematização de processos, 2016, n.p)

Somando-se as vantagens supracitadas, tem-se que esse método de política criminal evita o desperdício estatal em iniciativas sociais com resultados precários na garantia à segurança pública, uma vez que, segundo Mário Ottoboni, de acordo com a estatística confirmada pela PFI, o índice de reincidência nas APACs se manteve inferior a 5% (cinco por cento) durante mais de trinta e três anos (Ottoboni, 2014).

Segundo Weber (2017), "os dados colhidos no Estado de Minas Gerais, após a implementação das APACs, demonstram uma redução de 70% (setenta por cento) para aproximadamente 15% (quinze por cento) no índice de reincidência". A redução da violência, o aumento da ressocialização de detentos, a diminuição drástica da problemática penitenciária envolvendo a superlotação dos presídios, tudo, as APACs apresentam em suas vantagens.

4. FINALIDADE ESPECIAL DA PENA, CRIMINOLOGIA CRÍTICA E O MÉTODO APAC

No Brasil as penas inseridas dentro do sistema penal são espécies do gênero sanção e têm a finalidade retributiva e preventiva. Elas são aplicadas em momentos específicos de acordo com o caso concreto, almejando sempre a correção dos desequilíbrios da sociedade, com destaque ao não descumprimento da função de ressocialização. Ante ao exposto, destaca-se a teoria absoluta, tendo Kant (1993) e Hegel (2003) como os principais pensadores relacionados a esta, que versa sobre a sanção penal como retribuição ao injusto causado, isto é, uma punição direta de caráter retributivo da pena.

Diante desse contexto, vale salientar o que Claus Roxin em sua obra Derecho Penal – Parte general, entendeu:

> A teoria da retribuição não encontra o sentido da pena na perspectiva de algum fim socialmente útil, senão em que mediante a imposição de um mal merecidamente se retribui, equilibra e expia a culpabilidade do autor pelo fato cometido. Se fala aqui de uma teoria 'absoluta' porque para ela o fim da pena é independente, 'desvinculado' de seu efeito social. (Roxin, p. 81-82)

Para aprofundamento, vale ressaltar noutra perspectiva, a teoria relativa, a qual defende a ideia de que a pena foi criada e aplicada como forma de prevenção de crimes, subdividindo-se em prevenção geral, direcionada à sociedade e não a um criminoso específico, sendo sua acepção positiva

fomentadora do asseguramento da função integradora ou estabilizadora da pena, desenvolvendo a reinserção do infrator na consciência da sociedade. Por outro lado, em sua vertente negativa, defendida pelo filósofo alemão Ludwig Feuerbach, acredita na prevenção por constrangimento ou intimidação, onde uma vez aplicada ao infrator do delito, a pena serviria como um meio de coação psicológica, gerando reflexão em toda a sociedade, evitando a prática de crimes, devido a ciência das sanções possíveis.

Faz-se cristalino destacar que o Método APAC foca principalmente na finalidade vinculada à prevenção especial positiva da pena, efetivando a sanção penal sob um efeito ressocializador, o qual é imposto ao indivíduo delinquente, para que ao final do cumprimento da pena, este possa voltar ao mercado de trabalho, convivendo em sociedade e respeitando o bem-estar social, sem que seja taxado como um ser eternamente criminoso. Com base no exposto até aqui, resta notório que um dos principais objetivos dessa política de execução penal é a reeducação social do preso com foco no não cometimento de novas infrações.

Neste viés, Guilherme de Souza Nucci em sua obra Código Penal Comentado, 2015, entendeu:

> O caráter preventivo da pena desdobra-se em dois aspectos (geral e especial), que se subdividem (positivo e negativo): a) geral negativo: significando o poder intimidativo que ela representa a toda a sociedade, destinatária da norma penal; b) geral positivo: demonstrando e reafirmando a existência e eficiência do direito penal; c) especial negativo: significando a intimidação ao autor do delito para que não torne a agir do mesmo modo, recolhendo-o ao cárcere, quando necessário; d) especial positivo: que é a proposta de ressocialização do condenado, para que volte ao convívio social, quando finalizada a pena ou quando, por benefícios, a liberdade seja antecipada.

Em vista dos estudos penais apresentados, salienta-se que a metodologia de atuação do método APAC está direcionada à executar o criminoso e salvar o homem, baseando-se na valorização humana, oportunizando ao recuperando o privilégio de se arrepender e não voltar a criminalidade, sendo reintegrado, evitando a sua ociosidade e cumprindo o fim preventivo especial positivo da pena.

Não obstante ao que foi expresso, destaca-se que essa política de execução penal pode ser utilizada como forma de exaurir uma das pautas mais imperiosas que tange ao estado das coisas inconstitucionais, vide Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, a qual é manifestada pelos problemas relacionados à superlotação prisional e ao tratamento desumano. Essas questões, quando analisadas pelo público atraído por ideias do direito penal do inimigo, podem parecer insignificantes. Porém, são situações que geram consequências desastrosas para a vida daquele outro (preso) que está tentando ressignificar valores, ressocializar e ser reinserido. Uma das

implicações é o ofuscamento do futuro não reincidente dos que precisam se reeducar, os quais, pela falta de acesso ao mercado de trabalho e à educação básica, acabam tendo problemas que afetam tanto à sua vida, quanto à sociedade. Esta, prejudicada pelo distanciamento da possibilidade de se realizar o objetivo doutrinário da pena privativa de liberdade, qual seja, a ressocialização, para que ocorra a reintegração de perspectiva não delinquente de forma plena.

Para resolver essa problemática, a APAC executa sua metodologia sob a concepção de que o ser humano nasceu para viver em comunidade e por essa razão, para consolidar o propósito da sistemática, valoriza a existência humana e a capacidade de tratamento digno, optando por tratar todos os recuperandos pelos seus respectivos nomes, dando ênfase sempre a uma disciplina rígida, erguida com respeito e ordem. Em consequência do tratamento em favor dos infratores, o qual se distancia sobre o que se entende como regalias avulsas, tendo em vista que não se trata de vantagens ou benefícios e sim de instrumento ressocializador, as taxas de reincidência nas APACs são evidentemente inferiores às do sistema prisional tradicional (já demonstrado). Este, resume-se em punição e desrespeito, não demonstrando eficiência no processo de recuperação social do indivíduo preso, diferentemente da APAC, que se faz bem sucedida na redução da reincidência criminal e promoção da reintegração social.

Diante da criminalidade, a reincidência nunca deixou de ser um problema social. Portanto, resta caracterizado que compreender como funciona esse processo se torna imprescindível. Para tanto, acepções da criminologia crítica servem para elucidar o contexto em comento, já que esta, que também é conhecida como “criminologia radical” ou “nova criminologia” ou ainda “criminologia marxista”, estuda o delinquente e o processo de sanção penal defendendo que a solução para a problemática do crime depende da abolição da exploração econômica e da arbitrariedade política sobre as classes dominadas (Lucena, Isabelle, 2017). Esmiuçando:

> São tarefas complementares da política criminal alternativa da Criminologia Radical (a) conjugar os movimentos de presos com as lutas dos trabalhadores, (b) inverter a direção ideológica dos processos de formação da opinião pública pela intensificação da produção científica radical e a difusão de informações sobre a ideologia do controle social, (c) coordenar as lutas contra o uso capitalista do Estado e a organização capitalista do trabalho e (d) desenvolver o contra poder proletário. (Cirino, Juarez, 2008, p. 132)

Sobre efeito, infere-se que o fato do sistema tradicional carcerário ser entendido como uma “escola para o crime”, vez que a reintegração social proposta nele surte efeito limitado sobre a vida dos infratores, motivo pelo qual muitos voltam a delinquir, pode ser visto como um processo de posição social marginalizada "ad aeternum". Tal resolução é vislumbrada, vide criminologia crítica, pelas

desigualdades sociais e restrição de vontades sem perspectivas positivas de mudança vinculada à prisão comum e à natureza do capitalismo, as quais, em regra, corroboram para que o preso seja visto para sempre como delinquente sem chances de ressocialização, já que nessa, apesar de existirem ordenamentos jurídicos que deveriam solucionar esse problema, não lhe será oportunizado trabalho, estudo ou tratamento digno voltado à sua reeducação, apenas um menosprezo que um dia culminará em sua revolta após o cumprimento da pena privativa de liberdade e consequente retorno à sociedade.

Detalhando o supracitado, tem-se como exemplo o que está previsto de maneira formal e o que é demonstrado no plano material acerca da Lei n° 7.210/84, Lei de Execuções Penais (LEP) e das Regras de Mandela que o Brasil é signatário, as quais, respectivamente, versam o seguinte:

> Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
>
> Regra 15 As instalações sanitárias devem ser adequadas para possibilitar que todos os presos façam suas necessidades fisiológicas quando necessário e com higiene e decência.

Em vista do exposto, constata-se que não há uma efetivação sobre o que preconiza ambos os instrumentos jurídicos em suas referidas normativas, já que, segundo o especialista Gabriel Sampaio: "o sistema penitenciário precisa de medidas emergenciais para superar seus problemas crônicos, pois não tem conseguido resultados efetivos na ressocialização e reintegração das pessoas presas" (Agência Senado, 2024). Além disso, há um estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que demonstra que cerca de 62% das mortes que ocorrem no cárcere são ocasionadas por doenças que apresentam vínculos com a higiene, a exemplo da pneumonia (Jornal da Usp, 2023). Diante da incoerência existente sobre aquilo que está expresso na norma e o plano real/material, destaca-se a resolução manifestada no entendimento do jurista Rogério Greco (2006, p. 554), que assevera:

> O erro cometido pelo cidadão ao praticar um delito não permite que o Estado cometa outro, muito mais grave, de tratá-lo como um animal. Se uma das funções da pena é a ressocialização do condenado, certamente num regime cruel e desumano isso não acontecerá. As leis surgem e desaparecem com a mesma facilidade. Direitos são outorgados, mas não são cumpridos. **O Estado faz de conta que cumpre a lei, mas o preso, que sofre as consequências pela má administração, pela corrupção dos poderes públicos, pela ignorância da sociedade, sente-se cada vez mais revoltado, e a única coisa que pode pensar dentro daquele ambiente imundo, fétido, promíscuo, enfim, desumano, é um fugir e voltar a delinquir, já que a sociedade jamais o receberá com o fim de ajudá-lo**. (grifo nosso)

Diante deste cenário nefasto, infere-se que o método APAC pode contribuir significativamente para o desdobramento positivo das problemáticas que envolvem o sistema carcerário tradicional, assim como as que têm vínculo com o estado das coisas inconstitucionais, vide ADPF 347, quais sejam, a reversão do processo de hiperencarceramento e a diminuição da superlotação prisional. Tal conclusão pode ser vista segundo o que demonstra o Ministério Público Estadual da Bahia, o qual afirma que o índice de reincidência do sistema prisional comum é, em média, no Brasil, de 70% a 80%, enquanto o da APAC é de 13,9% (MPBA, 2024). Logo, é evidente que essa política de execução penal carrega impacto social, uma vez que serve para reinserção, ressocialização e minimização significativa da criminalidade. Além disso, esse mecanismo reforça a urgência para criação de políticas públicas que promovam a adoção deste modelo, visando humanizar a execução da sanção penal e consequentemente reduzir as taxas de violência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As APACs – Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – representam um instrumento de atuação positiva na redução do índice de reincidência criminal, aumento da ressocialização de detentos, diminuição da superlotação dos presídios e consequente melhoramento da problemática envolvendo a crise do sistema carcerário brasileiro.

Os resultados demonstraram que as APACs possuem foco na humanização da pena e na ressocialização dos infratores, sendo uma medida eficaz e viável para o sistema prisional tradicional. Evidenciou-se que as taxas de reincidência nas APACs são inferiores em comparação ao sistema prisional convencional, manifestando a força do método na redução da reincidência e na promoção de uma reintegração social de forma digna.

Constata-se que a adoção de uma política criminal sem garantias, a exemplo da adotada no chamado “direito penal do inimigo”, não contribui para a garantia à segurança pública contida na Carta Magna de 1988. O incentivo dessa prática acaba gerando um ciclo de violência e o ressurgimento de problemas carcerários que deveriam estar sanados. Diante disso, o método APAC serve como um meio eficaz para que o Estado consiga garantir a segurança pública.

Com base nisso, faz-se cristalino destacar que é necessário reforçar as políticas públicas que visem a promoção deste modelo, com o objetivo de dignificar e humanizar a execução da pena, como consequência disso, ocasionar a redução das taxas de reincidência no cárcere e facilitar a reintegração social dos detentos, moldados nos princípios da justiça e da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Especialistas apontam caminhos para recuperação do sistema carcerário. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/08/especialistas-apontam-caminhos-para-recuperacao-do-sistema-carcerario>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da pena de prisão: Causas e Alternativas, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2001, p. 199.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Ressocializar presos é mais barato que mantê-los em presídios. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/apac-onde-ressocializar-preso-custa-menos-que-nos-presidios/ , acesso em: 26 fev. 2025.

BRITO, Alexis de Couto. Execução Penal. 5. ed. Saraiva Educação, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Regras de Mandela: regras mínimas padrão das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: CNJ, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/a9426e51735a4d0d8501f06a4ba8b4de.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FERREIRA, Valdeci; OTTOBONI, Mário. Método APAC: sistematização de processos. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Programa Novos Rumos, 2016.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir, 39. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir, Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 226-227.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte Geral. 7. ed., Niterói: Impetus, 2006.

HEGEL, G. W. F. Princípios da filosofia do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JORNAL DA USP. Cerca de 62% das mortes em prisões brasileiras são causadas por doenças. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/cerca-de-62-das-mortes-em-prisoes-brasileiras-sao-causadas-por-doencas/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

KANT, E. Doutrina do direito. São Paulo: Ícone, 1993.

Lei nº. 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Brasília-DF: Senado, 1984. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 20 fev. 2025.

LUCENA, Isabelle. Canal Ciências Criminais. Criminologia Crítica: você já ouviu falar dela, mas sabe o que realmente significa?. 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/criminologia-critica-voce-ja-ouviu-falar-dela-mas-sabe-o-que-realmente-significa/422173096>. Acesso em: 20 fev. 2025.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Programa Novos Rumos: Iniciativas para humanização da pena. Disponível em:https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/hotsites/relatorio-de-gestao-2017/programa-novos-rumos.htm, acesso em: 26 fev. 2025.

OTTOBONI, Mário. Vamos matar o criminoso? Método APAC. São Paulo: Paulinas, 2014.

SALIM, Alexandre; AZEVEDO, André. Direito Penal: parte geral. 13. ed. São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.

SANTOS, Lucas Luiz da Silva. Sistema Prisional Brasileiro: problemas na ressocialização e superlotação. 2022. Curso de Direito, Faculdade de Inhumas, Goiás. Disponível em: http://65.108.49.104/bitstream/123456789/650/1/tcc%20lucas.pdf. Acesso em: 07 de agosto de 2024.

SANTOS, Luiz Carlos Rezende e. Da assistência – Os Artigos 10 e 11 da LEP: O Método APAC e seus Doze Elementos. In: SILVA, Jane Ribeiro. A execução penal à luz do método APAC. Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2012. P. 353.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Conselho Nacional do Ministério Público. SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: Taxa de ocupação dos presídios brasileiros é de 175%, mostra relatório dinâmico "Sistema Prisional em números". 2018. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/11314-taxa-de-ocupacao-dos-presidios-brasileiros-e-de-175-mostra-relatorio-dinamico-sistema-prisional-em-numeros#:~:text=Taxa%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20pres%C3%ADdios,Conselho%20Nacional%20do%20Minist%C3%A9rio%20P%C3%BAblico&text=Publicado%20em%2018%2F6%2F18%2C%20%C3%A0s%2012h21>. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA apud SILVA, Ronaldo Alves Marinho da; RAMOS, Brunna Suzart da Mata. APAC: Uma alternativa à inércia do estado frente à falência do sistema prisional. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - Sergipe, v. 4, n. 3, p. 13, 2018. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/4777/2759, acesso em: 26 fev. 2025

TRINDADE, Luara Primo; RAMOS, Christine Fonseca Arães. MÉTODO APAC - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS COMO ALTERNATIVA À CRISE PENITENCIÁRIA NO BRASIL. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 11, p. 2090–2106, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i11.7799. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7799. Acesso em: 05 de agosto de 2024.

WEBER, Shirlei Aguiar dos Santos. Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC: alternativa para recuperação do condenado no sistema prisional. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/177323/TCC%20APAC_Shirlei_Weber_vers%c3%a3o%20reposit%c3%b3rio.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

ROXIN, Claus. Derecho penal – Parte general, t. I, p. 81-82.

Capítulo 3

10.37423/250309735

AS GÁRGULAS NAS CATEDRAIS GÓTICAS: MODELO PEDAGÓGICO DO IDEAL CRISTÃO NA SOCIEDADE MEDIEVAL

Camile Milena Cecilio Luna — *Universidade Estadual de Maringá*

Jaime Estevão dos Reis — *Universidade Estadual de Maringá*



Resumo: O presente texto tem por objetivo discutir sobre um dos elementos ornamentais das catedrais góticas medievais, isto é, as gárgulas, e como, através deste estilo arquitetônico, a Igreja desenvolve um modelo pedagógico do ideal cristão em todo o Ocidente, condenando comportamentos considerados nocivos à religião. A partir do resgate da historicidade da expansão da cristandade e das cidades, se torna possível compreender a visão ocidental cristã e a influência de elementos e estilos arquitetônicos como componente pedagógico para a sociedade na Idade Média.

Palavras-chave: Catedrais; Gárgulas; Gótico.

1 INTRODUÇÃO

Nesse resumo expandido, apresentamos os resultados parciais da pesquisa ora em desenvolvimento na forma de Projeto de Iniciação Científica. Começaremos pela metodologia empregada, para o desenvolvimento dela, subsequentemente, apresentaremos uma discussão contextualizando o Ocidente medieval no momento que a Igreja assume o seu papel de líder da Cristandade, assim como a afirmação dos ditames da Igreja na vida dos indivíduos.

Em um segundo momento, apresentaremos os argumentos sobre as motivações que levaram à expansão comercial e urbana, culminando num amplo processo de construção de Catedrais, primeiramente, no estilo românico e, posteriormente, no gótico, disseminando em todo o Ocidente o ideal cristão e sua moralização, através de uma das suas ornamentações arquitetônicas, as gárgulas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Uma das fontes dessa pesquisa é a obra de Janeta Rebold Benton, “Holly terror: gargoyles on medieval buildings” (1997), que forma um compêndio de imagens de gárgulas das catedrais góticas medievais, fundamental para a compreensão das características das gárgulas.No que se refere a firmação da ideia de cristandade, protagonismo, e contexto, propomos um diálogo bibliográfico através das obras *A Civilização do Ocidente Medieval*, escrita por Jacques Le Goff (1995), que apresenta como as relações sociais eram apresentadas por viés religioso, assim como a obra de Robert Fossier, *La Edad Media 2. El despertar de Europa* (1988), ambas fundamentais para a compreensão da expansão da Igreja no Ocidente, e o entendimento de a sua força perante o homem medieval.

Jacques Rossiaud, *O citadino e a vida na cidade* (1989), e Georges Duby em *O tempo das catedrais* (1993) são algumas das referências utilizadas para discutirmos a expansão das cidades e como a cristandade amplia a sua presença tanto no campo como no meio citadino. Para a compreensão do estilo Românico e a transição ao Gótico, que marcam a passagem do século XII para o XIII, no Ocidente, utilizaremos a obra de Ernst Gombrich, além de outros autores que serão selecionados no decorrer da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do contexto de firmação da ideia de cristandade em fins do século X e início do século XI, a Igreja, como instituição, manteve o seu protagonismo desde a crise do Império Romano, e manteve

esse papel durante a definição do mosaico político do Ocidente do século XI, no qual assume o seu papel de líder da Cristandade.

O cristianismo impulsiona a sociedade e difunde a ideia de que ela estava dividida em três grupos, assim como interpretavam os teóricos da igreja. Como cita Jacques Le Goff, a sociedade é assim constituída por um "povo triplo": os sacerdotes, os guerreiros e os camponeses. Estas três categorias são distintas, complementares e cada uma delas necessita das outras (LE GOFF, 1995, p.9). Essa divisão, não por coincidência, é correlacionada no plano bíblico, aos, três filhos de Noé, e à Trindade Divina.

Esta crença permeia toda a sociedade e define as relações sociais a partir do viés religioso. A proliferação tanto de igrejas urbanas quanto rurais, entre os séculos VIII e XIII, se torna uma realidade, conforme esclarece Robert Fossier (1988).

No século XI, a afirmação da Cristandade e da sociedade das três ordens, modelo idealizado pela Igreja, insere-se, contextualmente, num quadro mais amplo, de formação das monarquias, de expansão das atividades no campo, expansão das cidades e desenvolvimento do comércio em todo o Ocidente.

É possível falar numa "revolução comercial" a partir do século XI, dado o crescimento demográfico, que gera, por sua vez, mão de obra abundante, processo acompanhado por inovações tecnológicas que proporcionam um volume de produção excedente. Sendo assim, Luís César Amad Costa e Leonel Itaussu Mello, afirmam que atividades como o artesanato e o comércio se desenvolveram nas cidades, impulsionando o renascimento desses locais (COSTA e MELLO, 2008, p. 175). Consequentemente o reflexo das mudanças econômicas dado a expansão das atividades do campo acaba se voltando as cidades. Para Le Goff é o desenvolvimento das cidades que estão ligados os progressos do comércio medieval (LE GOFF, 1982, p. 11).

Assim, o desenvolvimento urbano a partir do século XI na Europa Ocidental, foi marcado por um grande crescimento demográfico, que impulsionou a expansão das cidades e a construção de novas edificações. As igrejas acompanharam as mudanças e expandiram para todo o Ocidente. Conforme explica George Duby, instaura-se um verdadeiro "tempo das catedrais" (DUBY, 1993, p.141).

A arquitetura religiosa teve um papel fundamental, tanto na construção de novas igrejas como na reconstrução e ampliação das existentes. O espaço urbano na Idade Média centralizou os principais equipamentos materiais e simbólicos do sagrado, […] constituiu-se como paisagem e ambientação social fundamental para a proliferação das manifestações coletivas da espiritualidade cristã (SILVEIRA,

1998, p. 165-166). A Igreja Católica tornou-se uma instituição rica e centralizadora, respeitada por toda a Europa, portanto, ao longo dos séculos XII e XIII, a cidade passou a desempenhar um papel catalisador importante na vida social e espiritual da cristandade. (SILVEIRA, 1998, p.196).

O estilo arquitetônico Românico se desenvolve na Europa Ocidental desde o final do século X, e foi predominante durante os séculos XI e XII. Caracteriza-se por paredes espessas, abóbadas e arcos redondos. A Igreja, através do imaginário cristão aliado à arquitetura, propõe um sentido às características do estilo, ou seja, o ideal da religiosidade era conduzido pelos elementos da arquitetura. Segundo Ernst Gombrich (GOMBRICH, 1997, p. 113), a ideia de que, aqui na Terra, é tarefa da Igreja combater as forças das Trevas até que a hora do triunfo despontasse no dia do Juízo Final.

A difusão desse estilo arquitetônico tem uma estreita relação com as peregrinações no século XI e XII, sendo uma das principais manifestações do fervor religioso da época. As igrejas românicas eram repetidamente construídas em locais destacados, com o objetivo de passar a mensagem de monumentalidade, a arquitetura românica foi um reflexo da sociedade feudal e da Igreja, e refletiu a ideologia da época através das suas características e intencionalidades. Georges Duby, aponta que as novas catedrais nasceram numa sociedade cujo ideal de santidade continuaria ainda a ser, por algum tempo, monástico (DUBY, 1979 p. 121).

No século XII, surge um novo estilo arquitetônico concomitante ao estilo Românico, conhecido como, Gótico. As descobertas arquitetônicas da época românica vão permitir o desenvolvimento da arquitetura gótica. Com isso, é preciso entender a passagem de um estilo a outro, visto que implica em transformações religiosas e mentais da sociedade medieval. Com as inovações que o estilo Gótico apresentou, as construções de grandes catedrais passaram a expressar toda a ideologia de uma sociedade através da arquitetura, pondo fim na exterioridade de fortificações, e dando origem a Catedrais que simbolizam o magnífico contato com o divino.

Caracterizadas por um estilo mais leve, e com inovações técnicas que permitiam elevá-las ao céu, as novas igrejas apresentavam aberturas que infiltravam os interiores com a luz divina. As catedrais góticas definem o cenário urbano a partir do século XII:

> Foi aquele um tempo, enfim, que a luz e a esperança pareceram abranger tudo. Uma época em que os europeus foram capazes de construir uma das mais iluminadas criações artísticas da humanidade: a catedral Gótica (CORRAL, 2012, p. 2, tradução nossa)[1].

O estilo gótico desenvolveu técnicas inovadoras, dentre elas, destacam-se as gárgulas. De acordo Michael Camille, o termo gárgulas aparece pela primeira vez em um documento de 1295 em que cita uma “construção de pedras que são chamadas de Gárgulas” (CAMILLE, 1997, p.110).

As razões para a execução das gárgulas na arquitetura das catedrais góticas, fundamenta-se em duas principais aplicações: uma de caráter técnico, como elemento arquitetônico que projeta a água dos telhados para longe da edificação; outra, como ornamentos que não apenas decoram as catedrais, mas transmitem uma forma de advertência pedagógica aos cristãos.

As catedrais góticas, de certo modo, permitiam aos cristãos vivenciar a imagem do céu na terra, por meio dos seus elementos construtivos. As igrejas como monumentos, apontavam o caminho para a salvação. Os clérigos, obviamente, eram os seus interlocutores.

De acordo com Fulcanelli:

> Pela abundante floração dos seus ornamentos, pela variedade dos temas e das cenas que a enfeitam, a catedral aparece como uma enciclopédia muito completa e variada, ora ingénua, ora nobre, sempre viva, de todos os conhecimentos medievais. Estas esfinges de pedra são assim educadoras, iniciadoras, em primeiro lugar (FULCANELLI, apud CORRAL,1964).

As gárgulas medievais apresentam subdivisões temáticas e são classificadas de acordo com as suas representações. Janeta Rebold Benton, as divide em: gárgulas de figuras humanas, de animais e de monstros, as chamadas *mirabilia* (BENTON, 1997). Para Georges Duby, a arte das catedrais góticas tornou-se, em toda a cristandade, o instrumento, talvez, o mais eficaz, da repressão católica. Isto é, a Igreja enquanto instituição, se utiliza de um monumento, as catedrais góticas, como forma de manter a sociedade sob controle. (DUBY, 1979, p. 136).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta primeira fase da pesquisa procuramos mostrar a conexão entre a afirmação da cristandade, o desenvolvimento das cidades e a arquitetura das catedrais românicas e góticas, bem como a interação entre a Igreja, a sociedade e a arquitetura no Ocidente medieval.

Torna-se evidente como a Igreja assumiu o papel de líder da Cristandade e como isso influenciou na estruturação da sociedade medieval, ademais, aponta como a proliferação de igrejas urbanas e rurais desempenhou um papel fundamental na disseminação da mensagem cristã e no protagonismo do poder da Igreja.

O mapeamento das referências bibliográficas e a escolha das temáticas nos possibilitou apresentar a arquitetura das catedrais, primeiro no estilo românico e depois no gótico, a partir das gárgulas, elementos arquitetônicos peculiares, que desenvolvem papel duplo: funcional e simbólico que transmitiam mensagens pedagógicas e de controle social, reforçando o papel da Igreja na vida das pessoas.

Na continuidade da pesquisa, procuraremos demonstrar as complexas relações entre a religião, a arquitetura e a sociedade na Idade Média, por intermédio da análise de imagens das gárgulas e seu papel moralizador no contexto da Cristandade.

REFERÊNCIAS

LE GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval. Estampa, 1995.

FOSSIER, Robert. La Edad Media 2. El despertar de Europa 950-1250. Crítica, 1988.

COSTA, Luís César Amad e MELLO, Leonel Itaussu A. História Geral e do Brasil: da Pré-História ao Século XXI. São Paulo: Scipione, 2008

ROSSIAUD, Jacques. "O citadino e a vida na cidade". In: Le Goff, Jacques Corg.) O homem medieval. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

DUBY, Georges. O tempo das catedrais: a arte e a sociedade, (980-1420), Lisboa, Estampa, 1993.

SILVEIRA, E. Ávila. Urbanismo e religiosidade na Idade Média. Estudos Ibero-Americanos, *[S. l.]*, v. 24, n. 1, p. 165–180, 1998. DOI: 10.15448/1980-864X.1998.1.28213. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/28213. Acesso em: 30 jul. 2023.

BARRAL I ALTET, Xavier. O Mundo Romântico - Cidades, Catedrais e Mosteiros. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FULCANELLI. O mistério das catedrais. Lisboa: Edições 70, 2005.

CORRAL, José Luis. El enigma de las catedrales. Barcelona: Planeta, 2012.

CAMILLE, Michael. Images on the Edges: the margins on medieval art, 1992

GOMBRICH, Ernst Hans; TORROELLA, Rafael Santos; SETÓ, Javier. Historia del arte. Nueva York: Phaidon, 1997.

Capítulo 4

10.37423/250309751

QUALIDADE DOS SERVIÇOS E SATISFAÇÃO DOS CLIENTES: UM ESTUDO NA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO “REALIZANDO SONHOS”

Josivânia Lorena de Medeiros Lopes
Graduada em Administração pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Rivânia Rayane Dantas de Lima
Técnica Administrativa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Hudson do Vale de Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) / Campus Boa Vista Zona Oeste

Andrea Kaliany da Costa Lima
Professora do Departamento de Administração da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Vera Lúcia Lopes de Oliveira
Professora do Departamento de Administração da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Resumo: Dia a dia vivenciamos a lei da oferta e da procura. Assim, conforme aumenta a procura por determinado produto e/ou serviço, tende, por exemplo, a aumentar o surgimento de empresas no segmento procurado. Nessa perspectiva, percebeu-se ao longo dos anos um aumento na procura pelo segmento do turismo, aumentando consideravelmente o número de agências e empreendedores informais. Diante disso, surge a questão: qual a percepção da qualidade dos serviços e a satisfação dos clientes da agência de turismo “realizando sonhos”, localizada na cidade de Mossoró/RN? Na pretensão de responder a essa pergunta, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a qualidade dos serviços prestados pela empresa de turismo “realizando sonhos”, bem como o nível de satisfação dos seus clientes. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem mista, ou seja, quantitativa e qualitativa. A coleta de dados foi realizada pelo *Google Forms*. Os resultados mostram à empresa um acervo de informações fundamentais para o aperfeiçoamento dos seus serviços. Os seus clientes avaliaram a empresa com relação a cinco dimensões da qualidade, a saber: tangibilidade, confiabilidade, responsividade, segurança e empatia. Essas dimensões, na percepção dos clientes, apresentaram 59%, 63%, 77%, 72% e 72%, respectivamente, de clientes totalmente satisfeitos com a qualidade dos serviços.

Palavras-chaves: Fidelização de Clientes; *Marketing;* Viagens.

1 INTRODUÇÃO

A lei da oferta e da procura é uma realidade presente no dia a dia das empresas, independente do segmento de atuação. Assim, conforme a demanda por um determinado produto, ou serviço, aumenta, também tende a crescer o número de empresas que passam a atuar no segmento que apresenta tal crescimento. Na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, o turismo experimentou um aumento significativo no que se refere ao número de agências e de empreendedores informais, o que aumentou a competitividade do mercado.

Diante dessa concorrência acirrada, as empresas precisaram buscar constantemente formas de melhorar a qualidade do atendimento, da ambientação e dos serviços oferecidos para atender às necessidades e às expectativas dos seus clientes. No entanto, nos últimos anos, o setor turístico foi duramente impactado pela pandemia do novo coronavírus. Dessa forma, com o fechamento de fronteiras, o cancelamento de voos e a remarcação de viagens, os clientes passaram a ser cada vez mais disputados por diversas empresas que foram prejudicadas e precisaram se reinventar, sobretudo para se manter no mercado.

Nesse contexto, as empresas passaram a oferecer pacotes com preços mais baixos, com data de validade indeterminada, além de utilizar estratégias de promoções e investir bastante nas redes sociais e na divulgação de seus serviços. A partir daí, construir um relacionamento de confiança e satisfação com o cliente tornou-se ainda mais essencial para fidelizá-lo à empresa.

Em um mercado onde a concorrência é forte, principalmente com o setor em crise, o poder de barganha do cliente é elevado, obrigando que as empresas prestem um serviço cada vez mais aperfeiçoado, prestando bastante atenção em quais são os seus pontos fortes e, principalmente, os seus pontos fracos na perspectiva de aperfeiçoá-los. Assim, surge a pergunta desse estudo: qual a percepção da qualidade dos serviços e satisfação dos clientes da agência de turismo “realizando sonhos”, localizada na cidade de Mossoró-RN?

Diante da superação e do crescimento do setor do turismo, no pós-pandemia, e à luz do questionamento realizado anteriormente, esse estudo tem como objetivo geral: analisar a qualidade dos serviços e a satisfação dos clientes da agência de turismo “realizando sonhos”, na cidade de Mossoró-RN. Para tanto, definiu-se como objetivos específicos: a) traçar o perfil dos clientes da empresa “realizando sonhos”; b) verificar o nível de satisfação dos clientes da empresa de turismo

“realizando sonhos”; e c) verificar as sugestões de melhorias relatadas por clientes que adquirem os serviços da empresa.

Destaca-se que perceber a visão dos clientes quanto a qualidade dos serviços, assim como o seu grau de satisfação, pode proporcionar à empresa uma ferramenta fundamental para um direcionamento de suas ações estratégicas, inclusive como uma forma de conquistar e fidelizar os seus clientes.

Portanto, este estudo pode proporcionar à empresa compreender a percepção de seus clientes quanto a qualidade dos/nos serviços a partir de questões tangíveis, ou seja, sobre as acomodações físicas da empresa, funcionários, fatores de confiabilidade, responsividade, segurança, assim como a empatia necessária aos funcionários de qualquer empresa.

A empresa estudada foi fundada em 15 de setembro de 2019, na cidade de Mossoró-RN, e possui características de uma empresa familiar, atuando em dois segmentos: organização própria de pacotes de viagens e vendas de pacotes de operadoras, com o retorno de comissão. Ademais, ela utiliza as redes sociais para prospecção de clientes e para a venda de seus serviços.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. QUALIDADE DO SERVIÇO EM AGÊNCIA DE TURISMO

Segundo Parasuraman, Zeithaml e Berry (1985), qualidade nos serviços é definida como “a diferença percebida entre as expectativas do cliente e a percepção do desempenho do serviço”. Ou seja, a qualidade dos serviços está diretamente ligada à satisfação dos clientes, que avaliam o serviço recebido a partir de suas expectativas. Já Hoffman e Bateson (2003) citam cinco dimensões para definir o que é qualidade nos serviços, que são elas: tangibilidade, confiabilidade, atendimento, empatia e segurança, explicitadas a seguir:

> I. Tangíveis: se refere a coisas que o cliente pode ver, tocar, etc., capacidade de uma empresa, equipamentos, instalações físicas, funcionários e os materiais relacionados com o serviço;
>
> II. Confiabilidade: demonstra a coerência e confiança que o desempenho do serviço de uma empresa inspira, isto é, para o cliente, a probabilidade que a empresa irá entregar o serviço com qualidade;
>
> III. Atendimento: quanto mais rápido, quanto maior a prontidão, esses aspectos demonstram que a empresa tem o compromisso de conceder seus serviços ao cliente;
>
> IV. Empatia: a empresa deve ter a sensibilidade de se colocar na pele do seu cliente, isto é, ter empatia pelos mesmos.

> V. Segurança: essa dimensão avalia a competência de uma empresa, isto é, se a empresa tem segurança no que faz, também se refere a segurança tangível, ou seja, se as operações serão seguras para o cliente, etc.

A qualidade é algo que se demonstra através do tempo e dos históricos de serviços. As empresas que atuam no setor turístico devem ficar atentas no sentido de oferecer um serviço que possa transmitir qualidade, à luz das dimensões mencionadas, por exemplo, assim como trazer satisfação aos clientes por meio dos serviços executados.

2.2. SATISFAÇÃO DOS CLIENTES

A satisfação do cliente é um dos principais objetivos de qualquer empresa que busca sucesso e crescimento no mercado. Segundo Kotler e Armstrong (2018), a satisfação do cliente é um estado de espírito positivo resultante da comparação entre as expectativas do cliente e as suas percepções do desempenho do produto ou serviço.

Segundo Deming (1990), a qualidade deve ser vista como uma filosofia de negócios que busca atender às necessidades dos clientes de forma consistente e contínua. Para isso, a empresa deve ter um processo de produção eficiente e um sistema de gestão da qualidade eficaz. Ademais, é fundamental que a empresa entenda as necessidades e as expectativas dos clientes para poder fornecer um produto, ou serviço, de qualidade que atenda a essas, refletindo-se, portanto, na sua satisfação e, consequentemente, na sua fidelização.

Outro fator importante a ser considerado na busca pela satisfação dos clientes é a personalização do atendimento. Segundo Pine e Gilmore (1999), a personalização do serviço é uma estratégia que consiste em criar uma experiência única para cada cliente, levando em conta as suas características e preferências. Isso pode ser alcançado por meio do uso de tecnologias que permitem coletar informações sobre o cliente e criar um histórico de suas interações com a empresa, possibilitando a oferta de serviços e de produtos sob medida para cada cliente.

Segundo Kotler e Armstrong (2018), a empresa deve estar sempre atenta às mudanças no mercado e nas necessidades e expectativas dos clientes, para poder adaptar seus produtos e serviços de acordo com essas mudanças, inclusive porque essa postura denota a preocupação da empresa não só em estar sempre atenada, mas também sensibilidade em relação aos seus clientes.

A fidelização do cliente é um dos principais objetivos de qualquer empresa. Segundo Reichheld e Sasser (1990), essa fidelização é um processo que envolve a criação de um relacionamento duradouro e rentável com o cliente. Para isso, é necessário que a empresa tenha um atendimento excepcional e

mantenha um diálogo constante com o cliente para entender as suas necessidades e expectativas. A fidelização do cliente resulta em um aumento da receita e na redução dos custos de aquisição de novos clientes, tornando-o ainda mais lucrativo para a empresa.

2.3. FERRAMENTAS SERVQUAL E SERVPERF

O SERVQUAL é uma técnica muito útil para ajudar as empresas a entender os seus clientes e avaliar a qualidade do serviço oferecido, com base nas expectativas e na satisfação dos clientes. Adaptável às necessidades de cada empresa, o SERVQUAL é dividido em cinco dimensões: confiabilidade, responsabilidade, segurança, empatia e tangibilidade.

Segundo Fitzsimmons e Fitzsimmons (2010), a ferramenta SERVQUAL foi criada para ser usada em diferentes tipos de serviços, e sua principal função é identificar tendências na qualidade do serviço por meio de pesquisas regulares com os clientes. Com base nos dados gerados pela pesquisa, o gestor pode planejar ações para corrigir pontos fracos e equiparar a qualidade dos serviços prestados aos concorrentes. Além disso, a análise dos dados permite à organização alinhar os seus pontos críticos e criar um plano de gestão para lidar com as situações adversas, com o objetivo de superar a concorrência.

A ferramenta SERVPERF, por sua vez, é uma extensão do modelo SERVQUAL, com o objetivo de medir a qualidade percebida pelos clientes em serviços prestados. A principal diferença entre os modelos é que o SERVPERF se concentra na avaliação do desempenho real do serviço, enquanto o SERVQUAL compara a percepção do cliente com as suas expectativas.

De acordo com Cronin e Taylor (1992), o SERVPERF tem como principais vantagens a simplicidade de aplicação, a facilidade de análise dos resultados e a capacidade de avaliar a qualidade dos serviços em diferentes contextos. A ferramenta é composta por um conjunto de perguntas que avaliam a qualidade percebida em diferentes dimensões do serviço, como a confiabilidade, a empatia e a tangibilidade.

2.4. COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Segundo Sheth *et al.* (2001), estudar o comportamento do consumidor é entender os clientes, saber que produtos eles necessitam, como eles os compram, como os pagam e qual sua experiência com eles, se é boa, se é ruim, etc. Todas essas perguntas fazem com que a empresa crie um perfil do tipo de cliente, que leva a empresa a proporcionar os melhores serviços e produtos de acordo com esse

perfil, possibilitando, desse modo, agregar maior valor para o produto ao cliente certo, ou seja, àquele que necessita mais daquele produto.

Para Kotler e Armstrong (1999), as compras do consumidor são bastante influenciadas pelas suas características culturais, sociais, pessoais e psicológicas, que são descritas a seguir:

> **Fatores culturais**: a cultura é a influência que mais determina os desejos e necessidades do comportamento de uma pessoa, comportamento esse que é aprendido ao viver em sociedade com valores de base, percepções, desejos e comportamento de seus familiares e outras instituições que estão no seu meio;
>
> **Fatores sociais**: o comportamento dos seres humanos é influenciado por fatores sociais, como por exemplo, um grupo o qual faz parte ou pretende fazer parte, família, papéis sociais e também status;
>
> **Fatores pessoais**: características pessoais, como idade, etapa da vida, emprego, classe social, personalidade, etc. também influenciam nas decisões de um consumidor;
>
> **Fatores psicológicos**: as escolhas do consumidor também são influenciadas por fatores psicológicos como motivação, percepção, aprendizado, crenças e atitudes. (Grifos nossos).

Portanto, é preciso atender o cliente da melhor maneira possível e, para que isso aconteça, é necessário que entendamos o comportamento do consumidor, assim como as suas necessidades e ações que o levam (levaram) a tomar certas atitudes.

3 METODOLOGIA

A pesquisa buscou analisar a qualidade dos serviços e identificar o nível de satisfação dos clientes da empresa de turismo “realizando sonhos” – nome fictício utilizado, mantendo-se, dessa forma, o sigilo quanto ao nome da empresa participante do estudo. Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa.

Na pesquisa exploratória, o intuito foi o de conhecer e se familiarizar com o objetivo principal do trabalho, pesquisando informações que contenham as características principais do tema a ser estudado, incluindo o seu campo de trabalho e a definição dos resultados das suas manifestações (Severino, 2007).

A pesquisa descritiva aborda as principais características da população inserida na pesquisa. Para a sua implantação, se faz necessário o uso dos instrumentos para obter dados, como o uso de questionários (Gil, 2002).

No que se refere às abordagens quantitativa e qualitativa, Creswell (2014) afirma que a diferença fundamental entre as duas está no tipo de dados que são coletados e na forma como estes são

analisados. Na abordagem quantitativa, os dados são coletados de forma sistemática e objetiva, com o intuito de testar hipóteses e generalizar os resultados para uma população maior. Já na abordagem qualitativa, os dados são coletados de forma mais flexível e subjetiva, com o objetivo de compreender a complexidade e a diversidade dos fenômenos sociais.

Na presente pesquisa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário, sendo este elaborado no *Google Forms* e encaminhado para todos os clientes cadastrados da empresa, por meio do aplicativo *WhatsApp*, ou seja, um total de 119 (cento e dezenove) clientes. Destes, foram recebidas 31 (trinta e uma) respostas, compreendendo, portanto, 26% da população de clientes da empresa. O questionário, elaborado com base nas ferramentas SERVQUAL e SERVPERF, visando a coleta de dados para avaliar a satisfação dos clientes em relação à qualidade dos serviços prestados, foi dividido em três partes.

A primeira parte continha 6 (seis) questões sobre o perfil dos respondentes; a segunda parte continha 22 (vinte e duas) questões objetivas para que os clientes avaliassem os serviços prestados pela empresa com base em sua percepção, utilizando uma escala *Likert* de 1 a 5, indicando seu grau de satisfação ou insatisfação, sendo: 1- totalmente insatisfeito, 2- insatisfeito, 3- indiferente, 4- satisfeito e 5- totalmente satisfeito. A terceira parte continha 4 (quatro) perguntas subjetivas para identificar quais os serviços que os clientes mais utilizavam, se estavam satisfeitos e se indicariam a empresa a outras pessoas, assim como para apontar quais os pontos positivos e negativos que percebiam na empresa, além de dar sugestões de melhoria.

Para o tratamento dos dados utilizou-se a estatística descritiva e, para uma melhor compreensão e interpretação, os resultados foram apresentados por meio de gráficos. Nas questões subjetivas foram consideradas a originalidade das falas, mostrando as percepções dos clientes sobre a qualidade e a satisfação com os serviços prestados pela empresa.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1. ANÁLISE DO PERFIL DOS RESPONDENTES

No que se refere ao perfil dos clientes da empresa, foi questionado sobre gênero, idade, nível de escolaridade, renda familiar, cidade em que residem e motivo de procurarem a agência pela primeira vez.

Acerca do gênero, constatou-se que 77,4% são mulheres, enquanto os homens ocupam 22,6%. Com base nesses percentuais e dada a caracterização da empresa, entende-se que não necessariamente o público feminino é maior do que o público masculino, tendo em vista que a empresa tem como uma de suas características a oferta de viagens em família, nas quais, em sua maioria, contempla casais de sexos opostos. De qualquer forma, os percentuais apresentados apontam para uma tendência direcionada à demanda que a empresa possui em poder criar estratégias para atrair o público masculino.

Em relação à faixa etária, identificou-se que os intervalos entre 36 a 50 anos e mais de 50 anos correspondem a maioria dos clientes da empresa “realizando sonhos”. Este dado, portanto, contribui para que a empresa estabeleça metas e estratégias mais específicas para este público. Quanto ao nível de escolaridade, 51,6% possuem ensino superior, 35,5% possuem ensino médio, 3,2% ensino fundamental e 9,7% responderam outros. Esta informação permite ao agente identificar qual tipo de linguagem poderá ser utilizada de acordo com cada cliente.

Quanto à renda familiar, foi possível detectar que a grande maioria dos clientes possui uma renda entre 2 e 4 salários mínimos, informação importante, uma vez que pode proporcionar à empresa avaliar os seus pacotes, *marketing*, descontos e atividades turísticas para alcançar outros clientes de diferentes rendas. Dos respondentes, 97% mencionaram que residem na cidade de Mossoró-RN, o que demonstra que a empresa não está abrangendo uma grande região, para além das fronteiras do município. Esse resultado pode está relacionado, principalmente, pela característica da empresa em ser de pequeno porte, uma MEI, mas também demonstra uma oportunidade de crescimento de vendas de pacotes de viagens, sobretudo de forma digital.

Acerca da motivação dos clientes em procurarem a agência de turismo pela primeira vez, pouco mais de 50% responderam “viagem”, o que significa que a empresa não possui uma imagem bem estabelecida na mente de seus clientes, pois nenhuma característica se sobressaiu, o que denota que a empresa pode se posicionar mais para obter uma imagem específica, de acordo com a visão que a empresa tem de si para o futuro.

4.2. ANÁLISE DAS DIMENSÕES DE QUALIDADE NOS SERVIÇOS

Ao serem questionados sobre a dimensão tangibilidade, 58,71% falaram que estão totalmente satisfeitos e 36,77% satisfeitos; além disso, 2,58% informaram que estão totalmente insatisfeito, 0,65% insatisfeito e 1,29% se dizem indiferente (Gráfico 1). Embora o índice de insatisfação seja

pequeno é importante a empresa ficar atenta a este aspecto, especialmente no sentido de promover melhorias que possam, se não eliminar, reduzir estes percentuais de insatisfação. Isso pode ocorrer, inclusive, buscando ouvir as percepções desses clientes que se mostram insatisfeitos, de forma a identificar possíveis falhas da empresa.

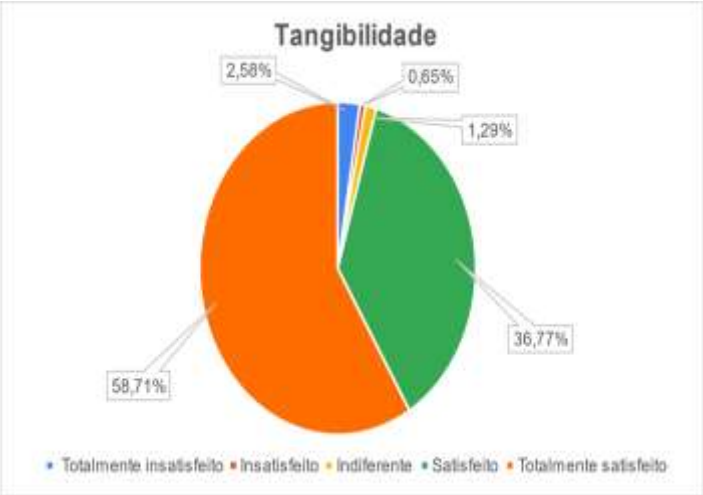


Gráfico 1: Tangibilidade.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Uma forma de melhorar a tangibilidade do serviço é oferecer opções personalizadas e diferenciadas aos clientes, como a possibilidade de customizar o serviço de acordo com as suas necessidades e preferências. Isso pode incluir, por exemplo, desde a oferta de pacotes exclusivos até a disponibilização de produtos ou serviços complementares que agreguem valor ao serviço principal. Além disso, a empresa pode investir em tecnologia para melhorar a experiência do cliente, como a oferta de um aplicativo para facilitar o acesso aos serviços e a utilização de equipamentos modernos e eficientes.

O Gráfico 2 revela que a maioria dos clientes está totalmente satisfeita com a confiabilidade da empresa, totalizando 63,23% dos respondentes. Essa é uma informação importante, já que a confiabilidade é um aspecto fundamental para a fidelização dos clientes. Por outro lado, 29,03% dos respondentes estão apenas satisfeitos, podendo ser um alvo para a empresa aprimorar ainda mais seus serviços e suas estratégias de comunicação para garantir que seus clientes tenham uma experiência ainda mais positiva. Além disso, os 3,87% de clientes indiferentes também merecem atenção, pois podem estar propensos a experimentar a concorrência.



Gráfico 2: Confiabilidade.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Para melhorar a confiabilidade no serviço, é importante investir em treinamentos para os funcionários, aprimorar os processos de atendimento aos clientes e manter uma comunicação clara e transparente com o público. Ademais, é fundamental buscar o *feedback* dos clientes e utilizar essas informações para aprimorar os processos e serviços oferecidos.

O Gráfico 3 apresenta a avaliação dos clientes em relação à dimensão de responsividade dos serviços prestados pela empresa.

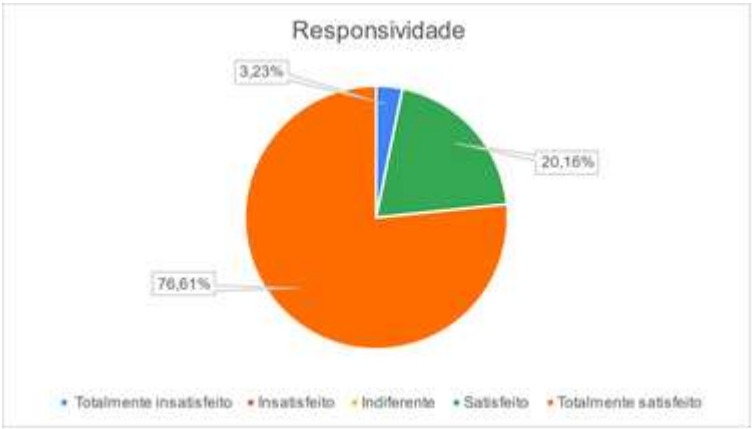


Gráfico 3: Responsividade.

Fonte: Dados da Pesquisa.

A grande maioria dos clientes (76,61%) declarou estar totalmente satisfeita com a responsividade e 3,23% dos clientes se declararam totalmente insatisfeitos. Para melhorar este índice, é fundamental que a empresa mantenha uma equipe de atendimento ao cliente eficiente e treinada, capaz de responder com agilidade e clareza às demandas dos clientes. Adicionalmente, é importante que a

empresa invista em tecnologia e sistemas de informação que permitam uma comunicação mais ágil e eficaz com os clientes, como redes sociais e aplicativos de mensagens.

O Gráfico 4 trata da dimensão de segurança, ou seja, se refere a competência e ao conhecimento que os funcionários demonstram ter para que gerem a confiança de seus clientes. Assim, 71,77% dos clientes se declararam totalmente satisfeitos, 24,19% satisfeitos e 3,23% totalmente insatisfeitos.

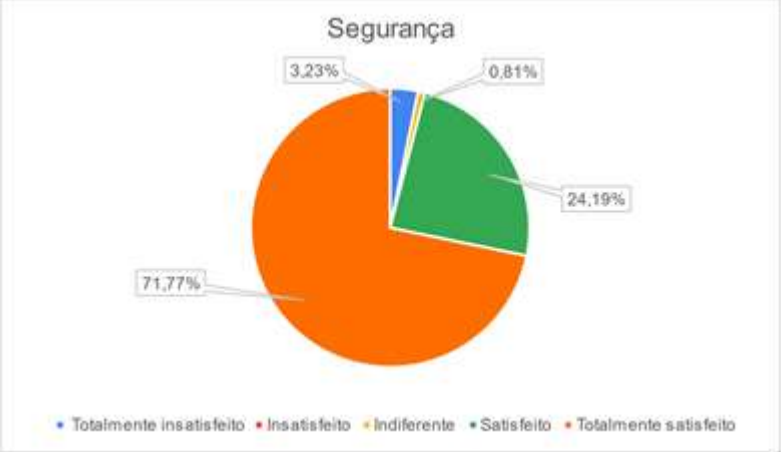


Gráfico 4: Segurança.

Fonte: Dados da Pesquisa.

O conhecimento dos atendentes é um fator fundamental na prestação de um bom serviço ao cliente, pois influencia diretamente na percepção de qualidade e na satisfação dos consumidores. Para melhorar a dimensão de conhecimento dos atendentes, é importante investir em treinamentos e capacitações, para que eles possam adquirir e aprimorar os seus conhecimentos sobre os produtos e serviços da empresa.

O Gráfico 5 mede o nível de empatia no atendimento, que está relacionado com o fornecimento de atenção personalizada e cuidado pela empresa em relação aos clientes.

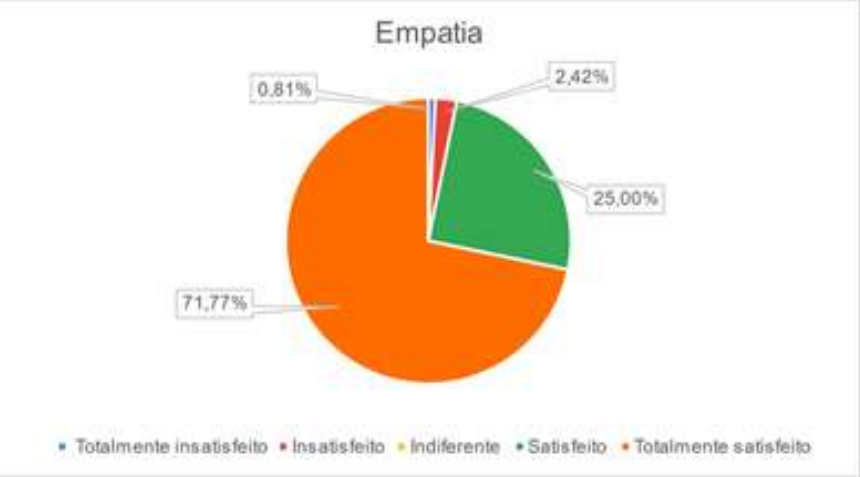


Gráfico 5: Empatia.

Fonte: Dados da pesquisa.

Verificou-se que a grande maioria dos respondentes, ou seja, 71,77%, se declarou totalmente satisfeita, sendo um resultado bastante positivo, indicando que, possivelmente, a empresa está fazendo um bom trabalho em fornecer um atendimento personalizado e de qualidade. Ressalta-se que é importante considerar os 25% dos clientes que se declararam apenas satisfeitos e buscar maneiras de melhorar o atendimento para que esses clientes se tornem totalmente satisfeitos.

4.3. ANÁLISE DAS QUESTÕES SUBJETIVAS

Na terceira parte do questionário foram realizadas questões abertas, com o objetivo de deixar os participantes da pesquisa livres para opinar e expressar as suas percepções, ou seja, uma forma de receber sugestões que possam ser avaliadas e, se possível, implantadas pela empresa. Nesse sentido, dentre as questões do questionário, pontuaremos duas.

Na primeira questão foi perguntado se o cliente estava satisfeito e se indicaria a agência “realizando sonhos” para outras pessoas (sendo necessário, inclusive, justificar a sua resposta). Nas respostas obtidas foi possível perceber que 96,8% indicariam a empresa e 3,2% não opinaram. Quanto aos motivos, constatou-se que os respondentes indicariam a empresa pelas seguintes razões: atendimento, devido a confiança e pela satisfação / empatia.

Na segunda questão foi solicitado que os clientes sugerissem melhorias para que a agência “realizando sonhos” possa atingir o mais alto nível de qualidade de serviços para os seus clientes. Nessa perspectiva, foram apontadas sugestões como: incluir pacotes de turismo religioso, ofertar promoções, adotar preços mais acessíveis, entre outras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que a maioria dos clientes está satisfeita com a qualidade dos serviços oferecidos pela empresa, principalmente nos aspectos de tangibilidade, confiabilidade, responsividade, segurança e empatia no atendimento. Em todas essas dimensões, mais de 60% dos clientes se declararam totalmente satisfeitos, o que é um bom indicador da qualidade do serviço oferecido.

No entanto, verificou-se que também há um pequeno percentual de clientes que se declararam insatisfeitos ou indiferentes em algumas dimensões, o que indica que a empresa deve focar em melhorias nessas áreas para garantir a satisfação de todos os clientes.

Em suma, pode-se considerar que os objetivos propostos nesta pesquisa foram atingidos e a análise das dimensões da qualidade dos serviços e a satisfação na visão dos clientes da empresa “realizando sonhos” evidenciou que a empresa está no caminho certo em relação à qualidade do serviço oferecido, mas ainda há espaço para melhorias em algumas áreas. Nesse sentido, investir na melhoria da tangibilidade, confiabilidade, responsividade, segurança e empatia no atendimento pode contribuir significativamente para a satisfação dos clientes e para o sucesso da empresa a longo prazo.

A empresa deve se atentar para a questão da divulgação de seu *portfólio*, dando uma maior atenção para o *marketing* da agência com o intuito de divulgar todos os seus produtos e serviços, principalmente para esses clientes com os quais já se estabelece um relacionamento.

Ademais, ressalta-se que esse estudo feito na empresa “realizando sonhos” pode contribuir com futuras pesquisas que visam, por exemplo, identificar e analisar o nível de satisfação do cliente com os serviços que são prestados por determinada empresa. Assim, para estudos futuros, sugere-se a expansão da pesquisa em outros setores do turismo.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, J. W. Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4th ed., Los Angeles: SAGE, 2014.

CRONIN, J. J.; TAYLOR, S. A. Measuring service quality: a reexamination and extension. Journalof Marketing, v. 56, n. 3, p. 55-68, 1992.

DEMING, W. E. Qualidade: a revolução da administração. Rio de Janeiro: Marques- Saraiva, 1990.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. Porto Alegre: Bookman, 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2002.

HOFFMAN, K. D.; BATESON, J. E. G. Princípios de Marketing de Serviços: conceitos, estratégias e casos. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de Marketing. 16. ed. São Paulo: Pearson, 2018.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de marketing. 7.ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos S.A., 1999.

PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, V. A.; BERRY, L. L. A conceptual model of service quality and its implications for future research. Journal of Marketing, v. 49, n. 4, p. 41- 50, 1985.

PINE, B. J.; GILMORE, J. H. The experience economy: work is theatre & every business a stage Harvard Business Press, 1999.

REICHHELD, F.; SASSER, W. E. Zero defections: quality comes to services. Harvard Business Review, v. 68, n. 5, p. 105-111, 1990.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23ª ed. rev. e atual – São Paulo: Cortez, 2007.

SHETH, J. N.; MITTAL, B. I.; NEWMAN, B. Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2001.

Capítulo 5

10.37423/250309752

AS DIMENSÕES DA PERSONALIDADE EM JOVENS NA INTRODUÇÃO PARA A FASE ADULTA

BRUNA LETICIA DOS SANTOS PESSIN — *UNIVERSIDADE CESUMAR - UniCesumar*

FELIPE AUGUSTO PETRECA — *Centro Universitário Integrado*

GABRIELA DE OLIVEIRA FACCO — *Centro Universitário Integrado*

MARIANA DA SILVA SIMEÃO — *Centro Universitário Integrado*

GIOVANNA FERNANDA ALMEIDA SANTOS — *Centro Universitário Integrado*

INTRODUÇÃO

A personalidade é compreendida de diversas formas a partir das diferentes abordagens teóricas da psicologia. Neste trabalho, apresentaremos de forma específica a abordagem Fenomenológico-Existencial, que aborda questões relacionadas ao contexto social onde o sujeito se desenvolve, considerando-o como um ser mutável e que tem seus projetos baseados nas suas vivências. Nesse cenário, realiza escolhas sobre si e o mundo, e é responsável por elas, o que se caracteriza como uma situação geradora de angústia, que pode ser negada pela má-fé, atitude pela qual o sujeito busca meios de negar sua liberdade, de forma a responsabilizar pessoas ou situações por suas escolhas.

É inegável a influência das relações interpessoais sobre as escolhas do sujeito, e neste campo, a personalidade é entendida como um fenômeno em constante mudança, que determina a relação que o sujeito tem com o mundo e com o Outro. Portanto, a personalidade transcende o sujeito, pois aparece em todas as ações do sujeito, exteriorizadas por suas escolhas.

Para a realização da presente pesquisa, serão dissertadas sobre as questões de como o sujeito se constitui, constrói sua personalidade, e define seus projetos por meio das diversas influências que o transpassa e das experiências que adquirem no mundo. Portanto, este resumo apresentará sobre a construção da personalidade em jovens na introdução para a vida adulta. A abordagem existencialista será utilizada para compor as dimensões e particularidades que percorrem este processo. O objetivo é analisar as particularidades da construção da personalidade para esses sujeitos específicos. Sendo assim, introduziremos os conceitos de projeto e temporalidade, justificando a importância de identificar e contextualizar a formação da personalidade, em específico nesta fase da vida do indivíduo.

MÉTODO

O método utilizado neste resumo refere-se a uma revisão bibliográfica de artigos relacionados ao tema que será abordado. Isto é, às dimensões da personalidade para o jovem adulto, relacionado à construção do ser, à mediação do outro e às diversas influências que refletem nele, as quais contribuem para o entendimento e elaboração da personalidade. Sendo assim, selecionamos os materiais visando compreender um pouco sobre as possíveis transformações que as vivências e as escolhas do jovem adulto podem causar na personalidade. Os artigos utilizados para fundamentar esta revisão trazem autores como Vieira Junior, Ardans-Bonifacino e Roso; Spohr; Borges e Magalhães; e Perdigão, articulados ainda aos conceitos e as teorias enfatizadas por Jean-Paul Sartre, para que seja

possível a compreensão e a relação dos temas citados anteriormente que influenciam na dimensão da personalidade em jovens na introdução para a fase adulta.

REVISÃO DE LITERATURA

Para que seja possível compreender a complexidade da personalidade na dimensão do sujeito jovem adulto, é necessário retomarmos que os indivíduos são seres singulares e são compreendidos a partir da relação que estabelecem com o mundo. Essa compreensão é imprescindível, uma vez que, pelo conceito de intencionalidade, compreende-se que a consciência só existe em relação, portanto, é por meio dela que nos constituímos e construímos nossa personalidade.

Essa relação estabelecida entre a consciência e os fenômenos do mundo pode ser compreendida a partir dos conceitos de Ser Em-si e Ser Para-si. O primeiro, segundo Sartre (2014), apud Vieira Junior, Ardans-Bonifacino e Roso (2016, p. 121)

> diz respeito ao ser dos objetos, é plenitude, escapando da temporalidade e esgotando em si mesmo. Assim, não estabelece relações e nega qualquer trânsito, ou um vir-a-ser, pois o ser-em-si jamais será possível ou impossível, ele simplesmente é o que é.

Já o Para-si se caracteriza pela

> busca a si mesmo. É a consciência que se lança no mundo através da intencionalidade, conceito que representa a característica da consciência existir sempre em relação, sempre em busca do ser e da completude do em-si (VIEIRA JUNIOR; ARDANS-BONIFACINO; ROSO, 2016, p. 121).

Por só existir em relação, o sujeito é também um ser-para-outro, conceito que representa as relações interpessoais que o sujeito estabelece ao longo de sua existência. A relação com o outro, marcada pelo conflito, corresponde a uma influência e objetificação mútua que impacta no desenvolvimento da personalidade, que vai se construindo de forma contínua e por meio da mediação do outro. Torna-se válido ressaltar que quando discutimos sobre indivíduos que estão passando para a fase adulta, compreendemos que o ser é inserido em uma comunidade específica, constituídos dentro de uma família que tem costumes próprios, valores e ideais, onde tais circunstâncias ajudaram o indivíduo a se caracterizar. “Isso significa dizer que o ser humano realiza uma apropriação particular da realidade coletiva que o cerca, a qual ele mesmo contribui para construir” (VIEIRA JUNIOR; ARDANS-BONIFACINO; ROSO, 2016, p.124).

A faixa etária que abordamos é um momento complexo da vida, em que em alguns casos, os jovens saem da casa dos pais, buscam uma formação profissional, emprego, independência e estabilidade

financeira. É um momento marcado por escolhas que apontam para o exercício da liberdade. Esse "sujeito é livre para construir-se a partir de suas escolhas diante das possibilidades que o meio lhe dispõe" (VIEIRA JUNIOR; ARDANS-BONIFACINO; ROSO, 2016, p. 122). O meio a que o autor se refere, delimitado as possibilidades de o indivíduo se lançar ao mundo.

> O uso do termo "lançamento" se justifica pelo fato de sua saída ser o resultado de um longo processo de "deixar partir" gradualmente, desde a infância, passando para a adolescência e chegando ao momento em que o jovem já está se tornando adulto – quando vai para a universidade ou começa a trabalhar (BORGES; MAGALHÃES, 2009, p. 2).

Assim como é escrito pelas autoras, o sujeito lançado ao mundo passa por diferentes processos de transições, enquanto seu entorno e seus familiares também se transformam e obtêm novos papéis. De fato, "a partir, então, do campo dos possíveis, e de posse da liberdade em situação, o sujeito 'escolhe-se' e vai sendo construído através de seu livre engajamento em sua vida" (VIEIRA JUNIOR; ARDANS-BONIFACINO; ROSO, 2016, p. 123). No entanto, não existe uma ordem ou uma cronologia para essas ocorrências, este ciclo de aquisição das responsabilidades adultas depende de uma série de fatores que podem modificar a sequência como isso ocorre, como fatores sociais, do mercado de trabalho e da própria relação familiar. Deste modo, o autor complementa que

> dentro desses limites estão inscritos a origem social, os percursos de escolaridade, as oportunidades e as condições de emprego, os modelos culturais, os papéis de gênero e as redes de apoio formais e informais. Mas é fato que, atualmente, o período de transição para a vida adulta tende a se constituir, por si próprio, numa fase de vida marcada por condições, oportunidades e dificuldades próprias (BORGES; MAGALHÃES, 2009, p. 3).

Sendo assim os jovens adultos podem ter dificuldades para essa transição, que pode ter reflexos em sua autonomia na construção de sua personalidade.

PROJETO DE SER E PERSONALIDADE

Perdigão (1995) afirma que as ações e escolhas do sujeito no presente encontram coerência pelos projetos escolhidos, que se encontram no futuro. Isso significa que o ser humano está sempre se projetando ao futuro, buscando alcançar algo que lhe falta com o intuito de alcançar uma totalidade, que nunca acontece, pois o sujeito é sempre uma totalização-em-curso, isto é, nunca está completo, portanto, encontra-se sempre em andamento e construção. Por isso, pode-se dizer que a personalidade é construída através dos projetos escolhidos, pois da mesma maneira, está sempre em construção.

Quando o sujeito entra no processo da juventude, as pressões sociais e cobranças para assumir responsabilidades da vida adulta tendem a aumentar e o levam a refletir mais sobre seus projetos e escolhas que constituirão a vida adulta, com uma ideia de ser continuamente um vir-a-ser, se formando por meio das vivências, relações com diferentes grupos sociais, informações inovadoras, novos valores que ampliam seu ser, entre outros. No entanto, vale ressaltar que as escolhas dos projetos feito pelos sujeitos é baseada nas possibilidades que o meio oferece. A personalidade acompanha o sujeito em seus diferentes aspectos, se transformando, na medida que o ser formula novos projetos e vivencia essas novas experiências. As escolhas feitas ao decorrer da vida são voltadas para esse projeto, deste modo todos os dias são tomadas decisões a fim de alcançar um objetivo, que podem ser esses de longo ou curto prazo. Quando escolhemos não escolher, também fazemos uma escolha, pois mesmo quando optamos por ficar "neutro" em alguma situação, essa ação implica em uma escolha: a de não se manifestar (PERDIGÃO, 1995).

Quanto ao jovem em transição para a vida adulta, compreendemos que esse sujeito encontra-se na situação de fazer escolhas que acompanham grandes responsabilidades, como a escolha de uma profissão; imersão no campo de trabalho; novas relações sociais e mudanças na rotina, entre outras situações que podem gerar angústia por colocar o jovem frente a sua liberdade e das responsabilidades que vem com ela. Além disso, há a incerteza do futuro e da concretização dos projetos.

Essa angústia advinda da incerteza do futuro nos remete ao conceito de temporalidade, que pela compreensão fenomenológico-existencial apresentada por Perdigão (1995), compreende que o passado, presente e futuro são três tempos interligados, pois mesmo que o passado influencie nas decisões do presente, este não o determina, pois o sujeito sempre será livre para se escolher de uma forma diferente da qual vinha se escolhendo. Além disso, o futuro também tem sua contribuição na estruturação da personalidade, pois o sujeito age de acordo com seus projetos. Assim, um não existe sem o outro, visto que o passado já foi um futuro que se tornou presente e logo passado.

Por essa perspectiva, o passado é conservado como totalização, pois não pode ser alterado. O futuro é uma abertura às possibilidades, e se faz presente nas ações do sujeito de forma paradoxal, enquanto o presente é uma ligação destes três momentos, sendo caracterizado como uma linha quase inexistente entre eles, visto que o presente se torna passado a todo momento (PERDIGÃO, 1995). Assim, ao falar da construção da personalidade, "trata-se de uma personalidade psicofisicamente experimentando-se sendo no presente e apontando para o ser futuro por conquistar, ou seja, tem um

saber de ser que aponta para um campo de possibilidades de ser". (EHRLICH, 2002, apud SPOHR, 2011, p. 919).

Nesse campo de possibilidades, além das condições concretas e objetivas da existência do sujeito, encontra-se também os Outros com quem ele se relaciona, que faz emergir o conceito de intersubjetividade, que diz respeito ao fato de existirmos entre outras subjetividades que se relacionam. Perdigão (1995) afirma que é preciso o olhar do Outro para se ter qualquer conhecimento sobre si, pois é a partir da visão do Outro que o sujeito consegue se ver e se reconhecer como um sujeito com determinadas características. Nas ações de cada um é possível visualizar o projeto que almeja, e ao se deparar com um projeto diferente do seu, surge o conflito, que marca todas as relações intersubjetivas.

Neste cenário, a juventude, é cercada de projetos que se diferem, como por exemplo o dos pais, que podem ter uma ideia de futuro para os filhos e esperar algo deles com base no próprio projeto. Já os filhos, ao assumirem sua liberdade, podem escolher projetos diferentes, podendo entrar em conflito com os pais. Nessa relação alienante, o projeto do jovem pode ser comprometido, assim como sua própria personalidade, fazendo-se necessário que o sujeito busque assumir sua liberdade e escolher seus projetos de forma autêntica. O autor cita que "o ser humano, como sujeito, é social por condição e não se essencializa" (SCHNEIDER, 2011, apud VIEIRA JUNIOR; ARDANS-BONIFACINO; ROSO, 2016, p.124).

Essa relação com o outro, ao mesmo tempo que pode se apresentar como um risco, é fundamental para o sujeito, pois o Outro pode servir de espelho, como uma referência para a construção de si próprio. A partir desses empasses, o sujeito vai se reconhecendo e construindo sua personalidade. Além disso, ao mesmo tempo em que o Outro influencia em meus projetos, eu também sou o "Outro" para ele, portanto observo, em cada ação, sua intenção de projeto (PERDIGÃO, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, compreende-se que o Ser está em constante mudança e sempre buscando sua totalização por meio dos projetos, totalização esta que está em curso, pois nunca está completo o suficiente. Além disso, a personalidade vai se transformando com as vivências do sujeito e o meio em que ele está inserido, bem como com suas relações, experiências e seus projetos.

Na juventude essa mudança da personalidade é mais visível, visto que o indivíduo vai se inserindo na sociedade e ampliando sua consciência sobre seus projetos, passa a ter maior consciência sobre suas

decisões e podem surgir angústias que serão gerados em meio às suas tentativas de alcançar a totalidade, levando em consideração que o ser se reconstrói e se transforma diversas vezes ao longo da vida.

Quando tomado pela angústia e pela responsabilidade de suas escolhas, o sujeito pode agir de má-fé, conceito que diz respeito a uma tentativa do indivíduo de negar sua liberdade para não se responsabilizar por suas escolhas, e assim, não se sentir angustiado. Nesse caso, outras pessoas, coisas, situações ou fenômenos são responsabilizados pelas escolhas feitas, quando podem surgir justificativas como “sou assim, porque nasci assim”, dando a ideia de que não há possibilidade de mudança e que o sujeito é fixo e imutável. Pelo fato de a má-fé não ser reflexivamente escolhida pelo sujeito, ele não se percebe agindo desta maneira, e o jovem adulto pode acabar seguindo os projetos de seus familiares nessa tentativa de se esquivar de suas responsabilidades, impactando na construção de sua personalidade. No entanto, por ser uma totalização-em-curso, sempre tem a possibilidade de escolher-se diferente.

REFERÊNCIAS

BORGES, C.; MAGALHÃES, Andrea. Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família. Psico, Porto Alegre, PUCRS, 2009.

PERDIGÃO, P. Existência e liberdade: uma introdução à filosofia de Sartre. Porto Alegre: L&PM. 1995.

SPOHR, B. A noção de psíquico na teoria do imaginário de Sartre. Psicologia USP, São Paulo, 2011.

VIEIRA JUNIOR, C. A.; ARDANS-BONIFACINO, H. O.; ROSO, A. A construção do sujeito na perspectiva de Jean-Paul Sartre. Revista Subjetividade, Fortaleza, 2016.

Capítulo 6

10.37423/250309756

MINHA CULTURA, MINHA IDENTIDADE NA ESCOLA MURA

Ana Mary Mello de Azevedo *UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS*

Resumo: Este artigo aborda a relevância de se valorizar a cultura e a identidade dos povos indígenas na educação escolar. O estudo se desenvolve a partir de pesquisas de referência bibliográfica teórica, empírico e pesquisa etnográfica na escola Mura, situada na aldeia Murutinga, Autazes/Amazonas. Apresenta sugestão pedagógica diferenciada e significativa, contextualizando a cultura, a língua na educação escolar indígena. Os propósitos incluem: articular educação escolar indígena e cultura sob uma perspectiva antropológica; conhecer a Dança da cutia e sua relação com a escola Mura; apresentar textos das letras das músicas como recurso paradidático na escola Mura. Quanto à metodologia, utilizei técnicas de pesquisas: observação participante, coleta de dados por meio de filmagem, fotografias e os cadernos de campo e conversas informais. Pesquisa documental: fontes primárias e secundárias que contribuíram para este estudo. Os resultados mostraram que a Dança da cutia serve de instrumento de comunicação em movimentos sociais, nas manifestações culturais e bem como, dialoga com a escola Mura, a Dança da cutia tem significado de poder: cultural e político para o nosso Povo, em cada apresentação da dança tem um significado simbólico, uma mensagem a ser transmitida. Dessa forma, este estudo mostra que as práticas de conhecimento estão em movimento, dialogando a cultura e a educação escolar indígena. A antropologia cultural e da educação contribuem para a retomada linguística e fortalecimento cultural, valorizando a Dança da cutia como saber cultural na escola Mura. No mais, Este artigo é uma adaptação da dissertação defendida no ano de 2022 pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas, PPGAS/UFAM, e homenageada com a PREMIAÇÃO de Melhor Dissertação de 2022 pela PROPESP.

Palavras-chave: Mura. Dança da cutia. Murutinga.

1. INTRODUÇÃO

Este texto apresenta um panorama dos capítulos II (Educação escolar indígena e cultura numa perspectiva antropológica) e III (Conhecer a Dança da cutia e sua relação com a escola Mura) da pesquisa de campo finalizada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no período de 2019 a 2022, pela Universidade Federal do Amazonas. A pesquisa versou sobre a "Dança da Cutia: minha cultura, minha identidade na escola Mura".

A cultura Mura não se restringe apenas às comunidades indígenas e áreas rurais, mas também é sentida de maneira vibrante na escola. Com isso, na escola, a Dança da cutia desempenha um papel fundamental na preservação e transmissão da cultura Mura às gerações mais jovens. Nisso, ao incorporar práticas culturais indígenas nas atividades escolares, as crianças Mura se sentem valorizadas e respeitadas em sua identidade, contribuindo para a promoção do respeito à diversidade cultural no âmbito escolar.

O estudo mostra o diálogo entre antropologia e educação escolar indígena para conhecer a realidade social e cultural do estudante Mura. Com uma perspectiva antropológica e, consequentemente, etnológica, essa realidade é abordada com foco na ação didática e pedagógica dos professores Mura, o que resulta na contextualização de saberes e, consequentemente, no reconhecimento da Dança da Cutia como uma manifestação cultural.

A Dança da cutia foi criada na aldeia Jabuti em 1935, pertencente à região do Carreiro, Amazonas. Mas, anos depois, sem data em registro segundo dona Helena Nunes através de sua mãe Nila Nunes na migração chegaram a aldeia Murutinga, localizada no município de Autazes, Estado do Amazonas, dona Nila ensinava aos demais indígenas a dança como brincadeira de roda, desde então, a Dança da cutia enraizou-se no Murutinga .

A dança é realizada de maneira coletiva, envolvendo toda a comunidade Mura. É geralmente em festivais e celebrações, como a Festa Tradicional de Santo Antonio no dia 12 de junho e Festival da Cultura Indígena Mura (FECIM), onde as pessoas se reúnem para dançar, cantar e tocar instrumentos tradicionais, como gambá e tamborim. A dança é uma forma de reunir a comunidade, fortalecer laços sociais e reafirmar os valores e tradições Mura.

2. METODOLOGIA

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E CULTURA NUMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA

Por se tratar da interação entre educação e cultura, é relevante falarmos do pedagogo e antropólogo americano de origem alemã Franz Boas conhecido como o pai fundador da moderna antropologia cultural, em sua teoria tem mostrado que cada cultura tem sua autonomia e singularidade, e isso deve ser respeitado e valorizado.

Para Benedict (2013) a "antropologia é o estudo [...]. Está interessado na grande gama de costumes que encontramos em devesas culturas e seu propósito é compreender". Nesse sentido, a Dança da cutia é um elemento central na identidade cultural da comunidade Mura.

Sua inclusão na escola contribui para a valorização das culturas indígenas, a promoção da inclusão e o desenvolvimento da consciência intercultural dos estudantes. Quanto a isso, para Cunha (2009) o conhecimento científico é verdade, até que outro paradigma o sobrepuje. O conhecimento científico não é universal para todos os tipos de cultura, que aceitam explicações diferentes, mesmo que sejam locais.

Ademais, as interações de saberes e na contextualização desses saberes a escola Mura permite a quebra dos muros de quatro paredes no processo da construção do conhecimento. Esses conhecimentos dão sentido às nossas ações que estão organizadas de modo significativas e por sistemas simbólicos.

Essas manifestações para Geertz (2008) são conjunto de signos interpretáveis que podemos chamar de símbolos. A escola indígena quando prioriza trabalhar o didático e o pedagógico utilizando a realidade cultural do estudante está contextualizando o ensino e aprendizado com o seu conhecimento de mundo.

O processo de articulação entre educação escolar indígena e a manifestação cultural passam a representar a produção e a construção de novos saberes que se fundamentam na articulação desse corpo de conhecimentos, possibilitando as disciplinas escolares (áreas de conhecimentos) sejam uma das criações mais genuínas da cultura da escola indígena. Para isso, é preciso compreender as experiências educacionais no cenário das culturas Mura.

É nesse sentido que a educação e cultura se dialogam, se interagem, pois se constituem campos de saberes, tanto uma, quanta a outra, como ciências é notório em ambas a relação da teoria e a prática, e esse diálogo é visível no contexto cultural da aprendizagem. Assim, a cultura local, inserida nos

projetos e proposta curricular da escola indígena, possibilitará de modo dinâmico e significativo às práticas pedagógicas e didáticas na educação escolar Mura.

Com isso, desenvolve nos estudantes a competência necessária para que eles possam compreender e falar sobre a importância de inserir aquilo natural para eles no processo ensino e aprendizado em sala de aula. Dessa forma, é garantir os direitos indigenistas na educação escolar, permitindo o meio ambiente que influência na formação intelectual Mura e que contribui para determinação de valorizar e preservar sua história.

A DANÇA DA CUTIA E SEUS SIGNIFICADOS SIMBÓLICOS

A Dança da cutia é uma expressão cultural do Povo Mura. Ao dançarmos expressamos nossos sentimentos consoantes à situação, eventos e/ou programações em que estamos nos apresentando, e assim, as mensagens são transmitidas de modo dinâmico e objetivo.

Para Thompson (2009) a concepção descritiva da cultura, pode ser resumida como o conjunto de crenças, costumes, ideias e valores, bem como os artefatos, objetos e instrumentos materiais, adquiridos pelos indivíduos enquanto de um grupo. Thompson deixa claro que a cultura é toda atividade desenvolvida e praticada significativamente pelos indivíduos pertencentes a um grupo.

De acordo com Geertz (2008) o conceito de cultura semiótico se adapta especialmente bem. Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (símbolos), a cultura não é um poder, mas pode influenciar as coisas que acontecem na sociedade, no comportamento, nas instituições ou processos, é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritivos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade.

A abordagem semiótica de Geertz, destaca os significados do que para os problemas de poder e conflitos ao contexto social, de acordo com Thompson (2009), portanto, essa análise demonstra a divergência de pensamento quanto à concepção simbólica da cultura nos escritos de Geertz.

Decerto, para Thompson as formas simbólicas, os fenômenos culturais são significativos tanto para os autores (os praticantes da cultura) sendo interpretados constantemente por eles no cotidiano, quanto para os analistas (observadores/pessoas não pertencentes ao grupo). Os quais buscam por meio da interpretação compreender as características significativas da vida social deste grupo e sua intencionalidade simbólica.

Como bem assegura Thompson (2009, p.166) "[…] o foco é o simbolismo: os fenômenos culturais […] são fenômenos simbólicos e o estudo da cultura está […] interessado na interpretação dos símbolos e da ação simbólica". Sob essa ótica, ganha particular relevância ressaltar que como significado simbólico a Dança da cutia para os Mura vai além da visão geertziana, pois, seu significado é relativo.

Então, os problemas de poder, (aquilo que se pode ou o que se consegue realizar ou fazer); aos conflitos sociais, (as lutas dos movimentos sociais); como também, é relacionado à identificação de lugar de moradia, identificação de cultura e todo esse contexto são interagidos com a educação escolar Mura.

Nessa direção, Thompson mostra que os objetos e expressões são significativos em relação à situação, ao momento em que se vivência as ações, assim a cultura é uma alternativa simbólica, uma modificação dela, considerando os contextos e processos sociais.

Sendo assim, as formas simbólicas representam seu poder simbólico. Thompson deixa claro que as expressões se tornam significativas em seu modo de produção, de transmissão e recebimento. Em suma, a Dança da cutia foi adotada por nosso Povo e serve de instrumento cultural nos movimentos sociais, nas manifestações culturais e bem como, dialoga com a educação escolar Mura.

Portanto, a cultura dá sentido às nossas ações, podem ser organizadas de modo significativas e por sistemas simbólicos, então, firma-se que a Dança da cutia é uma representação simbólica cultural do Povo Mura e da Aldeia Murutinga.

Logo, a Dança da cutia como símbolo cultural, Bourdieu (1989), aborda sobre o poder simbólico, em que para o autor é um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem. O poder simbólico é um poder de construção da realidade, os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social.

Nisso, pode-se considerar que, em cada situação em que a Dança da cutia se apresenta, como instrumento de comunicação, seus significados são específicos a cada contexto social e temporal. A seguir apresentação da Dança da cutia e seu significado simbólico consoante o cenário de sua apresentação na visão conceitual dos próprios aldeados.

Quando se dança na aldeia, tem sentido de brincadeiras. Nesse entendimento, para o professor Mura Allean Braga, 34 anos (2021), "as crianças brincam a Dança da cutia aprendendo a cultura da aldeia". Em concordância, a professora Mura Amélia Braga, 56 anos (2022), relata a seguinte experiência:

> Ensinamos desde criança, bem pequena, desde um aninho. Tenho uma netinha que ela veio ver uma apresentação aqui na escola, um aninho ela tem, e quando ela chegou a sua casa ela já dançava, dançava a Dança da cutia, eu cantava e ela fazia os movimentos do jeito que as crianças maiores faziam. Então, desde pequena a criança aprende o valor cultural que a Dança da cutia é para nós. As crianças começam insistir para dançar, então começamos com vinte crianças, quando repentinamente temos cinquenta a sessenta crianças, todas querem dançar e elas ficam animadas para dançar, isso é uma coisa que passamos de geração a geração.

Nas festas juninas e nos encontros culturais, as apresentações da Dança da cutia têm o objetivo em mostrar e fazer conhecer sua cultura. Para o Mura Orivaldo Ruzo Braga**,** 86 anos (2021), "a Dança da cutia representa a cultura da aldeia e deve ser vista por pessoas de outros lugares como cultura da aldeia Murutinga". Logo, para a professora Mura Amélia Braga, 56 anos (2022), "a dança da cutia é uma cultura na comunidade Murutinga".

E, no *âmbito escolar, tem finalidade didática e pedagógica*, mostrando aos estudantes Mura o quanto a dança é importante para o Povo Mura em todos os momentos sociais a qual ela se manifesta. Certamente, a Dança da cutia na escola ajuda a valorizar a dança como manifestação cultural, tanto dentro quanto fora dela. Assim, as crianças aprendem a dançar desde cedo e quando se tornarem adultos já tem uma base cultural forte.

Nos movimentos sociais e nos encontros de Povos indígenas, se utiliza a Dança da cutia com a finalidade de protesto, simbolizando resistência a tudo o que representa e ameaça aos direitos indigenistas.

Nisso, a Dança da cutia representa um todo, como instrumento de integração social e cultural. Momento que marca a unificação dos Povos interagindo e valorizando as diversidades culturais.

2.2 DANÇA DA CUTIA: MINHA CULTURA, MINHA IDENTIDADE

Desde 1714, os Mura sofrem perseguições, por não aceitarem a conversão. Dessa forma, tornam-se ameaças tanto para os jesuítas quanto para outros grupos étnicos. Sua presença às margens do Rio Madeira representava conflitos aos colonos nas épocas de colheita.

Eram conhecidos como nativos irredutíveis, pois dificultavam a entrada no interior da mata. Além disso, os Mura eram famosos por aterrorizar escravos e trabalhadores do cacau. Amoroso; Farage, (1994).

Para compreender o presente, é necessário conhecer o passado. De acordo com Amoroso, a Organização Social e a Territoriedade do grupo étnico contribuíram para a criação do inimigo Mura estipulando-os algumas características:

> A primeira delas é a extrema mobilidade dos Mura na ocupação de um território original - a bacia hidrográfica do rio Madeira. A ação das frentes de colonização que empurraram os Mura até sua última fronteira com a sociedade nacional - o rio Japurá - seria o segundo elemento na caracterização do território expandido. O terceiro elemento seria a 'murificação', instituição pela qual os Mura agregavam outras etnias entre elas, negros quilombolas, ciganos e índios destribalizados, ex-catecúmenos egressos das missões católicas (AMOROSO; FARAGE, 1994, p. 25).

Observa-se que a identidade é modificada ao longo do tempo e do espaço, uma vez que os Mura tiveram que adotar táticas para sobreviver nas matas, e ao integrar outras etnias, permitiu a criação de novos conhecimentos de outras culturas com as misturas de costumes e hábitos. Dessa forma, a cultura e a identidade estão em constante transformação.

Para o sociólogo Hall (2006) as pessoas têm identidades em diferentes momentos e não são unidas em um único 'eu' coerente. Nós temos identidades diferentes que nos empurram para diferentes direções, o que nos faz mudar constantemente.

A abordagem mais adequada para compreender esse processo é considerar que, em diferentes momentos, a Dança da cutia revela diferentes identidades culturais. Seja na aldeia, na escola, nos festivais e nos movimentos sociais, a identidade cultural coletiva é revelada.

Não se trata de uma identidade cultural unificada e estável, mas do sujeito que, com as experiências, está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades. Isso ocorre porque, em cada apresentação cultural da Dança da cutia, como instrumento de comunicação, há objetivos específicos.

A Dança da cutia representa nossa cultura tradicional. Mediante a isso, os Mura firmam a representatividade da dança e sua influência no fortalecimento da cultura, da identidade cultural e étnica que estão interligados, assim para Castells (2018, p. 957), "quem constrói a identidade coletiva, e para que essa identidade seja construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam".

Assim é referente ao nosso interior, há identidades contraditórias, nos empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas, constantemente em mudanças. Com as características comuns que nos diferem de outros grupos, a história dos Mura passou pelo processo de transformações. Seria errôneo afirmar, que a Dança da cutia não sofreu nenhum impacto de mudanças no decorrer de sua existência, contudo, seus significados simbólicos são resistentes ao tempo para nosso Povo.

Para Castells (2018, p. 286) “a etnicidade sempre foi um atributo básico de autoidentificação [...], mas porque sempre os outros lembram às pessoas todos os dias que elas também são outras”, por exemplo, por cor de pele, língua ou qualquer outro atributo externo.

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. Hall (2006).

Dessa forma, para o Mura Obino Monteiro de Souza, 86 anos, (2021), “a Dança da cutia, faz parte da identidade cultural do Murutinga, identifica nossa etnia e a aldeia em qualquer lugar”. Nesse sentido, em uma de suas viagens a professora Mura Amélia Braga, 56 anos (2022) relata sua experiência:

> Participei de uma reunião numa comunidade próximo de Borba. Ao chegar, observei haver uma pessoa se identificando como Mura e apresentou a todos presente no evento a “Dança da cutia” da maneira dele. Assentei em um lugar bem discreto e fiquei observando a apresentação, percebi que os movimentos, a coreografia do corpo, diferiam da nossa Dança da cutia. O missionário responsável pelo evento, ao reconhecer, apresentou-me a todos dizendo minha etnia, o nome de minha aldeia e minha função de coordenadora da Dança da cutia e logo, eu saberia cantar e dançar a nossa manifestação cultural. Em minha oportunidade, expliquei a maneira que a Dança da cutia se apresenta, por música, dança (coreografia) e o significado da imitação de cada animal que a Dança da cutia retrata. Ninguém dança de qualquer jeito a Dança da cutia, ela tem o seu próprio significado. E temos a forma específica de dançar e como dançar. Para cada tipo de objetivo dançamos a Dança da cutia, se eu fosse dançar a Dança da cutia aqui na aldeia eu não iria dançar da mesma finalidade do que está em uma manifestação, e no âmbito escolar, a motivação da apresentação também difere.

Do ponto de vista antropológico, os estudos sobre a Dança da cutia, relacionando-a à identidade cultural e sua inclusão na escola indígena, como processo contínuo, é viável as várias discussões sobre as temáticas e a socialização dos diferentes saberes.

Com isso, a Dança da cutia como minha cultura, minha identidade, promove a inclusão e representatividade cultural no ambiente escolar, estimula ao respeito e a valorização das culturas indígenas e, contribui para a formação e consciência identitária dos estudantes Mura, incentivando o orgulho de suas raízes.

CONHECER A DANÇA DA CUTIA E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA MURA

Aquisição, Organizadores, Instrumentos, Pintura corporal, Figurinos, Série de danças.

A Dança da cutia foi criada na aldeia Jabuti em 1935, pertencente à Região Careiro. Helena Nunes, sua mãe Nila Nunes, conta que, ao chegarem à aldeia Murutinga, nada tinham para fazer nos finais de semana, sem nenhuma diversão.

Dona Nila Nunes, pioneira da dança na época, incentivava a participação dos aldeados, passando o ensino dos rituais e as músicas da dança de geração a geração.

O Tuxaua Antonio Mota, 83 anos (2021) quando jovem também participava da dança. Assim, “a dança da cutia representa a cultura indígena, essa é uma representação que temos, foi criada por minha tia e com o tempo foi multiplicando, multiplicando até o que se encontra hoje”. Na década de 90, a dança tornou-se conhecidas pelos não indígenas, devido às suas participações nas festas juninas na sede do município de Autazes.

Nessa época, tendo como organizador principal Antonio Mota, conhecido como veadinho, o qual estando na aldeia Murutinga trabalhava em conjunto com outros indígenas, valorizando a cultura e a identidade Mura. Em 1988, Antonio Mota passou a morar em outro lugar, atualmente, aldeia Tauari. E, a professora Mura Amélia Braga é responsável por organizar a Dança da cutia, para apresentações na aldeia e fora da Aldeia Murutinga.

Quando se ouve a batida dos instrumentos é sinal de que haverá um evento na aldeia. No mês de junho o Santo Antonio estará nas casas, haverá procissão de canoas e reunir os moradores para dançar a dança da cutia.

Dessa forma, durante três dias seguidos de festa junina na aldeia, os participantes dançam ao som de tamborim e gambá. A confecção dos instrumentos utilizados na dança feita da seguinte maneira:

Tamborim — é necessário um pedaço de tora de madeira de cupiúba, com um buraco pequeno. Durante a produção do tamborim, é a usar um pedaço de ripa para apertar o couro do veado com um pedaço de cipó.

Em seguida para finalizar o som é necessário amarrar miçangas em um pedaço de corda e amarrar-se atrás do tamborim, o que aumenta a intensidade da batida. Gambá - O gambá é feito com uma tora de madeira grande e oca por dentro, e cubra com o couro de veado e deixa bem esticada para dar o toque da batida.

Fotos: 1 e 2 – Instrumentos: Gambá e Tamborim



Fonte: Meireles

A arte de pintar o corpo também faz parte da Dança da cutia — Os produtos naturais servem de recursos para se pintar, como, semente de urucum, jenipapo verde e carvão. O urucum é o produto principal que se utilizado para a pintura corporal, sendo que os adultos são os responsáveis pela pintura das crianças e se complementam mutuamente, uma vez que é uma cor forte e que se sobressai entre outras cores.

Fotos 03, 04 - Tuxaua Antonio Mota e Dona Maria debulhando urucum



Fonte: Azevedo

Do sumo do jenipapo verde é extraída uma substância amarelada que, após um ou dois dias se torna uma tintura preta. Essa tintura ao ser misturada com o carvão torna-se pronta para desenhar os tradicionais grafismos indígenas.

Os figurinos são criados pelos próprios brincantes: as saias consistem em saia de malva, sejam elas grandes ou pequenas, o material bruto é coletado na natureza, retirados da casca da árvore de envira e da casca da castanheira.

Os brincos são de caroço de tucumã, colar de sementes de morototó e seringa. Os sutiãs de cuia e malva, palha de tucumã, malva e semente de lágrima de Santa Luzia e tento. As tornozeleiras e braceletes são feitos de malva e pena, papelão e pena. Para as pulseiras é usado caroço de açaí, morototó, pena de arara e galinha.

O cocar é produzido com semente de morototó, penas de arara, chapéu de palha branca e pena de galinha, chapéu de papelão e penas de galinha, cocar de palha preta e penas de arara, cocar de buritizeira e penas de arara ou de galinha.

Fotos 05 e 06 - Figurinos e pintura



Fonte: Meireles

Como é possível notar, os brincantes procuram confeccionar suas roupas com matéria-prima extraída da própria natureza e de animais silvestres. Ao finalizarem as apresentações, os brincantes guardam suas vestes e objetos em sacos plásticos, de modo a assegurar a durabilidade dos mesmos.

A Dança da cutia é composta por uma variedade de danças. Cada dança apresenta uma música única, e os movimentos do corpo são característicos e representam um animal.

Dessa forma a gestualidade, o movimento do corpo, o balanço, o movimento dos braços e das mãos, fazendo movimentos característicos de acordo com a cantoria de cada música, representam um animal. Cada uma das danças tem entre dez e quinze minutos de duração.

DANÇA DA CUTIA NA ESCOLA MURA

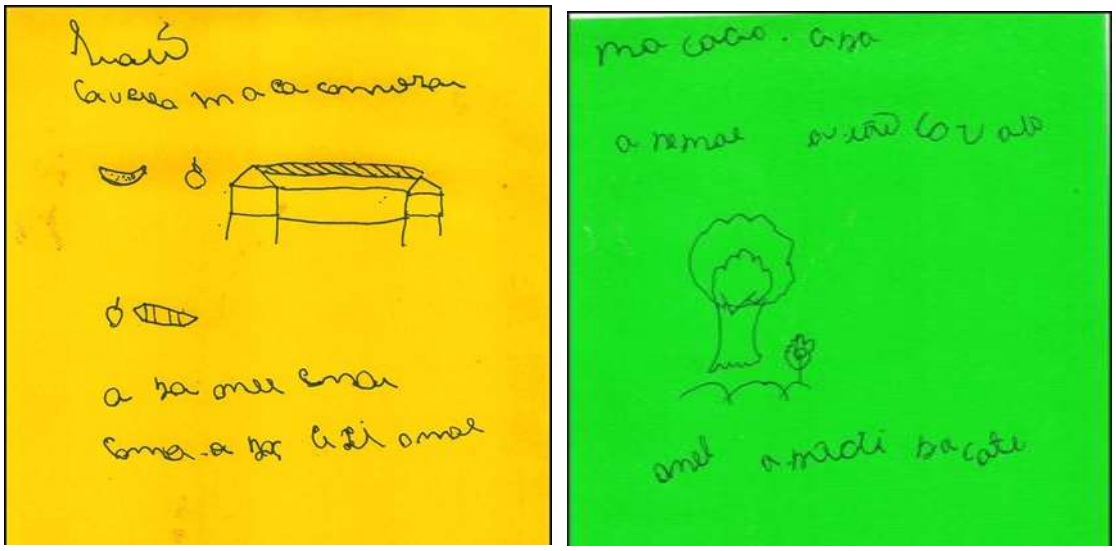
Meus estudos se intensificaram na Dança da Cutia como foco principal para abordar a contextualização da realidade local, do dia a dia do estudante Mura com o processo educacional na instituição escolar em que ele estuda. Com isso, o diálogo entre a cultura e a educação escolar indígena permitiu a interação dos saberes.

Uma vez identificada e reconhecida como manifestação cultural da Aldeia Murutinga, a Dança da cutia se tornou para meus estudos o foco principal para se trabalhar a contextualização da realidade local, do cotidiano do estudante Mura com o processo educacional na escola a qual este estudante está inserido.

Durante a aula, observou-se como se dava o dinamismo entre ensino e aprendizado, e, consequentemente, como as crianças assimilavam e o resultado advindo desse processo.

Dessa forma, como recurso de coleta de dados foi utilizado o meu caderno de campo e entregue ao estudante para registro das atividades escolares.

Figura 01 e 02 – Atividade escolar



Fonte: caderno de campo

Mediante as observações tanto do fazer didático e pedagógico do professor Mura e a reação dos estudantes quanto à aceitação dos conteúdos trabalhados. Em reunião pedagógica com os professores

Mura discutimos e analisamos a hipótese de trabalhar em sala de aula a cultura local e dinamizar os ensinamentos tradicionais inseridos na proposta curricular da escola Mura.

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

Então, surge o projeto interdisciplinar "minha cultura, minha identidade" proposto em sua perspectiva educacional, que objetivava a possibilidade de trazer para dentro do processo educativo da escola a manifestação cultural presente na aldeia, conforme a proposta do RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Indígena).

À luz do sociólogo Forquin (1993, p. 167), "a escola é também mundo social, que tem suas características de vida próprias, seus ritmos e seus ritos, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos [...]".

Forquim traz a contribuição para os fatores sociais, políticos e culturais que influenciam na autonomia da escola em trabalhar a proposta curricular diferenciado, no caso da escola Mura a pedagogia intercultural, com isso, a escola não pode ignorar os aspectos contextuais da realidade do aluno.

Em campo, deparamo-nos com o Mura Raimundo São Paulo, morador da aldeia Murutinga, ele cantou a série de música da Dança da cutia, as quais foram gravadas em mídia. Logo, convidamos o professor Edilson Martins Baniwa, professor em Linguística, para traduzir os textos em Nheengatu, pois na aldeia os professores não se sentiram seguros em fazer a tradução por não terem habilidade na fala e nem na escrita do Nheengatu.

Segundo Pereira, (2009, p.11), o Povo Mura atualmente não falam mais a língua Mura e nem a língua geral (Nheengatu). Por isso, o nosso Povo precisa aprender a falar e escrever a língua geral e praticar nas conversações e escritas. Com o objetivo de alcançar as novas gerações e de reforçar a nossa identidade étnica e cultural.

Portanto, a contextualização das realidades dos estudantes e da escola indígena deve ser considerada como uma ponte entre a teoria e a prática no fazer didático em busca de resgatar as memórias históricas socioculturais do povo Mura.

Assim, é por meio da linguagem que as identidades são construídas e que a inserção social ocorre, de modo que o ensino da oralidade e da escrita assume centralidade no processo educativo. Sendo, portanto, o meio de constituir subjetividades, fortalecer e construir identidades, estabelecer interações e integrar conhecimentos de diferentes áreas de conversação.

Sobretudo, a do mundo da arte e da ciência e, no âmbito desta, das diferentes áreas de conhecimento, para isso, precisamos analisar com filtro nos olhos os modos como o trabalho pedagógico vem sendo organizado na escola Mura.

Com o olhar antropológico, observa-se a riqueza de informações que as músicas da Dança da cutia estarão contribuindo no processo educativo escolar. A proposta é a elaboração de uma cartilha com as letras das músicas da dança como textos paradidáticos em Língua Portuguesa e Nheengatu para se trabalhar a leitura e a escrita nas duas línguas.

Possibilitando, assim, a interação de conhecimentos, a contextualização de realidades entre professor/estudante; estudante/professor; estudante/estudante e professor/professor, a interculturalidade e a interdisciplinaridade da antropologia com outras áreas de conhecimentos.

Nisso, as interações permite conhecer e valorizar a nossa realidade e buscar definir objetivos, traçar metas para a escola Mura, resgatar nossas memórias históricas, retomar a língua geral e fortalecer nossa identidade cultural, através da escola que queremos.

A partir do princípio de que as práticas de conhecimento estão em constante mudança, sendo experimentadas e modificadas constantemente, os saberes tradicionais de nosso Povo não são conjuntos fixos, mas sim formas particulares que geram novos conhecimentos.

A Dança da cutia foi considerada relevante neste estudo, tendo sido percebida sua influência na educação escolar indígena, tendo sido elaborados textos como recursos paradidáticos nas línguas Portuguesa e Nheengatu para uso em sala de aula. A escola Mura além de ensinar sobre a cultura indígena, oferece uma educação específica, diferenciada e bilíngue.

As danças da Dança da cutia são: carão, papagaio-real, quatipuru, onça, arrebancerebandô, atira mulata atira, cachorro, tamacuaré, camelão e a do veado. A seguir a proposta de textos como recursos paradidáticos para se trabalhar a leitura e a escrita na escola Mura:

Fotos 01, 02- Dança da cutia

DANÇA DA CUTIA
Akuti Murasi

Cutia, cutia, cutia
akuti, akuti, akuti
Lembrança pra tua tia
Kuekatu né tia supé (4x)

Menina do Murutinga não deixa a cutia perder
Kunhantaĩ murutinga wara te rexari akuit uya
Menina do Murutinga não deixa a cutia perder
Kunhantaĩ murutinga wara te rexari akuti uya

Porque esse gambá nunca pára de bater
Marã ta kua mikura ti upitu unupá
Porque esse gambá nunca pára de bater
Marã ta kua mikura ti upitu unupá

Cutia é o bicho do mato é um bicho corredor.
Akuti nhaã kaapura ugustari waá uyana
Cutia é o bicho do mato é um bicho corredor
Akuti nhaã kaapura ugustari waá uyana

Corre minha cutia pro cachorro num pegar
Reyana se akuti tiararam yawara upisika indé Corre minha cutia pro cachorro num pegar Reyana se akuti tiararam yawara upisika indé

Au, au, au, au, au, au
Corre minha cutia pro cachorro num pegar
Reyana se akuti tiararam yawara upisika indé Au, au, au, au, au, au
Corre minha cutia pro cachorro num pegar
Reyana se akuti tiararam yawara upisika indé

Figura 03 – cutia



Figura 04- cunhantã do Murutinga



Desenhos: Valdiene Prado
Pintura: Ana Melo

Fonte: Meireles.

DANÇA DO MACACO

Makaku Murasi

A banana está amarela, mas não deixa o macaco comer.

Pakuwa itawá uiku, te rexari macaco uú.

A banana está amarela, mas não deixa o macaco comer.

Pakua itawá uiku, te rexari macaco uú.

Engole, engole, engole, mas não deixa o macaco comer. Remukuna, remukuna, remukuna, ma te rexari macaco uú.

Engole, engole, engole, mas não deixa o macaco comer. Remukuna, remukuna, remukuna, ma te rexari macaco uú.

O abiu está maduro, mas não deixa o macaco comer.

Abiu puranga uiku, te rexari macaco uú.

O abiu está maduro, mas não deixa o macaco comer.

Abiu puranga uiku, te rexari macaco uú.

Engole, engole, engole, mas não deixa o macaco comer.

Remukuna, remukuna, remukuna, ma te rexari macaco uú.

Engole, engole, engole, mas não deixa o macaco comer Remukuna, remukuna, remukuna, ma te rexari macaco uú.

O ingá está amarelo, mas não deixa o macaco comer.

Ingá itawaá uiku, te rexari macaco uú.

O ingá está amarelo, mas não deixa o macaco o comer.

Ingá itawaá uiku, te rexari macaco uú

Engole, engole, engole, mas não deixa o macaco comer. Remukuna, remukuna, remukuna, ma te rexari macaco uú. Engole, engole, engole, mas não deixa o macaco comer.

Remukuna, remukuna, remukuna, ma te rexari macaco uú.

Fotos 03, 04, 05- Dança do macaco



Fonte: Meireles.

Figura 05- macaco/banana



Figura 06 – índio Mura



DANÇA DO JACARÉ AÇU

Yakaré wasú murasi.

Jacaré foi convidado no tempo da seca grande
Ta senui yakaré tinkanga tempu
Jacaré foi convidado no tempo da seca grande
Ta senui yakaré tinkanga tempu

Vira dama, vira dama, vira dama, vira dama jacaréu açu
Remuyeré dama, remuyeré dama, remuyeré dama yakaré wasú
Vira dama, vira dama, vira dama, vira dama jacaréu açu
Remuyeré dama, remuyeré dama, remuyeré dama yakaré wasú

Jacaré foi convidado no tempo dos coronéis
Tasenui yakaré coroneu ta tempu.
Jacaré foi convidado no tempo dos coronéis
Tasenui yakaré coroneu ta tempu.

Vira dama, vira dama, vira dama, vira dama jacaréu açu.
Remuyeré dama, remuyeré dama, remuyeré dama yakaré wasú
Vira dama, vira dama, vira dama, vira dama jacaréu açu.
Remuyeré dama, remuyeré dama, remuyeré dama yakaré wasú

Figura 07 – jacaré açú



Fotos 06, 07- Dança do jacaré-açu



Fonte: Meireles

PAPAGAIO REAL

Parawaá

Quem me ensinou a falar foi o papagaio real

Awá umbué akuntari nhã parawaá

Quem me ensinou a falar foi o papagaio real.

Awá umbué akuntari nhã parawaá

Foi, foi, foi, girimbabu da minha senhora

Foi, foi, foi, girimbabu da minha senhora

Quem me ensinou a nadar foi o peixinho do mar

Awá umbué awitá nhaã piramiri paranã turusu wara Quem me ensinou a nadar foi o peixinho do mar

Awá umbué awitá nhaã piramiri paranã turusu wara

Foi, foi, foi, girimbabu da minha senhora Foi, foi, foi, girimbabu da minha senhora

Quem me ensinou a correr foi o maçarico da praia

Awá umbué ayana nhaã Masarikua

Quem me ensinou a correr foi o maçarico da praia

Awá umbué ayana nhaã Masariku

Foi, foi, foi, girimbabu da minha senhora

Foi, foi, foi, girimbabu da minha senhora

Fotos 08,09 - Dança do papagaio real



Fonte: Meireles.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Mura, quando tem em vista crescer profissional e intelectualmente, fortalece sua identidade intercultural. Com isso, o Mura não é mais apenas Mura, mas, ao assumir, se torna parte de outras identidades: língua portuguesa, tecnologias e profissões. Assim, estamos nos preparando para acompanhar as evoluções científicas e tecnológicas da sociedade envolvente.

Dessa forma, é crucial que todos os envolvidos nessa luta por uma educação escolar indígena estejam cientes de que as atitudes, a organização dos currículos, o acompanhamento direto aos professores, aos estudantes e aos familiares são importantes.

E, principalmente, os trabalhos pedagógicos escolar devem, sobretudo, considerar a educação escolar indígena como experimental, conduzindo o nosso Povo à formação continuada, com base nos nossos direitos constitucionais, sendo também protagonistas na construção de uma nova história desta nação.

A escola Mura, juntamente com lideranças e comunidade escolar, cogita registrar a Dança da cutia como um patrimônio cultural imaterial, assegurando-a como uma manifestação cultural específica da Aldeia Murutinga.

A ideia de registrar em cartório e na Biblioteca Nacional é relevante para proteger o direito autoral e a obra intelectual. Contudo, é crucial refletir mais a fundo e considerar que não se trata de um bem individual, mas sim de um bem imaterial e coletivo.

O registro em cartório, em casos especiais, é para proteger contra o uso por pessoas ou empresas comerciais, bem como pesquisadores mal-intencionados em relação ao material, mas isso não é o bastante se considerar as finalidades do patrimônio imaterial pesquisado. No mais, temos um projeto de construir a “Casa da Cultura Murutinga” para fins de exposições e apresentações culturais.

Para isso, é seguro solicitar junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e conhecer o protocolo para agilitar o registro da Dança da cutia como patrimônio imaterial.

A complexidade de desenvolver esse estudo e dissertar foi evidenciada ao longo da investigação na pesquisa de campo. Sendo um trabalho científico, sei que está cheio de imperfeições e lacunas devido aos contratempos que surgiram para desenvolver o estudo. A pandemia da COVID-19 foi um dos fatores que dificultaram algumas ações propostas para serem executadas pessoalmente no campo de pesquisa.

Este estudo revela o elo de conhecimentos e fortalecimento da cultura via educação escolar indígena que permite o contínuo estudo que realizei na aldeia Murutinga em aprofundar o conhecimento das manifestações culturais, em destaque a Dança da cutia.

Dessa forma, é possível respeitar as práticas de conhecimento de mundo do estudante, que não é apenas um espectador, mas o interlocutor da construção do seu saber, com sua visão crítica, para ser uma pessoa participativa, autônoma, reflexiva e protagonista de sua própria história.

REFERÊNCIAS

AMOROSO, Marta Rosa, FARAGE, Nádia (orgs.). Relatos da fronteira amazônica:

Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens. São Paulo: USP/NHII;

FAPESP, 1994.

AZEVEDO.A.M.M. Educação escolar indígena Mura e a orientação pedagógica para a proposta curricular da escola municipal indígena manoel miranda. Pedagogia Intercultural. Autazes-Am: UEA/PROIND, 2004.

BENEDICT. Ruth. Padrões de Cultura. Traduação de Ricardo A. Rosenbusch. (Coleção Antropologia). Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

BOURDIEU. Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Editora Bertrand Brasil. S.A. Rio de Janeiro, 1989.

CASTELLS. Manuel. O poder da identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. Recurso digital. 1. ed.São Paulo: Paz e Terra, 2018.

Cunha, M. M. L. C. da. (2009). Cultura com aspas: e outros ensaios. São Paulo: Cosac & Naify.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

PEREIRA. Márcia Leila de Castro. “Rios de Histórias”. Guerra, Tempo e Espaço entre os Mura do Baixo Madeira (AM). Brasília/PPGAS/UnB, 2009.

HALL. Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução:Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

RCNE/Indígena. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas/Ministério da Educação, Secretaria Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2002.

THOMPSON. J. R. Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2009.

Capítulo 7

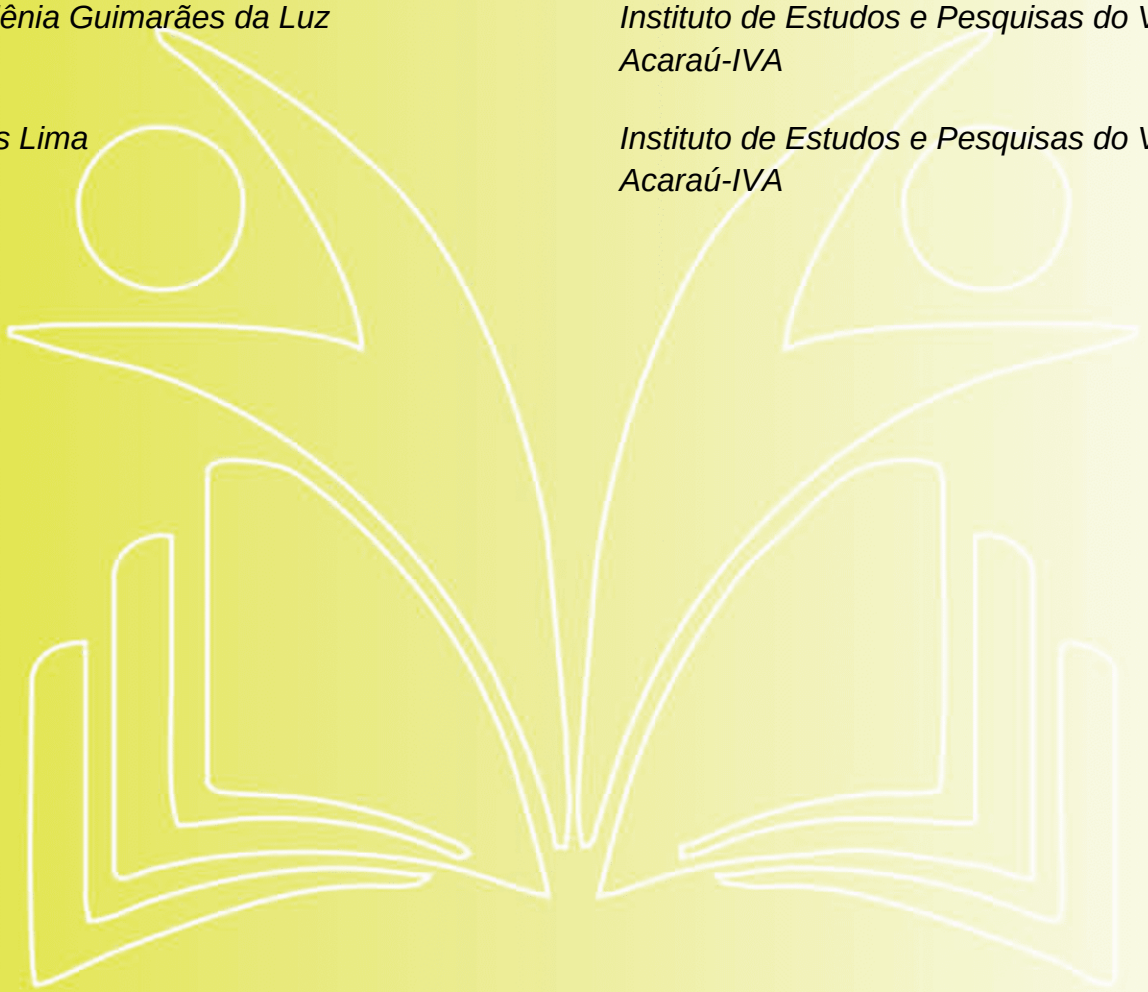
10.37423/250309790

OS IMPACTOS DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO NA REGIÃO DA IBIAPABA: UM ESTUDO DE CASO

Ismael Sousa Costa — *Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú-IVA*

Trícia Gardênia Guimarães da Luz — *Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú-IVA*

Nádia Alves Lima — *Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú-IVA*



Resumo: O imposto de importação vem ganhando destaque no cenário nacional, gerando expectativas no âmbito financeiro e econômico, haja vista que seu papel é regular o mercado interno. Dessa maneira o presente trabalho foi elaborado com o objetivo de evidenciar os impactos do Imposto de Importação (II) na região da Ibiapaba. Para direcionar o trabalho utilizou-se como metodologia a pesquisa de campo, tendo como fundamento o estudo de caso, em empresa de exportação, na cidade de Tianguá (CE). A pesquisa apresentou como resultados a confirmação de que o imposto de importação tem grande importância na regulação do mercado interno e incentivando o mercado na região da Ibiapaba. Dessa maneira conclui-se que o referido imposto agrega à economia e ao mercado interno.

Palavras chaves: Economia. Planejamento. Lucro.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com altas cargas tributárias, ocasionando assim grandes complicações e burocratização de elementos econômicos. Por esse motivo muitas empresas multinacionais preservam operações nos países oriundos e guarnecem a nação brasileira com exportações. Contudo, existe também o lado avesso a esse processo.

Tudo que entra no território nacional deve ser regulamentado para ser comercializado. É nesse parâmetro que o pagamento de impostos desponta entre essas regulamentações e é para isso que existe o Imposto sobre Importação**,** denominado também simplesmente como II.

Esse dito Imposto sobre Importação (II) tem como objetivo regulamentar o mercado. Além disso, atua como advogado de defesa do mercado interno.

Justifica-se o tema por considerar de extrema relevância devido a seu impacto na economia da região da Serra da Ibiapaba porque além de gerar emprego gera renda.

O presente está fundamentado em literatura acerca da matéria abordada e em um entrevistas com profissionais de uma empresa de exportação da cidade de Tianguá – CE.

O mesmo busca verificar junto à empresa analisada os impactos trazidos pelo imposto de importação para o desenvolvimento econômico da Serra da Ibiapaba.

O Imposto sobre Importação em seu bojo instigou à pesquisa com os seguintes objetivos específicos: conhecer valor do imposto de importação, compreender para que serve o referido imposto, bem como conhecer quais os impostos que incidem na exportação, conhecer onde é aplicado o dinheiro arrecadado dos impostos pagos pelo povo e identificar as principais características do imposto de importação.

A motivação para realização deste se deu por meio da seguinte problemática em forma de indagação “Quais os impactos do imposto de importação para o desenvolvimento econômico da Serra Ibiapaba?”

2 DEFINIÇÃO DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

2.1 O QUE É O IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO?

No sentido trivial do discurso importar é direcionar um bem, produto ou serviço de outro país ao mercado interior de modo temporário ou permanente.

Importar é, "[...] adquirir em outro país, ou trocar com este, mercadorias de seu interesse, que sejam úteis à sua população e seu desenvolvimento, isto é, a entrada de bens produzidos no exterior". (KEEDI, 2007, p. 17).

Conforme Ratti (2011, p. 314):

> Denomina-se importação a entrada da mercadoria em um país, provenientes do exterior. Da mesma maneira como ocorre na exportação, essa importação poderá compreender, também, os serviços ligados à aquisição desses produtos no exterior (fretes, seguros, serviços bancários, etc.).

A importação também pode ser de bens e serviços, entendendo-se como bens a transferência de mercadorias entre os países e os serviços como a compra de assessoria, consultoria, conhecimentos, transporte, turismo, etc. (KEEDI, 2011, p. 25).

> O processo de importação se divide em três fases: administrativa, fiscal e cambial. A administrativa está ligada aos procedimentos necessários para efetuar a importação que variam de acordo com o tipo de operação e mercadoria. A fiscal compreende o despacho aduaneiro que se completa com os pagamentos dos tributos e retirada física da mercadoria da Alfândega. Já a cambial está voltada para a transferência de moeda estrangeira por meio de um banco autorizado a operar em câmbio. (MDIC, 2012)

Enfim, importação consiste na entrada de mercadorias ou serviços estrangeiros em território nacional de um país, onde de acordo com Maluf (2000, p.31): "É à entrada de mercadorias provenientes do exterior, em um país. E, consequentemente resulta, quase sempre, na saída de divisas."

O desígnio importação abrange várias transações, engloba muitos comissários e uma infinidade de definições. A rigor de exemplo pode-se citar uma pessoa física que compra tênis de um site chinês ou uma empresa que importa matéria-prima fazem o mesmo processo. Todavia, elas necessitam cumprir preceitos e regulamentos para a desbloqueio de entrada e saída de um artefato no país. A distinção está na obscuridade da execução em demandas referentes à: incidência de impostos; tipo do frete (modal); seguro; o Incoterm adotado, que vai definir as responsabilidades do exportador e do importador no quesito logístico e as peculiaridades de cada mercadoria.

Devido a essa complexidade, o comércio internacional suscita muitas hesitações, congruentemente entre as empresas que almejam principiar essa classe de operação.

O imposto de importação é conhecido também como tarifa aduaneira, direitos de importação, tarifa das alfândegas ou direitos aduaneiros, o imposto de importação é uma taxa de domínio da União, e assim se fundamenta visto que, por se referir à um tributo com ligações ao exterior, seu compromisso deve ser enquadrado de fato à União, que é ajuizada por esta relação, a qual deve ser uniforme no

contexto internacional, e não se deve incidir sobre a natureza jurídica dos Estados-membros, todavia da Federação em sua totalidade. (AC CAMPOS, 2019)

O referido imposto tem ganhado notoriedade no panorama internacional, visto que concebe uma ferramenta que os países usufruem em suas negociações internacionais, e, por conta de sua relevância política econômica é instrumento de copiosos tratados, intentando o aporte internacional e a necessidade de integração dos países em virtude da globalização, por intermédio do espontâneo trânsito de bens, serviços e fatores produtivos entre países signatários.

Convém salientar que o processo de importação pode ser feito por pessoas jurídicas e pessoas físicas. A dificuldade para entender como o processo ocorre é conhecer todos os trâmites que geram esse mecanismo. Por exemplo, pode-se referir a conveniência do importador inteirar-se do processo legal do país de origem e de destino.

Dessa forma, é essencial analisar o material documental requeridos para importar determinadas categorias de produtos. Alguns tipos de segmentos são intensamentes burocráticos e rebuscados de detalhes. Poucos deles são os medicamentos, alimentos e animais vivos. Essa acervo documental auxilia a assegurar o controle sanitário, ambiental e de segurança de cada país.

Outra fase a ser considerada se refere ao modelo de habilitação da empresa no Radar. Esta é a sigla se refere ao Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros.

A espécie de habilitação (expressa, limitada e ilimitada) designa a quantidade do volume de importações de uma empresa. Sem importar se essa empresa é a portadora do registro, uma trading ou pessoa física. O âmbito ou situação fiscal é outro ponto a ser examinado na alfândega. Nesse momento, são analisados os impostos coletados na execução de compra.

Ao chegar à rota predefinida, a mercadoria, dá gênese à discussão sobre os tipos de importação. Para tanto é essencial classifcar os três tipos de importação existentes no comércio exterior e as diferenças entre transferência de propriedade, nacionalização e despacho para consumo.

2.2 CARACTERÍSTICAS DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Os impostos federais estão previstos no artigo 153 da CF, este artigo determina a competência tributária federal para impostos, em que se tem sete impostos, ou seja, sete taxações que a União pode instituir em todo território nacional. Contudo, desses sete somente um ainda não foi instituído que é o imposto sobre grandes fortunas.

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional
>
> Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bemestar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte
>
> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.
>
> Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:
>
> I - Importação de produtos estrangeiros;
>
> II - Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
>
> III - Renda e proventos de qualquer natureza;
>
> IV - Produtos industrializados;
>
> V - Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;
>
> VI - Propriedade territorial rural;
>
> VII - Grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Todavia, o inciso um do artigo 153 da Constituição Federal aborda o imposto de importação que em regra o lançamento desse imposto é em regra por homologação, isso porque há situações em que esse lançamento é feito por declaração. Sendo que os lançamentos podem ser ofício, quando é realizado pelo fisco e pode ser por declaração, quando o contribuinte leva informações ao fisco e o fisco realiza este lançamento ou por homologação, quando o contribuinte realiza sozinho este lançamento, o fisco só vai homologar em momento posterior.

A priori, este lançamento é por homologação, realizado pelo contribuinte e depois o fisco analisa e comprovar se o lançamento corresponde ao fato gerador ocorrido.

Há situações em que quando se viaja ao exterior e realiza compras no local de destino no retorno dessa viagem se recebe uma ficha para preenchimento de informações sobre o que se comprou na viagem e vai trazer de produto para dentro do país. O fiscal da receita federal vai analisar se as mercadorias vão passar ou não da cota permitida. Caso passe haverá taxação. Em suma, o imposto de importação é lançado por homologação, realizado pelo contribuinte e homologado pelo fisco.

Outra caracterísitca do imposto de importação é que ele é extrafiscal. Ou seja, é regulador econômico. É cobrado de mercadorias vindas do exterior para o território nacional. Sendo que as importações não devem ser maiores do que as exportações, pois o governo poderá aumentar esse imposto para incentivar o consumidor brasileiro a comprarprodutos nacionais.

Importante salientar o aspecto material do núcleo gerador do imposto de importação que é a própria importação de produtos estrangeiros para o território nacional.

No aspecto espacial, se ratifica que o imposto de importação ocorre quando o produto entra em território nacional. Ao adentrar em território brasileiro, inicia-se a taxação.

> Art.33. A jurisdição dos serviços aduaneiros se estende por todo o território aduaneiro e abrange:
>
> I – Zona Primária – compreendendo as faixas internas de portos, aeroportos, recintos alfandegados e locais habilitados nas fronteiras terrestres, bem como em outras áreas nas quais se efetuam operações de carga e descarga de mercadorias ou embarque e desembarque de passageiros, procedentes do exterior ou a ele destinados;
>
> II – Zona Secundária – compreendendo a parte restante do território nacional, nela incluídos as águas territoriais e o espaço aéreo correspondente. Parágrafo único. Para efeito de adoção de medidas de controle fiscal, poderão ser demarcadas, na orla marítima e na faixa de fronteira, zonas de vigilância aduaneiras, nas quais a existência e a circulação de mercadorias estão sujeitas às cautelas fiscais, proibições e restrições que forem prescritas no regulamento."

O aspecto temporal, indica o tempo em que ocorreu o fator gerador. Ocorre quando a entrada jurídica é acionada no departamento fiscal. Porque mesmo que entre em estado fisicamente deve ser presente no despacho aduaneiro. Por exemplo, uma mercadoria que entr por navios e está presente em porto brasileiro, de fato não entrou no território porque não houve despacho aduaneiro. O ilustre jurista Geraldo Ataliba, explica que:

> "A lei continente da hipótese de incidência tributária traz a indicação das circunstâncias de tempo, importantes para configuração dos fatos imponíveis. Esta indicação pode ser implícita ou explícita. Na maioria das vezes é simplesmente implícita. (...)

Raramente a lei tributária estabelece condições especiais explícitas de tempo, restringindo o âmbito da hipótese de incidência, e, portanto, limitando a só alguns fatos – cabentes na descrição em que hipóteses de incidência consiste na qualificação de fatos imponíveis.

> "A mais importante função do aspecto temporal diz respeito à indicação – necessariamente contida na hipótese de incidência – do momento em que se reputa ocorrido o fato imponível (e, pois, nascida a obrigação tributária)" (Brito, 2017, p. 78)

O especto pessoal também é importante ser tratado nesta pesquisa porque engloba as pessoas que pssuem relação jurídica com este tributo.

Sujeito ativo: União, detentora da capacidade ativa, porque a Constituição Federal determina que este imposto é de competência da União.

Sujeito passivo: O contribuinte, porque ele realizou o fato gerador, é que possibilitou a, mercadoria entrar no país. Segundo, o importador, é a pessoa jurídica ou quem a ele a lei equipara, ou apessoa que realemnte comprou. Em seguida, tem o arrematante, a pessoa que compra mercadoria apreendidas, em leilões da Receita Federal. O arrematante passa a ser contribuinte quando comora esses produtos. Há também o destinatário postal, que recebe “presentes” do exterior.

Tem ainda representante ou responsável tributário, que deve pagar o tributo mesmo sem ter sido o responsável pela compra do produto, por gerar o fato gerador. Há também transportador, a empresa que transporta mercadoria do exterior, ele é responsável e pode ser obrigado a efetuar o pagamento do produto, mesmo que depois ele entre com ação contra o contribuinte específico.

2.3 IMPORTÂNCIA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Os impostos foram criados ainda na Mesopotâmia, em que se comprova sua veracidade por peças de barro encontradas recentemente e que datam de 4.000 a.C. A história narra feitos tributários no governo dos Sumérios, um dos povos que viviam na referida região, contam que além de entregarem ao governo parte dos alimentos produzidos, eram também obrigados a passarem cinco meses no ano trabalhando para o rei. (SUPERINTERESSANTE, 2019)

> Era assim também no antigo Egito. As evidências indicam que, em 3000 a.C., os faraós coletavam impostos em dinheiro ou em serviços pelo menos uma vez por ano. Ninguém era tão temido quanto os escribas, responsáveis por determinar a dívida de cada um. O controle era tão rigoroso que fiscalizavam até o consumo de óleo de cozinha pelas residências, já que essa era uma substância tributada. Os impostos eram mais altos para estrangeiros, e especula-se que foi para pagar dívidas tributárias que os hebreus, por exemplo, acabaram como escravos. (SUPERINTERESSANTE, 2019)

Mas em se tratando de imposto sobre produtos estrangeiros, houve aperfeiçoamento na Roma Antiga, conforme se observa, na reportagem da revista Super Interessante, pág. 26.

> O Império Romano aperfeiçoou a técnica de impor tributos a estrangeiros. Em economias pré-industriais, a terra e o trabalho são os principais ingredientes da riqueza. Por isso, a conquista de outras terras e povos dava aos romanos acesso a mais riqueza, o que, por sua vez, permitia que conquistassem e controlassem um território ainda maior.
>
> O censo, usado até hoje em muitos países, foi criado pelos romanos para decidir quanto deveriam cobrar de cada província. O cálculo era feito com base no número de pessoas. Até hoje, a capacidade de cobrar impostos é diretamente proporcional à quantidade e qualidade de informações disponíveis sobre os contribuintes.

Tem-se que o imposto de importação é um tributo que incide sobre a importação de mercadorias estrangeiras e sobre a bagagem de viajante que vier do exterior. O contribuinte do imposto é o importador.

A função do imposto de importação é puramente econômica, ou regulatória. Por essa razão, a Constituição previu que este imposto não precisa obedecer ao princípio da anterioridade: alterações nas alíquotas podem valer para o mesmo exercício financeiro (ano) em que tenha sido publicada a lei que o aumentou. Seguem a mesma linha o Imposto de Exportação, o Imposto sobre Operações Financeiras, o Imposto Extraordinário de Guerra e o Imposto sobre Produtos Industrializados.

O Imposto sobre Importação é calculado sobre o valor aduaneiro – apurado na forma prevista no Acordo Sobre a Implementação, o qual possui status de lei e estabelece as normas fundamentais sobre valoração aduaneira no Brasil – com alíquotas variáveis.

A importância do referido imposto se dá da seguinte forma, pela arrecadação não há nenhuma, visto ser um imposto federal, todavia, tem a função de balancear a economia e incentivar que se compre menos do exterior e se exporte mais.

Outro mecanismo que se observa quanto à importância do imposto supracitado é que sua alíquota varia conforme a mercadoria, direcionando também o consumidor a um produto mais em conta. Ora, é notório salientar que se o importador, adquire algo mais barato do exterior terá economia para

3.1 O PROCESSO DE IMPORTAÇÃO

I dispensa de licenciamento: regra geral para importações;

II licenciamento automático: rol do art. 13, Portaria n.º 23/2011, do Ministério do Desenvolvimento;

III licenciamento não automático: rol do art. 14 da mesma Portaria.

3 IMPACTOS DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA SERRA DA IBIAPABA

Na ordem o primeiro passo de todo o processo, é o importador analisar no Portal Siscomex, que pertence à Receita Federal em que são feitas operações aduaneiras (relacionadas à importação e exportação), o tratamento devido para o seu ato. Existem três formas que instituem tal ato:

Com a dispensa de licenciamento, os importadores efetuam o registro da Declaração de Importação (DI) no Portal Siscomex e dão início aos procedimentos de despacho aduaneiro com a Receita Federal do Brasil.

Nas operações com licenciamento, o importador registra a solicitação de Licença de Importação (LI) no Portal Siscomex. O pedido é então analisado pelos órgãos anuentes, que poderão ou não o deferir.

Em ambos os casos, alguns produtos podem estar sujeitos à inspeção da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) ou do Mapa (Ministério da Agricultura). Após a inspeção desses órgãos, o produto procederá ao Desembaraço Aduaneiro, etapa em que serão recolhidos os tributos.

No processo de importação faz-se necessário conhecer a base de cálculo do imposto de importação em que a contabilização depende de cada tributo e da alíquota incidente. O percentual vai de 0 a 35%, conforme a mercadoria que está sendo importada.

Essa questão pode ser verificada na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que pode ser consultada na Tarifa Externa Comum (TEC).

Depois de verificar a alíquota, é preciso aplicá-la sobre o valor aduaneiro. Por exemplo: uma taxa de 15% sobre R$ 5.000 resulta em um II de R$ 750. aplicar seu dinheiro na região em vive. Comprando mais e consumindo mais.

3.2 FUNÇÃO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

O imposto de importação possui como principal função proteger produtos fabricados no nosso país da concorrência vinda do exterior. No entanto, em regiões em que não há muita importação também não impacto positivo algum.

Todavia, em regiões como a Serra da Ibiapaba há um forte impacto positivo na economia, tanto no equilíbrio com a exportação quanto na proteção de mercado. Existindo também a possibilidade de economizar na taxação de imposto para comprar em setores diferentes, fazendo circular mais dinheiro na região.

Para que haja melhor compreensão retorna-se a ideia da extrafiscalidade, sendo exímio regulador econômico, podendo ser até feito analogia como um bom advogado de defesa do mercado interno.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O método que utilizado na pesquisa abrange dois polos: em primeiro lugar, a pesquisa bibliográfica que fundamenta a base teórica acerca da matéria abordada; e em segundo, a pesquisa de dados através de entrevista estruturada, padronizada e dirigida, com profissionais do comércio do município de Tianguá – CE que trabalham em uma empresa de exportação, através de formulários pré-estabelecidos, com indagações objetivas e subjetivas, com intuito de serem coletados dados quantitativos e qualitativos, no período de 02 à 09 de março de 2022..

Como citado acima, a presente abordagem científica utilizará como um de seus procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica, que, nos ensinamentos de Eva Maria Lakatos (2003) abarca toda e qualquer produção bibliográfica publicada com relação à temática objeto dos estudo científico, valendo-se de publicações avulsas, revistas, editoriais, teses, dissertações, livros, jornais, material cartográfico, gravações em fitas magnéticas e audiovisuais, filmes, programas de televisão, boletins, dentre várias outra fontes.

Na entrevista padronizada e dirigida há liberdade para que o entrevistado expresse suas opiniões sobre o tema abordado, cabendo ao pesquisador apenas incentivar e direcionar as etapas da entrevista (LAKATOS, 2003).

4.1 QUANTO À ABORDAGEM

Quanto ao método de abordagem optou-se pelo dedutivo com procedimento qualitativo.

4.2 QUANTO À NATUREZA

Estudo de natureza qualitativa bibliográfica e de campo, por meio da captação do discurso dos sujeitos observados seja possível chegar aos resultados esperados, e também devido à abordagem qualitativa preocupa-se em compreender e aprofundar dentro da realidade, valores, crenças, comportamento, que faz relação a um espaço mais intenso das relações, dos processos e fenômenos humanos (MINAYO, 2008, p. 62).

O presente trabalho é fruto de interpretações e análises do pensamento de vários autores que versam sobre a temática em questão. Para se chegar aos objetivos a pesquisa apresentada possui caráter exploratório com pesquisa de campo.

4.3 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

A técnica de pesquisa predominante foi a bibliográfica, porém utilizou-se também a técnica individual.

A coleta de dados ocorreu em dois momentos: sendo o primeiro momento uma conversa informal com profissionais de uma empresa de exportação já no segundo momento uma entrevista no intuito de colher informações sobre a satisfação, impactos e importância da importação na Serra da Ibiapaba.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa realizada busca encontrar pontos de intersecção que possa proporcionar entendimento ao real sentido e aplicabilidade do imposto de importação. Para elucidar a proposta é necessário citar cada pergunta e sua devida resposta ao entrevistado, no apêndice da pesquisa encontra-se o termo de autorização e consentimento do pesquisado, o qual é gerente no Ceará Importação de Peças e Acessórios LTDA (CPL Import).

A primeira pergunta “Quais os portos/aeroportos/pontos de fronteira são utilizados para as operações de desembaraço aduaneiro de importação?”

> ENTREVISTADO:
>
> Portuário e Industrial Mário Covas, no Pecém (São Gonçalo do Amarante, Porto de Santos, Porto de Itaguaí, Paranaguá, Rio Grande, Suape, Itaqui, Vila do Conde, São Francisco do Sul, Santarém, vitória, Porto seco de Virgínia, e os pontos de fronteiras de Chuí e Jaguarão, nas operações de importação são utilizados os aeroportos de Guarulhos, Campinas e Confins, além do Porto de Santos e Porto Seco de Varginha.

Percebe-se que o entrevistado realmente tem conhecimento de causa acerca da temática em questão, pois o Imposto de Importação é de fato, sua área de atuação profissional, o mesmo pontuou os portos de em que são realizadas as operações aduaneiras.

A segunda indagação “Quais as principais etapas para realização de uma operação de importação?”

> ENTREVISTADO:
>
> Registro da DI ou da DUIMP.
>
> Registro no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), tecnologia em comércio exterior.
>
> Parametrização (canal) Recepção da Carga.
>
> Distribuição.
>
> Conferência.
>
> Desembaraço Aduaneiro. Entrega.

O entrevistado foi simplista e preciso em sua resposta, ao abordar as etapas principais concernente à operação de importação. É importante que cada etapa seja seguida na íntegra para realização do processo de importação.

A indagação três traz, “Quais as principais dificuldades encontradas pela empresa para realização das operações de importação? Qual(ais) justificativa(s)?”

> ENTREVISTADO:
>
> A alta complexidade da legislação aduaneira, a alta carga tributária sobre os produtos importados, ressaltando a grande ineficiência e insuficiência dos portos.
>
> - O sistema tributário brasileiro atrapalha a expansão para 31% das exportadoras e a iniciativa de começar para 24% das que não venderam para o exterior no último ano.
>
> - A infraestrutura do país prejudica a logística para exportar. Entre os que não exportaram, 7% dizem que esse foi um impeditivo.
>
> - O excesso de barreiras atrapalhou 20% dos que já exportam e intimidaram 8% dos que ainda não começaram.
>
> - A falta de trabalhador qualificado.

Conforme a resposta do entrevistado, um dos principais entraves na realização de operações de importação é a alta carga tributária, mas também existem ainda outros empecilhos como baixa infraestrutura e excesso de barreiras, são potenciais obstáculos.

A quarta pergunta aborda “O excesso de burocracia na zona primária para a obtenção do DTA dificulta o uso das zonas secundárias?”, objetivamente o entrevistado afirmou que “sim”.

Na indagação cinco, “Quais os impactos da oscilação no câmbio nas operações de importação da empresa?”, o entrevistado afirma que “o impacto financeiro, devido à complexidade da gestão de custo e precificação dos produtos”, é a principal implicação da oscilação no câmbio em operações de importação.

A sexta pergunta, “Quais os possíveis impactos de melhoria na infraestrutura logística brasileira para a competitividade da sua empresa?”, conforme o entrevistado, são, “Redução de custos, de linha de tempo, e melhor desempenho nos processos”.

Na última pergunta, “O que o governo precisa fazer para melhorar a competitividade das empresas que operam com o comércio exterior?”, respondeu o seguinte, “A nível de importação tornar menos burocrático e mais ágil os processos aduaneiros. A nível de exportação melhorar os meios de

escoamento das produções até os portos brasileiros", o excesso de burocracia é obstáculo para operações aduaneiras serem mais ágeis e eficazes para o escoamento de produções.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como tem como objetivo verificar o Imposto de Importação e seu impacto no desenvolvimento econômico na Serra da Ibiapaba, tendo metodologia híbrida, com pesquisa bibliográfica e de campo.

Em seu sentido real o Imposto sobre Importação tem como objetivo regulamentar o mercado. Além do mais, atua como advogado de defesa do mercado interno. É, portanto, um regulador de mercado.

Sabe-se que em relação a custos do importador não entram no valor aduaneiro, como gastos de montagem, construção etc., efetuados após a importação, assim como o transporte interno do porto até o estabelecimento do importador e os tributos internos no país de importação (IPI, ICMS, PIS, Cofins) e que uma das principais características do Imposto de Importação é que somente a União tem competência para instituí-lo e cobrá-lo, portanto é um imposto federal.

A entrevista com o gerente da CPL consolida a veracidade da revisão bibliográfica pautando a desburocratização do processo de importação em áreas aduaneiras e reforçando a importância do imposto em questão. Salientando que o conhecimento acerca da matéria abordada é essencial e é capaz de impulsionar o mercado local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRITO MACHADO, Hugo de. Curso de Direito Tributário, 27a. edição, Malheiros Editore, 2017.

KEEDI, Samir. ABC do comércio exterior: abrindo as primeiras páginas. 3. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M.C de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.11.ed. São Paulo, Hucitec, 2008. 407 p.

O que é importação?. Disponível em: http://accamposcomex.com/blog/o-que-e- importacao/. Acesso: 27 nov. 2019.

RATTI, Bruno. Comércio Internacional e Câmbio. São Paulo: Aduaneiras, 2006.Uma breve história dos impostos. Disponível em: https://super.abril.com.br/historia/por-que-pagamos-impostos/ Acesso: 10 abr. 2022.

Capítulo 8

10.37423/250309791

VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES:REFLEXÕES ACERCA DA INCIDÊNCIA E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO

Paula Montenegro Euzébio

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Melina Mara de Souza

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Paolla Santini Magioni

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais



Resumo: Dados globais revelam que o Brasil é um dos países em que mais ocorre violência de gênero. Considerando o impacto deste fenômeno para a integridade das mulheres, esta pesquisa desenvolveu-se pela análise de dados quantitativos relativos à violência contra a mulher em um município do sul de Minas Gerais, coletados em diferentes órgãos públicos, articulada a um levantamento bibliográfico pertinente ao tema. Teve como objetivo refletir acerca da atuação dos diferentes mecanismos de proteção às mulheres, contribuindo com análises no âmbito das políticas públicas de combate às violências contra as mulheres, considerando uma visão ampliada acerca das bases que as sustentam. Identificou-se a necessidade de uma formação profissional especializada, que leve em conta a estrutura social na compreensão do fenômeno em questão, e de uma atuação articulada entre os diferentes serviços.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres; Rede de proteção; Políticas públicas; Formação profissional.

1 INTRODUÇÃO

As violências enfrentadas pelas mulheres no Brasil foram pauta central do movimento feminista no final do século XX, alvo de mobilizações que obtiveram grandes conquistas. Muitas propostas para seu combate foram acatadas na Constituição de 1988, a qual modificou em grande escala a visão jurídica da mulher no país (CARNEIRO, 2003).

Segundo a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, realizada em 1994), a violência contra mulheres é considerada como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. A Convenção dispõe que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual ou psicológica: a) perpetrada no âmbito do ambiente doméstico e familiar; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa; e c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (BRASIL, 2018).

Em relação aos aspectos relativos à violência doméstica e intrafamiliar – um dos âmbitos no qual a violência contra mulheres ocorre –, é fundamental citar a Lei Maria da Penha (11.340/2006), vigente há 14 anos no Brasil. Como indica Campos (2013), a Lei não é meramente punitiva – apesar de englobar intensificação das penas –, mas contempla mecanismos de prevenção a violência e assistência à vítima, aspectos balizadores para a transformação social. Entretanto, apesar dos avanços representados pela Lei, na prática os dados de violência contra as mulheres permanecem altos, havendo subnotificação dos dados, representando obstáculos ao conhecimento público do problema e, assim, de se traçar estratégias de combate à violência contra a mulher (CAMPOS, 2013). A lei é um importante marco nas lutas pelos direitos das mulheres no Brasil e no reconhecimento da violência contra as mulheres como um problema social e de políticas públicas (PASINATO, 2015)

No Brasil, as taxas de homicídio de mulheres - feminicídio -, calculadas a partir dos dados registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS), no ano de 2015 consistiu em 4,4 por 100 mil mulheres; e quanto aos relatos de violência registrados pelo Ligue 180, em 2015 foram registrados 56,3 por 100 mil mulheres analisando todo o país, sendo, no estado de Minas Gerais, um quantitativo de 49,2 por 100 mil mulheres (BRASIL, 2018).

Além disso, cabe indicar os impactos na vida das mulheres, especialmente quanto a violência doméstica, do momento de isolamento social iniciado no Brasil em 2020, em decorrência da pandemia gerada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). O período escancarou e acentuou o problema da violência

doméstica, apresentando aumento nos países afetados pelo vírus (ONU, 2020). No Brasil, estiveram dentre os fatores de ampliação da vulnerabilidade das mulheres: diminuição da coesão social e o acesso aos serviços públicos e instituições que compõem a rede social dos indivíduos, prejudicando a busca por ajuda, proteção e alternativas; o maior tempo de convivência com o agressor; distanciamento de uma rede de apoio; o aumento do nível de estresse do agressor; consumo de bebidas alcoólicas ou outras substâncias psicoativas; sobrecarga feminina com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, idosos e doentes reduzindo a capacidade de evitar o conflito; medo da violência também atingir seus filhos; dependência financeira com relação ao companheiro em função da estagnação econômica e da impossibilidade do trabalho informal. (MARQUES et al., 2020)

Posto isso, este trabalho coloca em pauta um fenômeno que afeta a integridade das mulheres, que é o da violência perpetrada contra elas. Sustenta-se nos altos índices de violências enfrentadas pelas mulheres pela sua condição de mulher e necessidade de medidas que colaborem com o enfrentamento dessa realidade.

Considera-se que a apresentação de dados é insuficiente para a compreensão ampla das bases que sustentam o fenômeno da violência. Assim, indicamos que a temática deve ser discutida tendo em vista o contexto sócio-histórico-cultural em que ocorre, marcado por desigualdades entre homens e mulheres. Por tanto, compactuamos com a perspectiva de que é fundamental compreender que a violência contra a mulher não ocorre “aleatoriamente”, mas deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino, em desigual relação atribuída e justificada pela diferença sexual (SAFFIOTI, 2015).

Além disso, é fundamental considerar que as relações de gênero se dão em um contexto econômico capitalista (FEDERICI, 2017), marcados no Brasil pelo colonialismo e racismo, originando relações assimétricas e hierarquizadas, importantes aspectos para a compreensão da dinâmica social (BANDEIRA, 2013), e, no que concerne este trabalho, para a compreensão do contexto em que ocorrem as violências contra as mulheres.

Devido à falta de dados e aos limites da pesquisa, as violências não são analisadas aqui em todas as suas facetas, que são complexas e variadas. Neste artigo nosso objetivo é apresentar os dados coletados acerca da violência contra a mulher em um município do Sul de Minas Gerais, registrados em 2017 e 2018, analisando os dados quantitativos em conjunto com a bibliografia pertinente ao tema, com o intuito de propiciar reflexões no âmbito das políticas públicas que atuam frente às violências. Abordamos, assim, os índices e tipos de violência, aspectos relativos à vítima e ao agressor,

levando em conta questões de gênero, raça e classe social – compreendida aqui a partir da condição socioeconomica, e a maneira em que a coleta de dados e o atendimento à vítima têm se dado em diferentes órgãos, refletindo acerca do papel da rede de serviços no combate às violências.

2 DESENVOLVIMENTO

As discussões realizadas neste artigo decorrem de um Projeto de Extensão com interface à Pesquisa (nome preservado a fim de garantir o anonimato) desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, entre 2019 a 2020, através do qual foram coletados dados relativos às violências enfrentadas pelas mulheres em um município do Sul de Minas Gerais, ocorridas no período de 2017 e 2018.

Inicialmente foram listados os órgãos públicos que atuam em alguma medida nos casos de violência contra as mulheres no município, sendo identificados a Secretaria Municipal de Saúde, a Polícia Militar, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social e o Ministério Público. A partir desse levantamento, os dados foram coletados nos seguintes órgãos:

Na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos dados contidos no Sistema de Notificação de Agravos (SINAN), acerca dos registros de agravos de violência interpessoal contra mulheres. Segundo o Portal SINAN do Governo Federal, o instrumento é principalmente alimentado pela notificação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, indicados pela Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de Setembro de 2017, anexo V - Capítulo I, sendo a violência interpessoal/autoprovocada computada nesta, a qual enquadra a violência contra as mulheres. O SINAN permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, contribuindo para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica. (GOVERNO FEDERAL, 2019).

Os dados da Polícia Militar foram obtidos por meio de diálogo com a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD), quanto aos dados dos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS), envolvendo violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher. A Polícia Militar contém os profissionais que muitas vezes fazem o primeiro atendimento ainda na residência ou em via pública, encaminhando para outros serviços da rede (SPM/PR, 2011). A PPVD, segundo Agência Minas (2019), trata-se de um serviço criado em 2010 e tem como missão desestimular ações criminosas no espaço domiciliar e familiar, para proteção da mulher vítima de violência. O serviço ocorre por meio de contato inicial com

a vítima, no momento dos fatos, e após análise das ocorrências de maior gravidade e das reincidências, a equipe verifica se é do interesse da vítima um acompanhamento pela patrulha.

Os registros da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) utilizados foram relativos às medidas protetivas ofertadas. A DEAM é o órgão especializado da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência. Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) (2011), as atividades das DEAMs têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, pautadas no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios do Estado Democrático de Direito (Norma Técnica de Padronização das DEAMs, SPM:2006), tendo como uma de suas atribuições a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas.

Por fim, os dados do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), relativos aos casos acompanhados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFIMulher/CREAS. Este, é responsável pelo apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos (SPM/PR, 2011). No CREAS oferta-se atendimento especializado bem como encaminhamento para a rede de serviços locais, com acompanhamento e monitoramento dos casos encaminhados.

Para tal, houve contato prévio com as instituições, permissão em participação do estudo e entrega do Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD). Cabe ressaltar que o projeto passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, apresentando o código de autorização CAAE: (nome preservado a fim de garantir o anonimato)

Indicamos que dados do Ministério Público e referentes aos inquéritos da DEAM, não foram possíveis de serem obtidos devido às medidas adotadas diante a pandemia gerada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), em 2020, que alterou o funcionamento normal dos órgãos. Apesar disto, indicamos que tias dados podem trazer elementos importantes acerca do tempo que leva da abertura à conclusão dos inquéritos, bem como dos julgamentos dos casos, sendo fecundo para compreender a atuação de órgãos e a efetividade de suas medidas.

Nos limites deste artigo, serão abordadas as seguintes categorias levantadas na pesquisa: 2.1 Quantidade de registros; 2.2 Tipos de violência; 2.3 Dados sobre a vítima; 2.4 Agressor e local de ocorrência; 2.5 Motivação; 2.6 Medidas de proteção à vítima.

O estudo englobou uma interdisciplinaridade de saberes, destacando a importância do diálogo entre diversas áreas do conhecimento para uma compreensão e atuação mais coerente com a realidade social, envolvendo o intercâmbio especialmente da Psicologia com a Geografia, Saúde Coletiva, Sociologia, Direito e Políticas Públicas.

A seguir estão as categorias formuladas a partir dos dados coletados e a discussão junto ao levantamento bibliográfico realizado.

2.1 QUANTIDADE DE REGISTROS

A quantificação dos registros de violências faz-se necessária para a compreensão da incidência da violência no município analisado. A Secretaria Municipal de Saúde de Poços de Caldas (MG) apresentou 184 casos notificados pelo SINAN em 2017, e 245 casos em 2018, e a Polícia Militar por meio do REDS informou que foram realizados 1464 registros de violência contra a mulher no município em 2017, e 1520 registros em 2018. Ambos os órgãos demonstraram um aumento do número de notificações do ano de 2017 para o ano de 2018, que pode representar tanto um aumento real de casos de violência, como um aumento de denúncias devido a campanhas para o combate da violência, implicando em menor subnotificação. Ainda, é possível perceber uma discrepância entre os dados da saúde e os dados da polícia militar. Este aspecto pode demonstrar que a notificação compulsória ainda é incipiente, com baixo preparo dos profissionais da rede de saúde para o acolhimento das vítimas e realização da notificação, e/ou pouca procura destes órgãos por parte das vítimas.

Em relação à atuação da saúde, Vasconcelos, Holanda e Albuquerque (2016) indicam a importância da atenção primária na identificação e assistência às mulheres vitimadas, visto o adoecimento causado pelas violências, seja orgânico ou psíquico. Explicam que muitas mulheres procuram os serviços de saúde por causa de problemas advindos da violência sofrida e não para relatar o caso, sendo necessário que os(as) profissionais da saúde acolham estas mulheres, investigando o motivo da consulta com uma escuta sensível e sem julgamentos, além de notificar os casos identificados. Assim, a falta de preparo profissional pode gerar um atendimento ineficiente, além de uma baixa quantidade de notificações, implicando em um diagnóstico deficitário.

Por sua vez, Pasinato (2015) identifica que a baixa especialização das(dos) profissionais têm contribuído para a permanência de atendimentos discriminatórios e prejudiciais às mulheres, decorrendo em posturas baseadas em crenças e valores que não reconhecem a gravidade da violência.

Assim, considera necessária uma formação que incentive o pensamento crítico e autorreflexão das práticas cotidianas.

A partir dos dados registrados, em relação à população de Poços de Caldas (MG), estimada pelo IBGE (2019) um total de 166.085 habitantes no ano de 2016, sendo, segundo do censo de 2010, 51,7% (85.866) mulheres, tomando como base os dados dos REDS, a cada 10.000 mulheres, foram registrados 170,49 casos em 2017, e 177 em 2018.

2.2 TIPOS DE VIOLÊNCIA

A especificação do tipo de violência sofrida foi apresentada por todos os órgãos (Gráfico 1). Para a análise dos dados optou-se pela utilização das categorias: violência física; violência psicológica; violência patrimonial/financeira; violência moral; violência sexual. Esta se baseou na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e foi necessária para uma melhor análise e comparação dos dados entre os órgãos, visto que em alguns deles as violências identificadas continham outras nomeações. Assim, para análise dos dados contidos no REDS e na DEAM relativos às medidas protetivas, foi necessário realizar um agrupamento em tais categorias.

Os dados do SINAN, indicaram que a maior parte das violências, em 2018, envolveu violência física (97,14% dos casos), seguida da violência psicológica (60% dos casos). Alguns dados contidos no sistema foram agrupados na categoria outros, e também houveram casos em que no registro constava "ignorado". É importante ressaltar que em muitos casos mais de um tipo de violência foi registrado.

Em relação ao REDS, constata-se que a maior parte das violências registradas em 2018 também foram relativas à violência física (45,13% dos casos), seguida da violência psicológica (38,15% dos casos). Com menores índices, a violência patrimonial (7,36%), a violência moral (5,06%), e o mais baixo relativo à violência sexual (2,1%). Alguns dados foram computados na categoria outros. Este órgão enquadrou apenas uma especificidade por denúncia, não englobando mais de um tipo de violência em uma mesma denúncia, o que pode indicar uma dificuldade na percepção da forma como a violência contra as mulheres ocorre, seja por parte dos profissionais, na utilização dos instrumentos de coleta e/ou nos limites da própria denúncia.

Já em relação aos dados relativos aos atendimentos do CREAS em 2018, a violência psicológica apresentou os maiores índices, sendo quase a totalidade dos casos (95,20%), seguida da violência física (77,84%). A violência patrimonial apresentou o terceiro maior índice (59,28%), e a violência moral representou quase metade dos casos (50,29%). Os menores índices apresentados foram relativos à

violência sexual (30,53%), entretanto, representando o maior índice desta categoria se comparado aos dados apresentados pelos demais órgãos.

Os dados acerca das medidas protetivas de 2018 também apresentaram os maiores índices relativos à violência psicológica (50,94%), seguida da violência física (34,27%).

Assim, compreende-se que em todos os órgãos a violência física e a psicológica foram as mais presentes. Cabe indicar que o papel de cada órgão influencia na lida com os casos de violência e seu registro, podendo acarretar na diferenciação dos dados, além de demonstrar o perfil de vítima que busca cada órgão. Além disso, órgãos que apresentam uma única categoria de violência registrada por caso podem demonstrar uma carência na compreensão de como o fenômeno incide, uma vez que as violências muitas vezes acompanham mais de uma, como indicam diversos estudos.

Safiotti (2015) considera que as violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Heloise, Ellsberg e Gottemoeller (1999) indicam que o abuso íntimo de parceiros - violência doméstica - é acompanhado por abuso psicológico e em alguns casos também por sexo forçado. Aqui pode-se indicar a existência do estupro marital e de uma sexualidade marcada pela violência, que decorrem do suposto direito dos homens acessarem as mulheres, atrelado à ideia de existência de uma pulsão sexual masculina e da mulher como objeto de apetite sexual, além do convencimento das mulheres de que “o casamento e a orientação sexual voltada aos homens são inevitáveis componentes de suas vidas – mesmo se opressivos e não satisfatórios” (RICH, 2010, p.26).

Já estudos como o de Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), indicam que a violência psicológica apresenta caráter silencioso e crônico, ocorrendo sempre à *priori,* sendo que as vítimas consideram o sofrimento psíquico mais intenso do que a agressão física. Ainda, os impactos da violência afetam diversas facetas de suas vidas, como o trabalho, as relações sociais e a saúde da mulher. As autoras indicam pesquisa da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) que associa a vivência de contextos violentos e a uma propensão a sofrer desordens alimentares, abuso de álcool e outras drogas, estresse, depressão, ansiedade, fobias, pânico e baixa autoestima. Tais aspectos nos fazem refletir acerca da denúncia prevalecer muitas vezes em relação aos casos de violências físicas, mesmo que ainda subnotificadas, havendo dificuldades na compreensão da extensão das violências psicológica, emocional, moral, e seus impactos na vida das vítimas.

Por sua vez, o grau da lesão foi uma especificidade contida no REDS. A maior parte dos registros envolveu violência sem lesões aparentes, representando mais da metade dos casos em 2017 e 2018, seguido de lesões consideradas leves, representando praticamente um quarto dos casos. Já as lesões

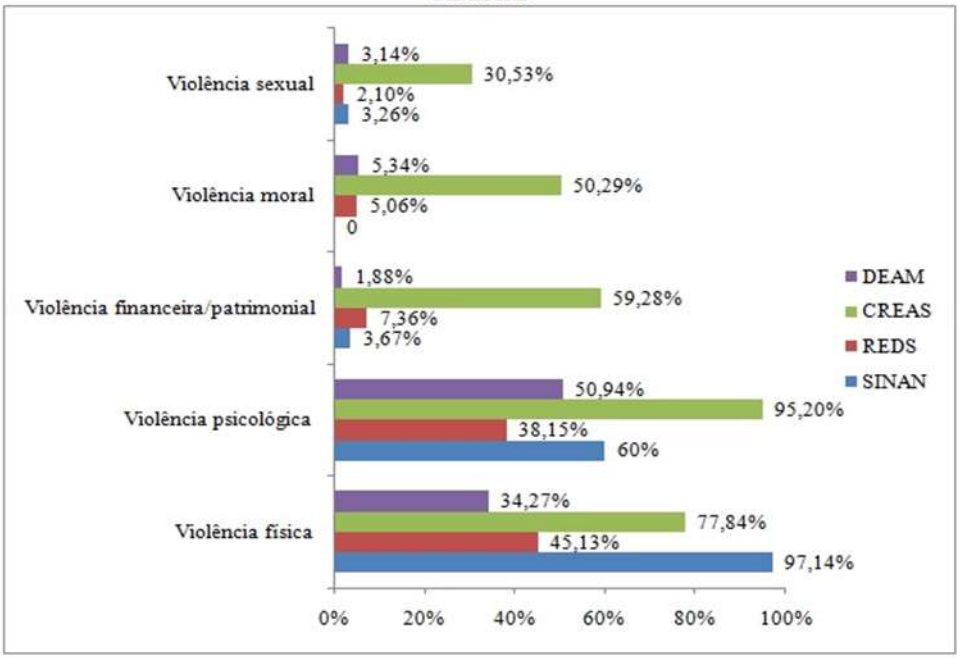
consideradas graves ou inconscientes e as fatais representaram os menores índices. Ainda, parte dos dados constava como ignorado nesta categoria.

Já a incidência da violência, apresentada no SINAN, indicou que praticamente em metade dos casos a vítima já havia vivenciado violência outras vezes (47,3% dos casos de 2017 e 51,42% em 2018). Esse fato pode demonstrar lacunas nos serviços prestados às vítimas, e, por outro lado, representar a dificuldade da mulher sair de uma relação abusiva. Estas podem se dar por diversos fatores, como: por internalizar a dominação masculina como natural; pela dependência emocional e/ou financeira da vítima; pela valorização do modelo de família pregado; pela idealização do casamento; pela preocupação com os filhos; por medo de desamparo, principalmente na falta de uma rede de apoio social e familiar. (ARAÚJO, 2008)

Podemos relacionar também ao chamado ciclo de violência, que acaba por fazer a vítima permanecer na relação e a sofrer novas agressões (WALKER, 1979). Uma pesquisa realizada pelo Observatório da Mulher Contra a Violência (2018), indica o estudo da psicóloga americana Lenore Walker, que percebeu que a violência entre homens e mulheres em suas relações afetivas e íntimas apresentava um padrão, ocorrendo em três fases, sendo elas: primeiro o aumento da tensão, seguido do ato de violência, e por fim a chamada lua de mel, na qual o agressor se mostra arrependido e age com comportamentos carinhosos, posteriormente retornando à fase inicial (OBSERVATÓRIO DA MULHER, 2018).

Tais fatores devem ser levados em conta na lida dos serviços de atendimento, pois implicam na tomada de decisões das mulheres. Neste contexto, como sugere Pasinato (2015), é necessário proporcionar condições para que as mulheres conheçam seus direitos e se reconheçam como sujeitos de direitos. Além disso, Machado et al (2020) indica que a integração dos serviços de saúde, assistência social, assistência jurídica e segurança pública, tem um importante papel para que a vítima consiga sair do ciclo de violência, devendo ter como norte a proteção, a prevenção e um atendimento eficaz e contínuo para os casos. Assim, a formação continuada dos profissionais se torna imprescindível, e deve se pautar no reconhecimento da ordem societária patriarcal (MACHADO et al, 2020), bem como a compreensão de que diferentes estruturas de poder se interligam e afetam as mulheres de maneiras distintas.

Gráfico 1: Tipificação da violência registrada nos anos de 2018 pelo SINAN, REDS, CREAS e DEAM



Fonte: Dados do Sistema de Notificação de Agravos (SINAN) informados pela Secretaria Municipal de Saúde de Poços de Caldas (MG); Dados do Registros de Eventos de Defesa Social (REDS) informados pela Polícia Militar de Poços de Caldas (MG); Dados coletados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); Dados coletados na Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher da Delegacia Civil (DEAM)

2.3 DADOS SOBRE AS VÍTIMAS

Em relação aos dados sobre as vítimas, foram solicitadas aos órgãos parceiros a idade, a raça/etnia e a condição socioeconômica. Esta última não foi informada em nenhum dos órgãos, o que dificulta um entendimento amplo acerca do fenômeno. Por outro lado, constam dados relativos à escolaridade da vítima, possibilitando reflexões quanto ao grau de instrução das mesmas, nos trazendo pistas sobre esse aspecto.

A idade das vítimas é analisada a partir dos dados de 2018 contidos no SINAN e no REDS. O fenômeno foi avaliado agrupando a idade das vítimas de cinco em cinco anos. Os dados apresentados pelos dois órgãos indicam que os maiores índices estão entre a faixa etária de 16 a 40 anos, mas indicam também que crianças e idosas também sofrem com a violência de gênero e que esta pode afetar as mulheres de todas as idades. Acreditamos que os dados das violências acometidas a estes grupos podem constar em outros sistemas, como por exemplo dos casos de abuso infantil.

Já em relação à cor das vítimas, esta é analisada a partir dos dados de 2017 e 2018 contidos no SINAN e no REDS, não havendo um comparativo relacionado à porcentagem de pessoas brancas, pardas, pretas e amarelas que residem no município analisado (Gráfico 2). Assim, não é possível identificar de forma fidedigna como a violência afeta as mulheres no município de acordo com a especificidade

racial. Apesar disso, os dados de ambos os órgãos indicam que a maior parte das mulheres que sofreram violência nestes anos se identificaram como brancas, e que as violências sofridas pelas mulheres pardas e negras aumentaram em 2018, se comparado ao ano anterior – mulheres pretas de 5,43% para 12,24% (SINAN) e de 10,31% para 12,32% (REDS); e pardas de 11,41% para 16,32% (SINAN) e de 23,70% para 28,88% (REDS). Por sua vez, os casos em que esta categoria constava ignorada no SISAN diminuíram significativamente (de 13,58% em 2017 para 1,63% em 2018), representando um avanço para a compreensão do fenômeno.

Segundo dados do *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil,* indicadores nacionais e estaduais de 2018 (Brasil, 2018), foi verificada que a violência letal atinge de forma diferente as mulheres a depender de sua raça, uma vez que, enquanto a taxa de homicídios de mulheres brancas em 2015 foi de 3,0, a mesma taxa entre as mulheres pretas e pardas foi de 5,2 por 100 mil mulheres.

Por sua vez, reflete-se acerca da escolaridade das vítimas a partir dos dados contidos no SINAN. Os dados indicam que grande parte das vítimas não chegou ao ensino superior, havendo muitas sem ao menos ter concluído o ensino (46,53% das vítimas em 2018). Apesar disso, muitos dos casos continham "ignorado" neste aspecto.

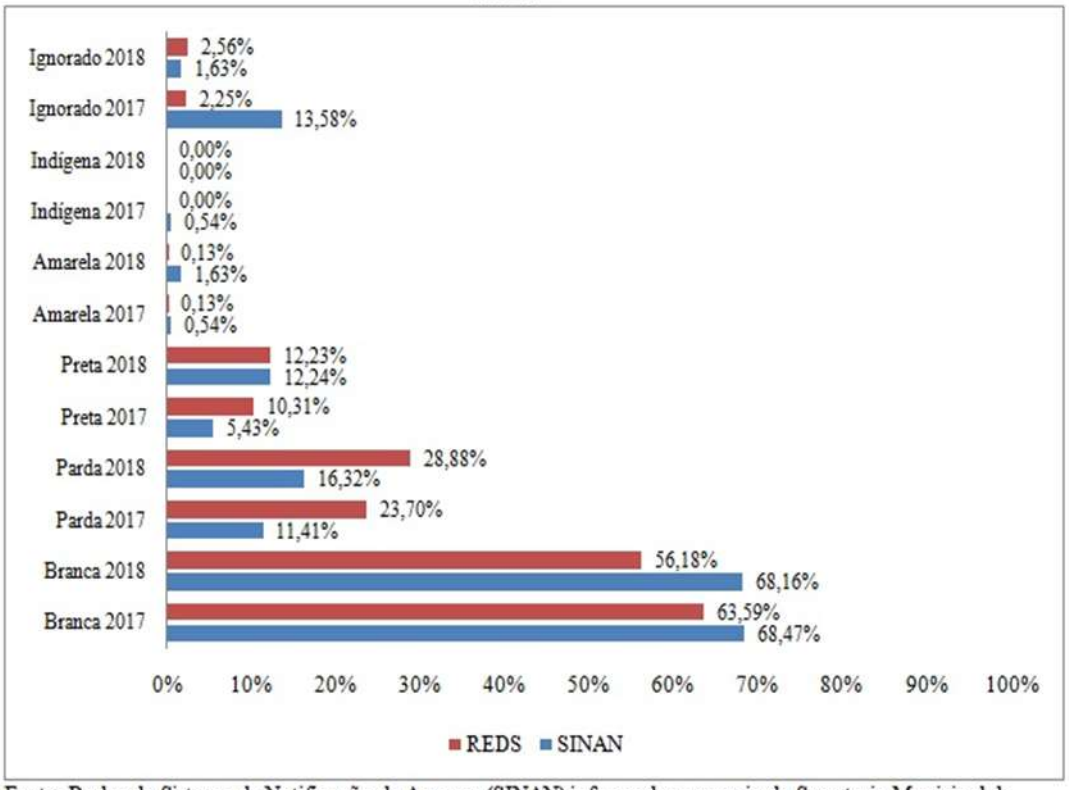
Estes dados demonstram que o nível de escolaridade, o qual também está associado à condição socioeconômica no nosso país (SENKEVICS; CARVALHO, 2020), deve ser levado em consideração na análise da violência contra as mulheres e na formulação das políticas públicas, visto que as mulheres se encontram em graus de vulnerabilidades diferentes, sendo importantes analisar a violência de gênero articulada a outras condições sociais.

Hooks (2017) considera a necessária crítica à universalização da categoria "mulher" e reconhecimento das diferenças da condição feminina sobredeterminadas pela raça e pela classe social. Neste sentido, é necessário não se universalizar a categoria mulher e compreender a maior vulnerabilidade social em que uns sujeitos se encontram em relação a outros, nomeando estas realidades para que sejam pensadas políticas públicas específicas (RIBEIRO, 2017).

Assim, considera-se que um olhar para as mulheres levando em conta as diferenças de raça e classe social, a partir de uma perspectiva interseccional, tem muito a contribuir na consolidação de um olhar amplo do fenômeno, considerando a complexidade das experiênciais humanas (COLLINS; BILGE, 2021).

Neste contexto, apesar de a violência contra as mulheres atingirem a todas, se dão de maneiras distintas, sendo necessário compreender que diferentes aspectos afetam tanto as práticas de violência quanto a maneira como os profissionais lidam com a vítima - resultando muitas vezes em revitimização. Assim, a rede de atendimento às vítimas deve ter um olhar atento para como diferentes marcadores sociais se articulam.

Gráfico 2: Raça das vítimas de violência registradas nos anos de 2017 e 2018 pelo SINAN e REDS



Fonte: Dados do Sistema de Notificação de Agravos (SINAN) informados por meio da Secretaria Municipal de Poços de Caldas (MG); Dados do Registros de Eventos de Defesa Social (REDS) informados por meio da Polícia Militar de Poços de Caldas (MG)

2.4 AGRESSOR E LOCAL DE OCORRÊNCIA

Para análise acerca do agressor, foram utilizados os dados acerca do sexo, utilização de álcool e idade, além do grau de relação deste com a vítima.

Os dados do SINAN demonstram que na maior parte dos casos registrados o agressor foi do sexo masculino (77,2% em 2017, e 74,7% em 2018), sendo identificados agressores do sexo feminino (16,8% em 2017, e 21,2% em 2018), e também houve alguns casos em que ambos os sexos foram identificados como agressores (4,3% dos casos de 2017).

Estes dados demonstram que o fenômeno da violência contra a mulher tem como agressor majoritariamente pessoas do sexo masculino. Neste mesmo sentido, Martins e Nascimento (2017)

indicam que na violência conjugal, relativa a violência praticada entre casais, o homem é o principal agressor devido às relações de poder assimétricas entre homens e mulheres. Segundo Welzer-Lang citado por Saffioti (2015), a sociedade patriarcal associa o gênero masculino ao exercício da força-potência-dominação e virilidade, e o feminino à docilidade, sendo no papel do masculino que a violência se desdobra.

Destaca-se a dificuldade de identificar os registros que fazem parte da violência de gênero, cabendo aos profissionais que realizam a notificação saber avaliar o caso de maneira adequada. Assim, esses dados sofrem influência da possível falta de preparo dos profissionais da rede para a realização da notificação, prejudicando uma análise fidedigna da realidade, demonstrando mais uma vez a necessidade de capacitação.

Já em relação à utilização de álcool pelo agressor, a quantidade de casos em que houve e em que não houve consumo de álcool em 2017 foi a mesma, apresentando uma diminuição do consumo em 2018, que chegou a representar 39,2% dos casos. O quantitativo de casos ignorados nesta seção, assim como em diversas outras, também nos diz sobre a forma em que os registros têm sido efetivados, muitas vezes com informações ausentes.

Existem diversos estudos que relacionam o consumo do álcool e a violência. Day et al (2003) indica que a incidência de violência doméstica tem sido considerada maior em abusadores de substâncias psicoativas, visto que seu consumo desempenha um papel desencadeante de atos violentos pela ação desinibidora da censura. A este respeito, Leonard e Quigley (2016) demonstram que há um impacto do álcool como facilitador da ocorrência e da gravidade da violência por parceiro íntimo. Neste mesmo sentido, Martins e Nascimento (2017), em relação à violência doméstica, indicam não ser possível afirmar uma relação de causalidade unidirecional entre álcool e violência doméstica, mas que a bebida pode estar presente na relação de violência geralmente como um facilitador, presente antes da violência.

Apesar disso, deve-se tomar cuidado com o raciocínio patologizante acerca do agressor, que ignora as hierarquias e as contradições sociais (SAFFIOTI, 2015). Ignorar o papel da estrutura social pode gerar um estudo superficial, marcado por associações simplistas como associação direta entre a utilização do álcool e a violência, e da associação direta da violência com a pobreza. Entretanto, tais aspectos podem potencializar ou desencadear a violência.

Por sua vez, o grau de relação do agressor com a vítima é um dado importante para a compreensão do fenômeno e adoção de medidas de proteção às vítimas (Gráfico 4). Em ambos os órgãos que

indicam essa categoria, os maiores índices foram de agressores que eram cônjuge/companheiro da vítima. Ainda, se somados os casos em que o agressor era ou já tinha sido "parceiro" da vítima – os casos de cônjuge, ex-cônjuge, namorado, ex-namorado - em ambos os órgãos superaram a metade dos casos, representando, em 2018, 56,71% dos casos contidos no SINAN, e 64,71% dos casos contidos no REDS.

Tomando como base os dados relativos ao ano de 2018 contidos no SINAN, apresentaram casos em que o agressor era amigo/conhecido (15,91%), desconhecido (6,93%), mãe (3,67%), pai (3,26%), padrasto (0,81%), filho (3,67%) e irmão (3,67%), além de um caso em que o agressor tinha relação institucional com a vítima. Neste item também houve muitos casos que foram apresentados como "ignorado", ou na categoria "outros" sem que houvesse especificação.

Estes dados corroboram outras pesquisas ao observar que a violência contra as mulheres é diferente da violência interpessoal em geral, havendo maior probabilidade de serem vítimas de membros de suas próprias famílias ou de seus parceiros íntimos, além de culminar na morte da vítima nos casos graves – feminicídio. (DAY et al, 2003)

Heise e Ellsberg (1999) indicam que as formas mais comuns de violência contra as mulheres são os abusos cometidos por parceiros masculinos íntimos, além de abuso sexual, podendo ocorrer em todas as fases da vida. Por sua vez, Campos et al (2017), ao refletirem sobre a chamada cultura do estupro, identificam que os casos de estupros cometidos por familiares são os menos reconhecidos, muitas vezes tornando-se segredos, e as narrativas sobre esses casos produzem confusões, sendo entendidos como derivados de relações de propriedade e afetividade.

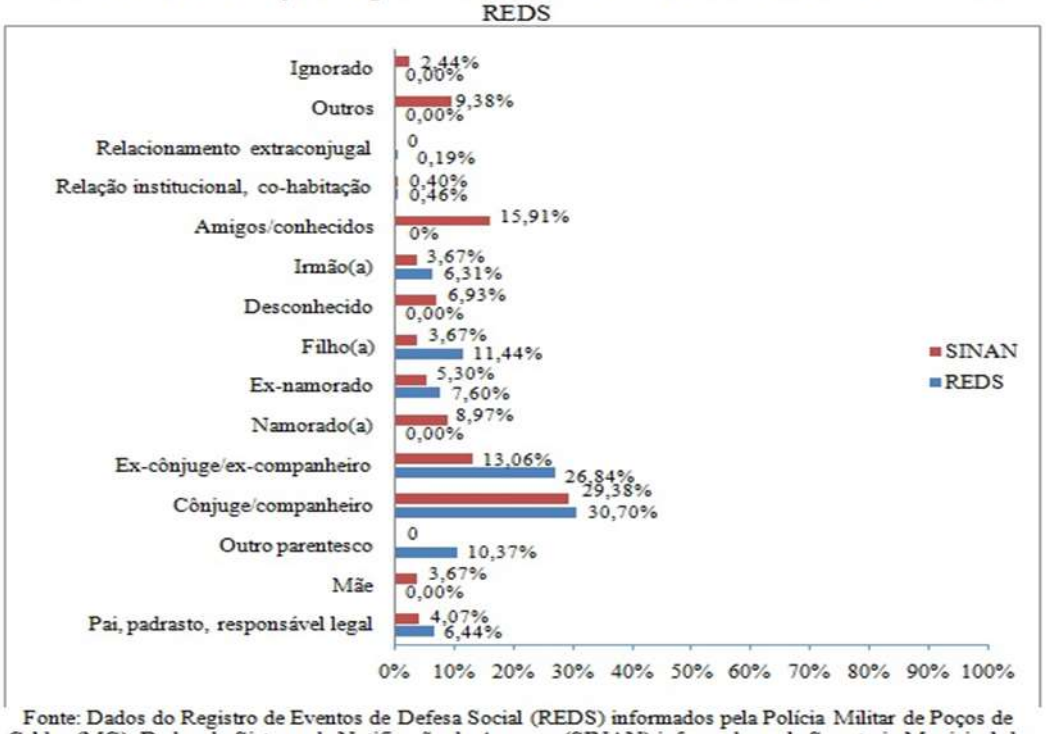
Ainda, é importante considerar a asserção de Safiotti (2015) que infere à violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica, a tenuidade dos limites entre quebra de integridade – física, sexual, emocional e moral, as quais não ocorrem isoladamente – e obrigação da mulher suportar seu destino de gênero. Este destino envolve a sujeição aos homens, sejam pais ou maridos, confundindo-se "agressão" e "direito dos homens sobre as mulheres", fator que já representa em si uma violência. Assim, muitas vezes relações violentas podem não ser identificadas pela vítima, visto a internalização dos papeis de gênero.

Já em relação aos dados de 2018 do REDS, apresentaram casos em que o agressor era filho (11,44%), outro parentesco (10,37%), pais/responsável legal (6,44%), irmão (6,31%). Também houveram casos, em menor grau, em que o agressor vivia em co-habitação (0,46%) e relacionamento extraconjugal (0,19%).

Em relação ao local de ocorrência da agressão, contidos nos dados do SINAN, observa-se a residência como local de maior ocorrência da violência em ambos os anos, representando mais da metade dos casos (67,39% dos casos de 2017, e 68,53% de 2018) – o que dialoga com os dados referente a maior parte dos agressores serem companheiros da vítima. Apesar disso, a via pública também apresentou índices altos (18,47% dos casos de 2017, e 21,63% dos casos de 2018), e também houve registros da ocorrência no comércio (2,44% em 2018), no bar ou similar (2,44% em 2018), na escola (1,63% em 2018), na indústria ou construção (nenhum caso em 2018) e na habitação coletiva (0,4% em 2018). Ainda, tiveram casos que foram "ignorados", ou enquadrados na categoria "outros", sem especificação. Assim, os dados demonstram que a violência contra as mulheres pode ocorrer em diferentes espaços, e que tem sido identificada com maior predominância na própria residência. Tal aspecto nos retmete a Bandeira (2013), que reflete sobre o paradoxo do espaço doméstico e familiar ser considerado um lugar de amor e afeto, ao mesmo tempo apresentar altos índices de violência.

Assim, é possível perceber o lar como uma esfera de poder masculino, o qual se expressa de diferentes formas, desde a desigual divisão de tarefas domésticas, na qual as mulheres são sobrecarregadas e seu trabalho invisível e não remunerado (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020). Acerca do isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19, Vieira, Garcia e Maciel (2020) indicam o aumento da violência doméstica e familiar contra a mulher neste contexto e identificam que no isolamento a manipulação psicológica e o controle das finanças ocorrem com maior facilidade, além da perspectiva da perda de poder masculino servir como gatilho para comportamentos violentos.

Gráfico 4: Grau de relação do agressor com a vítima dados de 2018 contidos no SINAN e REDS



Fonte: Dados do Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) informados pela Polícia Militar de Poços de Caldas (MG); Dados do Sistema de Notificação de Agravos (SINAN) informados pela Secretaria Municipal de Saúde de Poços de Caldas (MG)

2.5 MOTIVAÇÃO

A motivação da violência foi um dado específico contido no SINAN (Gráfico 5). Em relação a este tópico, é importante destacar que mais da metade dos registros continham "não se aplica", "ignorado", ou "outros", limitando nossa análise, representando 55,42% dos casos em 2017, e tendo um aumento do ano seguinte, indo para 77,13%.

Apesar disso, em relação aos casos que apresentam uma motivação, foram registrados, em sua maioria, sexismo (22,28% em 2017, e 11% em 2018) e conflito geracional - relativo a um conflito entre duas gerações, que descreve discrepâncias culturais, sociais ou econômicas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015) (19,56% em 2017 e 8,16% em 2018), aparecendo em um grau menor, situação de rua, deficiência e homofobia.

Tais dados sugerem que sexismo e conflito geracional são as principais motivações das violências contra as mulheres registradas pelo SINAN. Apesar disso, os dados comparados de 2017 e 2018 apresentaram uma queda de um ano a outro, o que deve, entretanto, ser analisado levando em conta o aumento dos casos sem informação da motivação em 2018, que gera mais uma vez a dificuldade na compreensão do fenômeno. Por sua vez, as categorias utilizadas em motivação nos colocam a problemática da forma como a violência contra a mulher é compreendida tanto pelo SINAN, quanto

pelos profissionais responsáveis pelos registros, que não identificaram nenhuma categoria na maior parte dos casos. Assim, cabe questionar os critérios adotados para a identificação da "motivação" do agressor, indicando a importância de pesquisas que analisem a compreensão dos(das) profissionais envolvidos(as) na notificação.

2.6 MEDIDAS DE PROTEÇÃO À VÍTIMA

Nesta categoria são analisados os encaminhamentos, os atendimentos às vítimas no CREAS, e as medidas protetivas realizadas.

Acerca dos encaminhamentos, referente aos dados apresentados no SINAN, tomando como base o ano de 2018, 17 não tiveram nenhum tipo de encaminhamento (6,93%), e em 2017, 12 casos não tiveram encaminhamento (6,52%). Foram encaminhados em sua maioria para a própria rede de saúde, apresentando grande discrepância de um ano ao outro (65,21% em 2017, e 39,59% em 2018), seguido dos encaminhamentos para delegacias: outras delegacias (33,15% em 2017, e 48,57% em 2018) e delegacia da mulher (22,82% dos casos em 2017, e 35,91% em 2018), e um quantitativo significativo de encaminhamento para a assistência social (9,23% em 2017, e 17,55% em 2018). Com registros mais baixos, representando menos de 5%, estiveram os encaminhamentos para a rede de atendimento à mulher, conselho tutelar, ministério público, justiça da infância e da juventude, e defensoria pública. Vale considerar o aspecto relativo ao maior quantitativo de encaminhamentos para outras delegacias que não sejam a delegacia da mulher, e de poucos casos serem encaminhados para a rede de atendimento à mulher e para a assistência social.

Quanto aos atendimentos realizados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFIMulher/CREAS, em 2017 foram atendidas 179 mulheres, e em 2018 foram atendidas 167, havendo uma diminuição dos atendimentos, mesmo todos os dados indicando aumento dos registros de violência.

Em relação às medidas protetivas realizadas pela DEAM, ocorreram 238 em 2017, e 318 em 2018, representando um aumento, o que pode decorrer do aumento dos casos de violência, e/ou pelo aumento das campanhas de denúncia e medidas de proteção. Vale indicar que em todo o Brasil, em 2016, foram concedidas 195.038 medidas protetivas, sendo 22.419 em Minas Gerais (BRASIL, 2018).

É importante ressaltar que a medida protetiva por si só não impede a agressão, e que além das medidas de proteção às mulheres que já vivenciaram violências, é preciso que se efetivem medidas de conscientização e transformação social, para impedir que as violências continuem a ocorrer.

Pasinato (2015) ao analisar a Lei Maria da Penha identifica que algumas falhas na aplicação da lei, - como poucos serviços para o atendimento das mulheres, não responsabilização dos culpados, insuficiente articulação das redes intersetoriais, baixa especialização dos profissionais -, têm dificultado a

> "universalização do acesso à justiça e em direitos para mulheres que terminam, muitas vezes, com um boletim de ocorrência em uma das mãos e uma medida de proteção na outra, sem que, para além desses papéis, existam políticas que deem mais efetividade à sua proteção e condições para que saiam da situação de violência" (PASINATO, 2015, p.535)

Além disso, afirma-se a necessidade de um trabalho conjunto dos diferentes órgãos, pensando a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres, sem que atuem isoladamente. A rede é marcada por uma multiplicidade de serviços e de instituições, sendo compreendida como parte de um processo de construção que visa abarcar a multidimensionalidade e a complexidade da violência contra as mulheres, sendo necessário para uma efetivação do enfrentamento da violência que serviços e instituições atuem de forma articulada e integrada (SPM/PR, 2011). Assim, ressalta-se que as demandas das mulheres vítimas de violência extrapolam o poder de resolutividade de um único setor, sendo necessário um conjunto articulado de ações intersetoriais, envolvendo identificar as necessidades das mulheres, o atendimento e encaminhamento no sentido de contemplar suas demandas (MENEZES et al., 2014).

3 CONCLUSÃO

Inicialmente cabe indicar o apontamento de Araújo (2008) em relação às pesquisas acerca da violência contra a mulher no Brasil. A autora indica reflexões pertinentes quanto à dificuldade de se traçar um perfil real e global do fenômeno, visto a baixa notificação da violência, havendo dificuldades na identificação da incidência da violência e do aumento ou diminuição desta no país. Ainda, indica as dificuldades na comparação de pesquisas, visto as diferentes metodologias adotadas, e o fato de os dados serem sujeitos às condições de registros dos diferentes órgãos, aspectos percebidos na realização deste trabalho.

Contudo, foi possível identificar questões importantes para reflexões acerca das violências contra as mulheres, possibilitando discutir a incidência da violência no município, além do papel dos diferentes órgãos no seu combate, e pretende colaborar com a elaboração, análise e desenvolvimento de políticas públicas. Como aspecto central, identificou-se a necessidade de uma formação profissional especializada, que leve em conta a estrutura social, compreendendo de forma ampla e crítica as bases

que sustentam a ocorrência das violências, e de uma atuação conjunta/articulada entre os diferentes serviços. Assim, indicamos as importantes contribuições que uma visão interseccional ao fenômeno possibilitam, contribuindo para a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas para a superação das violências.

Cabe ressaltar a necessidade de pesquisas que possam analisar os impactos decorrentes da pandemia gerada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença COVID-19, nos índices de violência contra as mulheres e na maneira como ocorrem neste contexto, que podem trazer pistas importantes para uma melhor compreensão do fenômeno. Além disso, consideramos necessárias medidas que levem em conta a conscientização da população quanto à esta realidade e que caminhem no sentido de romper com as estruturas que sustentam as violências, em busca de uma sociedade na qual haja justiça social.

Ademais, a presente pesquisa demonstra dados em sua maioria relativos à incidência da violência doméstica e intrafamiliar, mas indica que são múltiplas as formas de violências enfrentadas pelas mulheres na nossa sociedade. Entretanto, outras formas de violências apresentam ainda mais dificuldades de serem quantificadas por meio de dados de órgãos de proteção, como, por exemplo, relativas aos direitos reprodutivos da mulher, e tantas outras das quais não conseguimos abordar e discutir neste artigo, mas que está presente no cotidiano de muitas mulheres e carregam a marca de uma sociedade na qual historicamente as mulheres foram colocadas em posição de subordinação, que atravessa as diferentes instituições sociais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MINAS. Prevenção à Violência Doméstica é tema de curso da PM. Disponível em: http://agenciaminas.mg.gov.br/noticia/prevencao-a-violencia-domestica-e-tema-de-curso-da-pm . Acesso em 03 out 2020.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. Psicologia para América Latina, México, n.14, out. 2008.

BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo e SESC, 2013, p. 63-78.7

BRASIL. Panorama da violência contra as mulheres no Brasil indicadores nacionais e estaduais. N2. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência. 2018 Disponível em: http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR.pdf . Acesso em 03 out 2020.

CAMPOS, Carmen Hein et al. Cultura do estupro ou cultura antiestupro? Revista direito GV: São Paulo, v. 13, n. 3, p. 981-1006, set./dez., 2017.

CAMPOS, Carmen Hein. Violência doméstica contra mulheres: interconexões com a Lei Maria da Penha. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo e SESC, 2013, p. 80-87.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p.117-133, set./dez. 2003, pp.117-133.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DAY, Vivian Peres. et al. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. Revista Psiquiatria, Rio Grande do Sul, v.25, p.09-21, 2003.

FEDERICI, S. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FONSECA, Denire; RIBEIRO, Cristiane; LEAL, Noêmia. Violência doméstica contra a mulher: realidades e Representações sociais. Psicologia & Sociedade, online, v. 24, n. 2, p.307-314, 2012.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

HEISE, Lori; ELLSBERG, Mary. Ending Violence Against Women. Acabando com a violência contra as mulheres. Population Reports, v. 27, n. 4, 1999, Gale Academic OneFile. [https://www.researchgate.net/publication/306257623_Ending_violence_against_women - acesso 03 out 2020].

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

IBGE. Monografias Municipais. Sudeste/Minas Gerais, Poços de Caldas. 2019. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/monografias/3151800.pdf . Acesso em 03 out 2020

LEONARD, Kenneth; QUIGLEY, Brian. Thirty years of research show alcohol to be a cause of intimate partner violence: Future research needs to identify who to treat and how to treat them. Research Institute on Addictions, University at Buffalo, State University of New York, USA, 2016. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/dar.12434. Acesso em 03 out 2020.

MACHADO, Dinair Ferreira. Et al. Violência contra a mulher: o que acontece quando a Delegacia de Defesa da Mulher está fechada? Ciência & Saúde Coletiva, v.25, n.2, p. 483-464, 2020.

MARQUES, Emanuele Souza; Et al.. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento.Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n.4, p. 01-06, abr. 2020.

MARTINS, Aline Gomes; NASCIMENTO, Adriano Roberto. Violência doméstica, álcool e outros fatores associados: uma análise bibliométrica. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Rio de Janeiro. v.69, n.1, p.107-121. 2017.

MENEZES, Paulo Ricardo de Macedo; entre outros. Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. Saúde e Sociedade, São Paulo. v.23, n.3, p. 778-786, jul-set. 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instrutivo de violência interpessoal e autoprovocada. Brasília. 2015. Disponível em: https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/16/instrutivo-ficha-sinan-5-1--vers--o-final-15-01-2016.pdf . Acesso 03 out 2020.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA. Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres / pesquisa OMV/DataSenado. – Brasília: Senado Federal, 2018. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/conhecer-direitos-e-ter-rede-de-apoio-sao-pontos-de-partida-para-denunciar-agressao-e-interromper-ciclo-de-violencia Acesso em 03 out 2020.

ONU. Violência contra mulheres e meninas é pandemia invisível. 2020 Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/- Acesso 03 out 2020.

PASINATO, Wânia. Oito anos da Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. Estudos Feministas, Florianópolis, v.23, n.2, p. 533-545, maio-ago.2015.

PORTAL SINAN GOVERNO FEDERAL, 2019. [http://portalsinan.saude.gov.br/ - acesso 19 nov 2019].

RIBEIRO, Djamila. O que é: lugar de fala?Belo Horizonte, Letramento, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas - estudos gays: gênero e sexualidades, v.4, n.5, p.17-44, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES/ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SPM/PR). Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em 19 nov 2019.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. Novas e velhas barreiras à escolarização da juventude. Estudos avançados, São Paulo, v.34, n.99, p.333-351, maio/ago, 2020.

VASCONCELOS, Marilena; HOLANDA, Viviane; ALBUQUERQUE, Thaíse. Perfil do agressor e fatores associados à violência contra mulheres. Cogitare Enfermagem. v. 21, n.1, p. 01-10, jan/mar.2016.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? Revista Brasileira de Epidemiologia, Rio de Janeiro, v. 23, p.01-05, abril.2020.

WALKER, Lenore. The battered woman.New York, Harper and Row, 1979.

Capítulo 9

10.37423/250309821

AGEÍSMO NAS ORGANIZAÇÕES: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISA

Cledinaldo Aparecido Dias — *Universidade Federal de Minas Gerais/ Universidade Estadual de Montes Claros*

Ellen Thalita Fernandes Aguiar — *Universidade Estadual de Montes Claros*

Cassia Thais Alves Soares — *Universidade Estadual de Montes Claros*

Nívea Araújo Freitas — *Universidade Estadual de Montes Claros*

Thalita Peres Soares — *Universidade Estadual de Montes Claros*

Edneia Lopes da Silva — *Universidade Estadual de Montes Claros*

Maria Neiva Dias — *Instituto Federal do Norte de Minas Gerais*

Marcos Alves da Rocha — *Universidade Estadual de Montes Claros*

Resumo: O presente artigo apresenta como objetivo identificar a configuração da produção científica brasileira sobre o tema ageismo/etarismo nas organizações publicada entre os anos de 2009 a 2022, com vistas a identificar como as publicações científicas de língua portuguesa têm abordado a temática. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática de literatura utilizando-se da técnica de bibliometria. A busca foi realizada a partir das publicações encontradas nos portais SciELO, SPELL,CAPES, MEC, Google Scholar e anais dos eventos promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Os resultados apresentados permitem pontuar a forte relação dos processos discriminatórios direcionados a esses indivíduos, assim como a falta de práticas e ações das organizações para o desenvolvimento e permanência dos colaboradores pertencentes a essa categoria. E, apesar da relevância do tema, existem poucas produções científicas nacionais focadas na forma como as organizações lidam com a problemática.

Palavras-chave: Ageismo. Bibliometria. Envelhecimento. Organizações. Preconceito.

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional vem se tornando uma tendência cada vez mais forte na população brasileira, uma vez que , a população idosa vem em uma crescente nos últimos anos, apresentando um aumento de 18 % (dezoito por cento) entre os anos de 2012 a 2017 (IBGE 2018). De acordo com o (IPEA 2021) em uma projeção feita considerando o intervalo 2060 - 2100 a estimativa é de que 40% da população brasileira esteja acima dos 65 anos. Dessa forma, surgem os desafios no mercado de trabalho, integrar todos os colaboradores, em um ambiente diversificado, com igualdade, respeito e valorização do trabalhador de maneira justa.

Outro desafio que surge a partir do aumento da expectativa de vida é em relação ao governo, que precisará adotar políticas públicas voltadas, principalmente, ao bem-estar dos colaboradores mais velhos; como também as organizações privadas, com políticas e ações de recursos humanos com o objetivo de reinserir esses colaboradores no mercado de trabalho e também facilitar a inclusão do mesmo no ambiente organizacional a fim de que se sintam confortáveis e possam assim, ser produtivos na determinada função (LIMA; HELAL, 2013).

Com o aumento da expectativa de vida, a tendência é que se tenha cada vez mais pessoas de idade avançada nas organizações e com isso, surgem também os preconceitos, dentro do ambiente organizacional em relação a esses colaboradores. Dessa forma, surge então o termo etarismo que pode ser explicado basicamente como o preconceito contra pessoas idosas. Para Hinashiro e Pereira (2020), o termo etarismo pode ser designado também como: ageísmo, edaísmo ou idadismo, que como já explicado é a discriminação com base em estereótipos associados à idade, porém, mais frequentemente em pessoas mais velhas.

De acordo com Helal e Viana (2021) o problema do envelhecimento se evidencia quando se percebe que, enquanto em países desenvolvidos esse processo se dá de maneira mais lenta, porém gradativa, no Brasil acontece em um nível cada vez mais acelerado em um espaço de tempo cada vez mais curto. Estatísticas brasileiras demonstram um avanço significativo no aumento dos idosos nos últimos 50 anos, uma vez que em 1960 a população brasileira com 60 anos ou mais representava uma média de 3 milhões, este número subiu para cerca de 20 milhões em 2008, um aumento de 700% em menos de 50 anos. (HELAL; VIANA, 2021).

A população idosa brasileira, apresenta dados que afirmam o seu aumento gradativo e considerável nos últimos anos e uma tendência de crescimento ainda maior para os anos seguintes. Sendo assim,

analisar a relação entre o trabalho e o envelhecimento, tendo como base pesquisas já realizadas, é extremamente importante para conhecer alguns fatores que contribuem e que atrapalham o idoso de exercer uma atividade laboral após a sua aposentadoria. (LIBARINO; REIS, 2017).

Dessa forma, com o envelhecimento da classe trabalhadora, surgem debates sobre idade para aposentadoria, capacidade para o trabalho e saúde do trabalhador. Assim, este artigo tem como objetivo demonstrar quais as formas de abordagem do tema, ageismo e etarismo, relacionados ao contexto organizacional encontrados nas produções científicas do país, trazendo desse modo a diferenciação desses conceitos, assim como as implicações teóricas e metodológicas ligadas a essa temática. Aborda ainda questões relativas ao envelhecimento dentro do ambiente das organizações, principais desafios e discussões de estereótipos e preconceitos apresentados diante dessa demanda. Ademais, identifica-se a necessidade de ampliar a discussão acerca do tema, tendo em vista o crescente envelhecimento populacional no Brasil, o que demanda a compreensão de embates e a necessidade de criação de políticas para o atendimento igualitário dessa classe de cidadãos.

Portanto, o artigo buscou responder a seguinte indagação: Qual a configuração da produção científica brasileira sobre o ageismo no contexto organizacional? Para isso, foi definido como objetivo geral identificar a configuração da produção científica brasileira sobre o tema ageismo/etarismo nas organizações publicada entre os anos de 2009 a 2022, com vistas a identificar como as publicações científicas de língua portuguesa têm abordado a temática. Especificamente, buscou-se: identificar como a produção científica brasileira em Administração tem abordado o tema ageismo; analisar o quantitativo de trabalhos científicos encontrados nas plataformas digitais pré selecionadas que discutem sobre a temática; discutir os conceitos de ageismo e etarismo dentro do contexto organizacional; verificar de que forma o tema é visto pelos profissionais de RH, assim como suas implicações nas práticas e modelos de gestão de pessoas; compreender quais os principais problemas encontrados para o debate dos aspectos relacionados ao ageismo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGEISMO E ETARISMO: PERCURSO HISTÓRICO E CONCEITUAÇÃO

Neste trabalho buscamos compreender os conceitos de ageísmo e etarismo, ou seja, a discriminação contra a idade e seus efeitos em pessoas mais velhas. Para isso, utilizamos de autores que discutem o tema, mas é importante frisar que, como os próprios autores destacam, esse ainda é um assunto novo e que requer mais estudos, como pode ser visto nos trabalhos de Helal e Silva, Loth e Silveira, nos

artigos de Mattos, Hinashiro e Pereira. Foram utilizados os principais autores que abordam o estudo, como: Butler, Palmore e Goldani.

Como já dito, o etarismo é o preconceito contra pessoas idosas. No geral, ele se refere a uma forma de discriminar o outro tomando como base estereótipos associados à idade, mas afeta principalmente quem já é mais velho. De acordo com os autores Hinashiro e Pereira (2020), o termo etarismo também recebe outras designações como: ageísmo, edaísmo ou idadismo. No Brasil, o termo não é tão conhecido como é na literatura internacional.

Em conformidade com os autores acima, Couto et.al (p. 510, 2009) esclarece que o termo foi empregado por Butler em 1969, no qual aborda a discriminação ao outro pela idade, termo que Palmore nos anos 2000 definiu como preconceito contra pessoas idosas, considerando como o terceiro "ísmo" ficando atrás do racismo e sexismo.

Corroborando com essa ideia, Hinashiro e Pereira (2020) afirmam, mais uma vez , que o termo etarismo foi apresentado por Butler, que o definiu como o preconceito entre grupos de idade, considerando-o semelhante ao racismo e sexismo. Em seguida, caracterizou o termo como uma forma de discriminação contra pessoas mais velhas, observando três pontos: deteorização da dignidade pessoal, atitudes preconceituosas e práticas discriminatórias contra os idosos.

Vale ressaltar, de acordo com Hinashiro e Pereira (2020), que nem sempre o etarismo está relacionado à idade avançada e/ou com sentido negativo, embora grande parte esteja apontado ao aspecto negativo. Compreeende-se o etarismo como "qualquer preconceito ou discriminação contra ou a favor de um grupo de idade". O estarismo, frisa Palmore (1999), apresenta-se tanto no campo pessoal como institucional, sendo o primeiro insinuado por indivíduos. Já o institucional, está ligado a uma Instituição ou Organização. A imagem negativa direcionada ao trabalhador mais velho, afirma Goldani (2010), é comum no Brasil e torna-se um empecilho para possíveis oportunidades de emprego.

Como já foi dito anteriormente, a palavra etarismo teve sua primeira definição com Butler. Soma-se a isto a visão dos autores Loth e Silveira (2019) acerca desse processo de estereotipação e preconceito contra idosos. "A primeira definição de etarismo vislumbrava um preconceito somente contra os mais velhos, mas que já incorporam dois termos importantes: estereótipos – discriminação".

Podemos observar no dia a dia diversas situações que retratam o preconceito devido a idade. No mercado de trabalho, o ageísmo é identificado desde a dificuldade de encontrar emprego até impedimentos de promoção como é destacado pelos autores Silva e Heleal (2019), afirmando ainda

que “muitas vezes este preconceito ocorre de forma velada e naturalizada”, o que torna o seu impedimento mais difícil.

Segundo Mattos (2021), o preconceito contra idosos é o resultado de como a sociedade enxerga essas pessoas, tendo uma conotação negativa. Um fato importante é que o etarismo, diferente dos outros tipos de discriminação, não é visto como um desrespeito ao direito civil do idoso, dificultando assim sua denúncia e comprovação.

2.2 ESTEREÓTIPOS, PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES

Segundo (Aronson et al, 2002, p, 277) “o termo estereótipo pode ser considerado uma generalização acerca de um grupo de pessoas na qual características idênticas são dadas a praticamente todos os pertencentes àquele grupo, sem levar em consideração as possíveis variações entre eles”.

Voltando- se ao contexto organizacional e às discussões acerca da temática do etarismo e mercado de trabalho, identifica-se a presença da ideia de perda de capacidade produtiva relacionada a esses indivíduos, colocando-os como seres incapazes de realizar determinadas atividades, assim como a ocorrência de diminuição nos índices de desempenho em decorrência do envelhecimento físico apresentado pelos mais idosos. A visão do trabalhador como mais velho é permeada de descrenças sobre sua produtividade e, como ele está mais próximo do final de sua vida produtiva, isso faz com que seja desvalorizado no campo profissional, mesmo que ele tenha diversas habilidades (Silva; Helal, 2019).

Contudo, segundo Alpass e Mortimer (2007), embora exista a evidência de que o corpo perpassa pelo processo de envelhecimento e apresenta debilidades físicas, assim como problemas de saúde, perda de audição, visão e redução da força, as pessoas mais velhas por possuírem maior experiência, selecionam as atividades do seu dia a dia limitando - se àquelas que estão dentro do seu limite físico e delegam as demais para os mais jovens . Desse modo, mesmo com a debilitação provocada pelo tempo, identifica-se nos indivíduos mais velhos maior motivação para o desempenho das atividades, além de forte comprometimento e valores de estabilidade mais delimitados.

Ainda discute a respeito dos aspectos relacionados ao preconceito direcionado a essa classe de pessoas. Para (Aronson et al. , 2002) , preconceito pode ser definido como uma atitude hostil ou negativa direcionado a pessoas de um grupo específico, baseado apenas no pertencimento a esse grupo. Enquanto o estereótipo diz respeito a uma categorização, ou seja, um elemento neutro em termos de julgamento e ação, o preconceito, em contrapartida, parte de um julgamento sobre um

grupo de pessoas e produz uma atividade negativa com relação a ele. Pereira (2014). Além disso, o preconceito pode estar diretamente ligado a um componente que possui relação a uma crença, e essa por sua vez se origina de uma atitude negativa frente a uma pessoa pelo simples fato de fazer parte de um determinado grupo. (Aronson et al. , 2002, p. 277)

Segundo Marie Françoise (2014 apud Katz, 1960), as atitudes baseadas na lógica afetiva estão ligadas a valores pessoais, como as crenças religiosas ou valores morais básicos, desse modo para mudá-los seria necessária a contestação desses valores. No ambiente organizacional em especial, é possível perceber a forte influência desses valores, assim como o desempenho das relações de poder evidenciadas nesses espaços, desenvolvidas pela presença de uma cultura fortemente enraizada. Cultura essa que pode ser conceituada como um "conjunto complexo de tudo o que constitui a vida em comum nos grupos sociais. Também identificada como um agrupamento de modos de pensar, sentir e agir ou quais são compartilhados por um conjunto de pessoas e servem de maneira objetiva e simbólica, passando a integrar pessoas e diferentes coletividades".(Pires; Macedo,2006)

Conforme apresentado por Loth; Silveira (2013) um dos estereótipos mais fortes mantidos no ambiente de trabalho, em relação aos mais velhos, é de que estes possuem um pior desempenho. Identifica-se, desse modo, que a concepção de perda de capacidade apresentada por esses indivíduos, assim como as constituições de cultura dispostas dentro desses espaços, reforça ainda mais o preconceito que é direcionado a essas pessoas, tendo em vista a ideia social de limite de idade para produção, igualmente a pouca flexibilidade das organizações em mudar conceitos e padrões no que se refere a inserção de pessoas idosas no mercado de trabalho

Por fim, convém abordar acerca da concepção de discriminação no ambiente profissional, fato esse que ocorre quando as pessoas são tratadas de forma diferente em decorrência das caracteristicas pessoais que apresentam, como também com relação as desempenho de suas capacidades profissionais, o que pode provocar impactos negativos no acesso ao emprego, promoção ou remuneração. (Barak,2005). Discute-se ainda a percepção de dificuldade de aprendizagem apresentada por esses indivíduos em comparação aos mais jovens, trazendo desse modo a ideia de não adaptabilidade e negação de novos conhecimentos, o que acarreta na diminuição, por exemplo, da oferta de treinamentos e qualificações disponibilizadas para determinadas faixas etárias.

De acordo com Pires e Macedo (2006), a disposição de treinamentos diminui conforme a idade, sendo que os profissionais mais qualificados são os que têm maior probabilidade de aproveitarem esses

treinamentos. Consequentemente, a presença do preconceito etário e discriminação direcionada para a esses grupos acarreta na menor receptividade e criação de desmotivação no ambiente de trabalho.

Conclui-se,portanto, a importância de compreender os processos ligados aos conceitos de discrimnaçao e preconceito associados a concepção de etarismo e ageísmo, bem como a influência desses fatores dentro do ambiente organizacional e seus trabalhadores, para assim poder determinar quais serão as práticas e políticas adotadas por essas instituições.

2.3 ETARISMO NAS ORGANIZAÇÕES: ASPECTOS LEGAIS QUE PERPASSAM A TEMÁTICA

A Organização Mundial de Saúde (2005) aponta que até o ano de 2025, o Brasil ocupará o sexto lugar na classificação de país com o maior número de idosos no mundo. Essa estimativa do processo de envelhecimento dos brasileiros motiva a analisar sobre as necessidades e desafios enfrentados pela terceira idade em diversos aspectos, incluindo a participação no mercado de trabalho.

Conforme Silveira (2014), com o envelhecimento da população, a discriminação no local de trabalho devido à critérios de idade tende a ser predominante nos anos vindouros.

Ainda de acordo com a autora, os exemplos de etarismo encontrados no ambiente de trabalho encontram-se nas práticas e discursos como o maior tempo e dificuldade que os trabalhadores de idade avançada têm de inclusão e com isso perdem posições ao disputar seu espaço no mercado de trabalho por concorrentes de idade inferior. Em muitos casos, as organizações consideram que profissionais mais velhos geram mais custos do que os mais jovens e consequentemente são mais propensos a serem desligados do trabalho.

No entanto, existem legislações que protegem os idosos contra qualquer discriminação, como a Lei n0 10.741, Estatuto do Idoso, criado em 2003, com o objetivo de amparar e garantir os direitos da pessoa idosa, incluindo o trabalho. Em seu Art. 26, assegura que o idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, e, ainda de acordo com o Art.27, é vedado em regra discriminar e fixar critérios de limite de idade na contratação do idoso em qualquer trabalho.

Segundo o Art.7º da Constituição Federal, não podem existir critérios referentes a sexo, cor, estado civil, idade para admissão do profissional. No entanto, mesmo com a proibição, ainda acontecem situações que dificultam a participação de profissionais mais velhos no mercado de trabalho.Também pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), é ilegal qualquer forma de discriminação na divulgação de processos seletivos que haja referência à idade, como também recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa do trabalho em razão da idade.

O trabalho é benéfico e fundamental na vida das pessoas e, quando dificultado para os profissionais maduros, pode gerar impactos psicológicos e sociais na vida dos mesmos. De acordo com Ramos et al (2008, p. 507), os estudos apontam que as pessoas idosas sentem a necessidade de estarem ativas no mercado de trabalho, contudo isso é privado cada vez mais para pessoas dessa faixa etária devido a própria sociedade julgar que devem estar em fase de serem conduzidas para o afastamento das atividades laborais e aposentadoria.

Ainda de acordo com Ramos et al (2008), com os desafios apresentados pelo envelhecimento da população, deve-se levar em consideração a possibilidade do aumento de vida laboral, pois o trabalho também funciona como uma forma de inclusão das pessoas no meio social, que envolve aspectos físicos e psíquicos. Conforme é abordado por Moreira (2000), o trabalho para o idoso pode ser benéfico quando proporciona aumento da qualidade de vida, como também pode ser prejudicial em determinadas condições de trabalho, portanto é fundamental que ele seja desempenhado quando há motivação pessoal.

Nas organizações, os profissionais considerados maduros podem contribuir de maneira positiva, tanto pelo seu conhecimento como pela sua experiência em vida laboral adquirida ao longo dos anos. Assim, com o envelhecimento da população, faz-se necessário considerar que sejam realizadas políticas públicas que propiciem às pessoas maduras condições adequadas de se manter ativo nas instituições. A Lei que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, em seu Art. 28, assegura que o Poder Público deve criar e estimular programas de profissionalização destinados aos idosos para seus potenciais e habilidades, bem como estimular empresas para contratação dos mesmos ao trabalho.

Embora exista a conscientização dentro das organizações e programas de inclusão de pessoas maduras, ainda é possível identificar que há desafios a serem superados para que realmente aconteça a inserção dos mesmos ao mercado de trabalho. Dessa forma, para evitar e atenuar os efeitos do etarismo é necessário incluir a pessoa mais velha em todos os setores da sociedade.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho foi usado como base uma revisão sistemática da literatura brasileira, que apresenta como o objetivo a técnica de bibliometria para contagem e análise das produções científicas sobre o tema proposto. Esta técnica disponibiliza métodos explícitos e sistematizados de busca que auxiliam na síntese da informação desejada, seguindo como base o

processo de pesquisa definido por etapas conforme o planejamento estabelecido. (SAMPAIO; MANCINI, 2007)

O estudo foi realizado sistematicamente por meio de pesquisas por produções científicas, relacionadas ao tema do projeto, nas plataformas Spell (Scientific Periodicals Electronic Library), Periódicos Capes (Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Scielo (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico e Anpad (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração) com as palavras-chaves etarismo, ageismo, envelhecimento e organizações.

As bases foram acessadas entre abril e maio de 2022, e foram considerados válidos os artigos escritos de 2009 até a data de 22 de maio de 2022. Os artigos selecionados apresentaram acesso gratuito e foram liberados pelos autores. A busca pelos artigos foi realizada conforme os filtros eletrônicos disponíveis em cada plataforma, a escolha foi feita através dos artigos que tinham relação com o tema, foram feitas a leitura de cada resumo dos artigos com o título parecidos ao tema e desconsiderados os trabalhos de outras áreas.

Em cada base de dados foram realizadas três pesquisas diferentes de acordo com os temas selecionados sendo eles: “etarismo, ageismo, envelhecimento e organizações”. O objetivo era encontrar os trabalhos elegíveis que abordavam os temas pesquisados. A busca foi feita por filtragem nos indexadores, como busca avançada, assuntos e resumos.

Para os critérios de inclusão foram utilizados os artigos que desenvolveram a pesquisa somente no Brasil, abordando o mesmo tema, como preconceitos contra idosos nas organizações. Foram definidos os critérios de exclusão; artigos com outros idiomas, que apresentavam duplicidade e não tratavam do mesmo assunto. Foram deletados temas tais como; aposentadoria, saúde do idoso, doenças relacionadas ao envelhecimento.

Na plataforma Spell na área “resumo” por tema ageismo foi identificado apenas um artigo na busca simples, sendo o mesmo selecionado, pois atendia os critérios de inclusão. Para a busca por etarismo campo de busca resumo foi verificado apenas dois artigos que, conforme a leitura do título e resumo constatou que os dois trabalhos abordavam o tema. A busca por envelhecimento e organizações na plataforma foi feita por resumo em uma busca avançada, obtiveram os resultados de (17) artigos dos quais apenas (5) foram selecionados por se tratarem do tema proposto. Os demais artigos foram excluídos por discutir outros temas que não abordavam o processo de envelhecimento nas organizações.

O Periódico Capes por meio de uma “busca avançada” apresentou (34) artigos encontrados para ageismo selecionados apenas (2). Para etarismo, (233) resultados e somente

(3) elegíveis, conforme critérios de inclusão por abordar ao tema. Em envelhecimento e organizações obteve (2.328) resultados e aprovados apenas (3) seguindo ao critério de exclusão que apresentaram artigos em outros idiomas, duplicidade e que não tratavam do mesmo assunto.

A plataforma Scielo a busca avançada por ageismo resultou em (11) trabalhos sendo selecionados (4). Para o etarismo não foram encontrados artigos. Na pesquisa por envelhecimento e organizações tiveram (15) artigos, mas apenas (5) se adequaram ao tema deste trabalho. Todas as buscas seguiram o critério de inclusão e exclusão.

O Google Acadêmico foi uma das plataformas utilizadas na busca avançada por artigos sobre os temas, selecionando a opção resumo. Para o descritor, ageismo obteve (18) resultados na busca, desconsiderando artigos que não eram referentes ao tema, apenas (1) artigo foi elegível ao objetivo. Com relação ao termo etarismo foram encontrados (18) artigos e selecionados (2). Já em envelhecimento e organizações apresentou (719) resultados, por meio dos critérios de exclusão foram descartados os que não eram voltados ao tema, sendo que grande parte dos resultados de busca apareceram artigos relacionados à área da saúde, aposentadoria, doenças na velhice, duplicidade de artigos e em outros idiomas.

A pesquisa avançada na plataforma Anpad foi desenvolvida uma busca por todos os trabalhos com as palavras-chaves ageísmo, etarismo, envelhecimento e organizações. Todos os artigos encontrados na busca foram selecionados por se tratarem da temática em estudo. Sendo o descritor ageismo (1) resultado, etarismo (3) e envelhecimento e organizações apenas (2). Cada artigo apresentou os requisitos para a inclusão, pois era proposta similar ao tema desenvolvido neste estudo.

Os temas apresentaram resultados limitados conforme foram aplicando os critérios de inclusão e exclusão, podemos observar que na maioria dos artigos encontrados os temas eram relacionados a saúde do idoso, isolamento social devido a pandemia do Covid-19, aposentadoria, e muitos artigos dirigidos a área da enfermagem e não enquadraram aos requisitos deste projeto, mostrando a carência de trabalhos científicos nessa área, que possa apresentar o preconceito e a dificuldade que os idosos encontram nas organizações conforme vão envelhecendo, já que o mercado de trabalho para essa faixa etária torna se limitado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise do desenvolvimento da produção científica relacionada à temática de ageismo dentro do ambiente organizacional, foi realizado o recorte de análise entre 2009 a 2022, sendo que os anos predominantes em relação ao quantitativo de publicações estão nos anos de 2010, 2020 e 2021, com ápice de 14,91% neste último, conforme a figura 1. Além disso, através da análise é possível perceber que houve uma ausência de produções no ano de 2016 e logo em seguida houve um retorno crescente nos anos que se seguem e que tem continuado em desenvolvimento, exceto no ano de 2019, fato esse que pode ser explicado pela aplicação da construção da nova reforma previdência que provocou uma remodelagem dos processos relacionados a aposentadoria e mercado de trabalho.

Assim como, logo após essa estruturação pode também ter influenciado para a necessidade discussão dessa temática dentro dos territórios organizacionais, levando em consideração que a população idosa no Brasil tenderá ao crescimento, segundo dados do Jornal USP, e com isso urge trazer à tona as questões que influenciam na vida desses indivíduos, em especial para a continuidade da vida profissional.

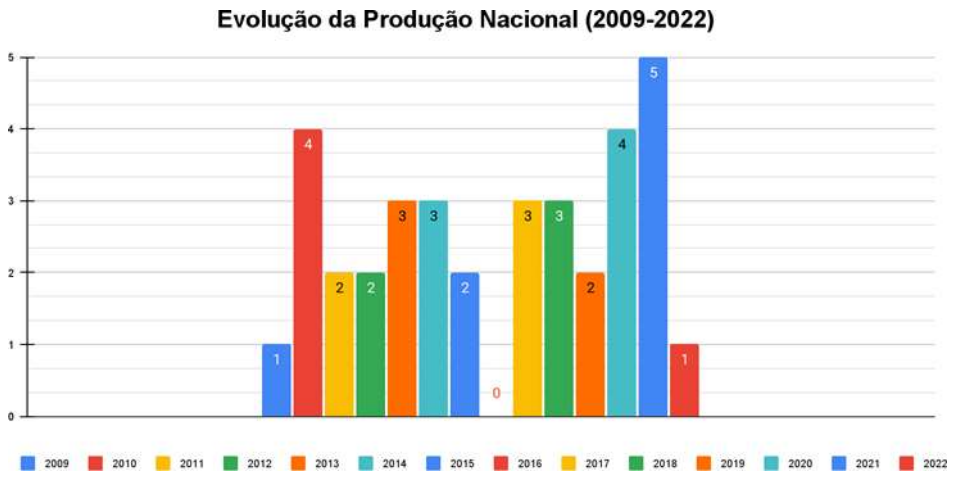


Figura 01 : Evolução da produção nacional sobre a temática (2009-2022) Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

De acordo com a figura 2, é possível perceber a predominância de publicações relativas ao tema relacionadas ao encontro ANPAD com cerca de (11,76%), seguido da Revista Organizações & Sociedade com (8,82%) e pareamente a Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia e Revista Ciências da Administração respectivamente com (5,88%), e as revistas Psicologia, Ciência e Profissões; Psicologia: Teoria e Pesquisa e Psychologia, contando cada uma delas com (2,94%). Assim como, no que tange às principais áreas relacionadas às produções científicas, denota-se predominância dos

periódicos publicados na área de Administração (58,82%), seguido por Saúde Coletiva e Geriatria e Gerontologia (11,76%) e por fim, Psicologia (8,82%).

Diante disso, é possível perceber a crescente preocupação da administração com a temática, visto que apresenta maior frequência de estudos que dizem respeito aos aspectos de ageismo dentro das organizações. O que demonstra o aumento da preocupação de pesquisadores em compreender aspectos que permeiam os fatores de influência dos indivíduos mais idosos no contexto do trabalho, bem como a necessidade de buscar desenvolver ações para a permanência deles no âmbito profissional.

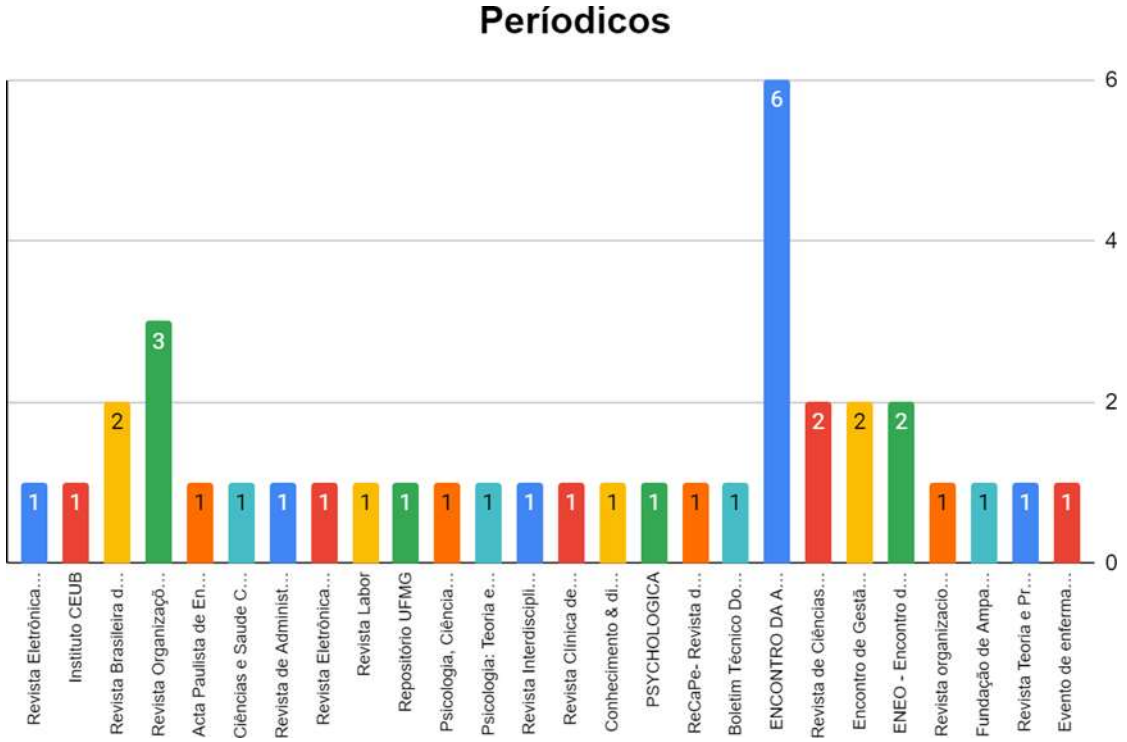


Figura 02 : Periódicos que apresentam artigos sobre o tema.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Com relação às palavras chave utilizadas para a seleção dos artigos, obteve-se o total de 72 termos, dentre os quais os que ocorreram com maior frequência foram respectivamente: Envelhecimento (65,63%), Ageismo e Preconceito (21,88%), Idoso (15,63%), Trabalho (12,50%), Etarismo (9,40%), Estereótipo/Discriminação (9,38%) e por fim Saúde do trabalhador (9,36%). Demonstrando dessa maneira que as principais discussões relativas ao tema estão inseridas na perspectiva do trabalho e os processos de discriminaçõs ocorridos dentro dos espaços profissionais. Esses aspectos são representados através da nuvem de palavras constante na figura 3, onde é possível identificar o destaque nos termos de “Envelhecimento”, “Etarismo”, “Preconceito”,“Ageismo” e “Idade”, sendo

esse último relacionado aos aspectos de preconceito por idade, práticas de gestão da idade, discriminação por idade e terceira idade.



Figura 03 : Nuvem de palavras-chave. Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Os autores mais envolvidos na pesquisa foram: Vanessa Martines Cepellosa destacando com (17,65%), Maria José Tonelli com (11,76%), Guilherme Blauth Loth com (8,82%), Marie Françoise Marguerite, Winandy Martins Pereira e Lucia Helena de Freitas Pinho França respectivamente com (5,88%), e por fim, os demais com 2,94%. Observou-se, portanto, que o interesse nas pesquisas sobre o tema estudado vem aumentando, mas ainda há uma necessidade de mais pesquisadores envolvidos na investigação para maior contribuição na resposta ao problema investigado.

Em relação à vinculação institucional dos autores, estes estão concentrados em maior porcentagem na Fundação Getúlio Vargas com (17,65%), Universidade Presbiteriana Mackenzie-PPGA/Mackenzie com (11,76%), a Universidade Estadual de Campinas e Universidade de São Paulo com (8,82%). Com menor porcentagem encontram-se respectivamente Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Universidade de Lisboa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) com (5,88%), e os demais com (2,94%).

Com base na abordagem metodológica dos artigos estudados, as técnicas adotadas para realização das pesquisas foram classificadas por: Revisão de Literatura (41,18%), Survey e Exploratória-Descritiva, respectivamente com (11,76%), Pesquisa Documental com (8,82%), Estudo de Caso, Exploratória, Bibliometria e Pesquisa Censitária, respectivamente com (5,88%) e História de Vida com (2,94%). A maior frequência refere-se à abordagem de revisão de literatura, conforme figura 4, com 41,18%,

demonstrando que os pesquisadores buscam fazer um levantamento acerca dos problemas enfrentados pelos idosos nas organizações em relação a sua faixa-etária, a fim de desenvolver ações para permanência dos mesmos nas organizações.

Análise Metodológica	Classificação	Frequência
Abordagem Metodológica	Survey	11,76%
	Pesquisa Documental	8,82%
	Estudo de Caso	8,82%
	Exploratória-descritiva	11,76%
	Exploratória	5,88%
	Revisão de Literatura	41,18%
	Bibliometria	5,88%
	Pesquisa Censitária	5,88%
	História de vida	2,94%
Instrumento de Coleta	Questionário	17,65%
	Entrevista	35,29%
	Observação	0,00%
	Documentos	5,88%
	Levantamento Bibliográfico	44,12%
	Base de Dados Relacionais	11,76%
Técnica de Análise de Dados	Estatística Descritiva	11,76%
	Análise Fatorial Exploratória	8,82%
	Análise de Conteúdo	44,12%
	Análise Temática	2,94%
	Análise do Discurso	5,88%
	Análise Documental	17,65%
	Strauss e Corbin	8,82%
	Escala Likert	2,94%

Figura 05 : Análise dos métodos presentes nas publicações.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022)

Quanto aos objetivos delineados para os artigos publicados verifica-se uma variedade de aspectos, entre eles incluem que os (34) artigos analisados foi possível identificar que (7) artigos tratavam dos estereótipos e discriminação do idoso no mercado de trabalho e nas organizações. (3) artigos analisaram o envelhecimento do trabalhador dentro das empresas e descreveram quais eram suas contribuições estando nessa faixa etária. (5) artigos discutiram quais ações os setores de recursos humanos e seus gestores apresentavam para inserir o idoso no trabalho e mercado de trabalho. (6) artigos fizeram a revisão da literatura sobre ageismo e etarismo, enquanto (2) trabalhos discutiram o ageismo nas organizações e (2) sobre etarismo na visão dos gerentes. Enquanto (1) artigo observou os fatores que contribuem para a carreira do idoso dentro das empresas. Tiveram (3) trabalhos voltados para políticas públicas para os idosos. Nos demais trabalhos científicos, (3) foram relacionados ao

processo de envelhecimento e isolamento social, (2) artigos observaram os obstáculos das mulheres no processo do envelhecimento dentro das organizações até a decisão pela aposentadoria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ageísmo nas organizações é um reflexo do processo que a sociedade está enfrentando com o envelhecimento da população e consequentemente da mão de obra. O preconceito que esses trabalhadores mais velhos encaram é um desafio para as empresas, uma vez que eles podem ter dificuldades em se adaptar com as constantes mudanças, por exemplo, tecnológicas e o ritmo acelerado dos outros trabalhadores mais jovens, além de serem vistos como pessoas mais limitadas por parte desses. Por parte das organizações, essas pessoas mais velhas podem ser consideradas as mais propensas a serem demitidas por não adaptação ao que o trabalho exige ou pelo fato de não julgarem interessante investir na capacitação desses trabalhadores. Mas como foi discutido no trabalho, há leis que resguardam os idosos contra preconceitos inclusive no ambiente de trabalho, assegurando a esses empregados o exercício da atividade profissional e não a discriminação, uma vez que a atividade pode impactar positivamente na vida dessas pessoas, por se sentirem ativas e necessárias.

As pesquisas científicas acerca do tema, que constam de 2009 a maio deste ano, demonstram que embora necessário, esse é um assunto ainda pouco abordado, o que pode ser comprovado pelas buscas nas principais plataformas como Spell, Periódico Capes, Scielo e o Google Acadêmico, nos quais os termos estudados ageismo, etarismo e envelhecimento não apareciam na proposta do presente trabalho na área da Administração e sim à saúde e aposentadoria, como já mencionado durante o estudo. A falta de produções acadêmicas pode ser observada fazendo uma breve análise dos anos a partir de 2009, onde foram encontrados mais trabalhos nos anos de 2010, 2020 e 2021, tendo uma ausência em 2016. Em relação às publicações em revistas, podemos perceber que o tema vem ganhando destaque e espaço, sinal que as empresas estão empenhadas em discutir.

Faz-se necessário que sejam desenvolvidos e explorados mais estudos voltados para essa questão no país, para que sejam identificados de que forma podem ser implementadas estratégias que visem combater ao preconceito e obter um padrão de igualdade, como também políticas públicas para assegurar aos idosos condições para conquistarem o seu espaço no mercado de trabalho e com a qualidade de vida de que necessitam.

Durante a pesquisa pelos artigos foi possível verificar que os estudos nessa área ainda são poucos, observando a necessidade de desenvolver trabalhos relacionados ao ageismo e etarismo no contexto organizacional e as discriminações que os idosos passam no trabalho e na sociedade por terem sua capacidade subjugada. Faltam artigos voltados para estratégias que os gestores possam inserir no âmbito organizacional que contribuem para a carreira do idoso.

Para tanto, adverte-se que a gestão de recursos humanos e a sociedade como um todo considere e inclua essas pessoas com mais idade no mercado de trabalho, pois a sua participação os motiva e mantém ativos. Assim, espera-se que esse estudo venha a despertar e contribuir para ampliação de mais pesquisas sobre essa temática, pois o conhecimento é um fator imprescindível para ajudar a atenuar o preconceito com esses indivíduos.

Embora as contribuições auferidas, este trabalho apresenta como limitações o fato do tema ser pouco discutido na área de Administração o que impactou nos resultados visto que foram encontrados materiais repetidos nas diferentes plataformas acessadas. Futuros trabalhos podem voltar-se para a investigação mais aprofundada, uma vez que, o presente estudo não contemplou um número maior de plataformas.

6. REFERÊNCIAS

ALPASS, F. MORTIMER R. Ageing workforces and ageing occupations a discussion paper. Wellington, Massey University, 2007. Disponível em

<https://thehub.swa.govt.nz/assets/documents/Ageing%20workforces%20and%20ageing%20occupations.pdf> Acesso em 15 jun. 2022

ARONSON. Elliot; WILSON Timothy D.; AKERT Robin M. A psicologia social ; tradução Geraldo José de Paiva - 8. ed - Rio de Janeiro: LTC, 2015, Disponível em

<https://www.academia.edu/44396173/Psicologia_Social_2015_Elliot_Aronson_Timothy_D_Wilson_and_Robi n_M_Akert > Acesso em 15 jun. 2022

BARAK, Michálle. E. Mor . Managing Diversity: Toward a globally inclusive workplace. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005. Disponível em

<https://www.researchgate.net/publication/305379153_Managing_Diversity_Toward_a_Globally_Inclusive_Wor kplace> Acesso em 15 jun. 2022

Brasil. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal; 1988

Brasil. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União; 2003.

HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori, PEREIRA, Maria François Marguerite Winandy Martins. O etarismo no local de trabalho: Evidências de práticas de saneamento de trabalhadores mais velhos. RGO - Revista Gestão Organizacional, Chapecó, v. 13, n. 2, p. 188-206, maio/ago. 2020. Universidade Presbiteriana Mackenzie Disponível em

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/58282/o-etarismo-no-local-de-trabalho--evidencias-de-praticas-de--san eamento--de-trabalhadores-mais-velhos/i/pt-br> Acesso em: 15 de jun de 2022.

HELAL, Diogo Henrique, VIANA, Lauro Oliveira. Ageísmo: uma revisão integrativa da literatura em

língua portuguesa. Conhecimento & Diversidade, Niterói, v. 13, n. 29, p. 171 – 191 jan./abr. 2021 . Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade deFortaleza.Disponível :

<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/8115/pdf> Acesso em: 15 de jun de 2022.

Jornal USP. 2018 Em 2030 Brasil terá a quinta população mais idosa do mundo. Disponível em:<https://jornal.usp.br/atualidades/em-2030-brasil-tera-a-quinta-populacao-mais-idosa-do-mundo/> Acesso em 30 jun. 2022

LIBARINO, Ducilene de Souza, REIS, Luciana Araújo dos. Envelhecimento e Trabalho: Uma Revisão Bibliográfica. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, v.6, n. 1, p. 133-146, 2017. Faculdade Independente do Nordeste. Disponível em :

<https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/article/view/1006/630> Acesso em : 15 de jun de 2022.

LIMA, Thales Batista de, HELAL, Diogo Henrique. Trabalho na terceira idade: Uma revisão sistemática da literatura brasileira entre 2008 e 2012. Gestão e sociedade, Belo Horizonte, v. 7, n.2, p. 369-394, set/dez 2013. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em :

<http://www.spell.org.br/documentos/ver/34264/trabalho-na-terceira-idade--uma-revisao-sistematica-da-literatur a-brasileira-entre-2008-e-2012-> Acesso em 15 de jun de 2022.

LOTH Blauth Loth, Guilherme; Silveira, Nereida. Etarismo nas organizações : Um estudo dos estereótipos em trabalhadores envelhecentes. Revista de Ciências da Administração, vol. 16, núm. 39, agosto-, 2014, pp. 65-82

Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil. Disponível em < https://www.redalyc.org/pdf/2735/273531662005.pdf > Acesso em 15 jun. 2022

MOREIRA, Marilda Maria da Silva. Trabalho, qualidade de vida e envelhecimento. 2000. 91 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: < https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4877/2/ve_Marilda_Maria_ENSP_2000> Acesso em 10 mai. 2022

Organização Mundial de Saúde (OMS). Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2005. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>Acesso em Acesso em 10 mai. 2022 PALMORE, EB (1999) Ageism: Negative and Positive. 2ª Edição, Springer, Nova York.

PARADELLA, Rodrigo. Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. ibge.gov.br. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idos os-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017> Acesso em: 15 de jun.2022.

PEREIRA. Maria François Winandy Martins. Um estudo sobre etarismo nas organizações, 2014. Universidade Mackeinzie Disponível em < https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/23452/Marie%20Francoise%20Marguerite%20Winandy%2 0Martins%20Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 15 jun. 2022

Projeções indicam aceleração do envelhecimento dos brasileiros até 2100. ipea.gov.br. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38577> Acesso em: 10 de jun de 2022.

Ramos EL, Souza NVDO, Caldas CP. Qualidade de vida do idoso trabalhador. Rev Enferm UERJ. 2008;16(4):507-11. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0104-3552/2008/v16n4/a507-511.pdf> Acesso em 10 mai. 2022

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Revista brasileira de fisioterapia. São Carlos, v.11, n, 1, p, 83-89, jan/fev 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/abstract/?lang=pt> Acesso em 06 jun. 2022

SILVEIRA.Nereida Salette Paulo da; Etarismo nas organizações, 2014, Universidade Presbiteriana Mackenzie. Revista Psique ciência&vida pag 24-30. Disponível em < https://www.researchgate.net/profile/NereidaSilveira/publication/278962234_Etarismo_nas_organizacoes/links/5 587ee1408ae71f6ba918b8c/Etarismo-nas-organizacoes.pdf> Acesso em 17 jun. 2022

SOUZA. José Calixto de; MACÊDO. Kátia. Barbosa. Cultura organizacional em políticas públicas no Brasil, RAP Rio de Janeiro 40(1):81-105, Jan./Fev. 2006 Disponível em < https://www.scielo.br/j/rap/a/8tWmWPZd8jYbQvDMkzkdcGx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 jun. 2022

WORDCLOUDS. site. Disponível em: https://www.wordclouds.com/ Acesso em: 30 de jun. de 2022.

Capítulo 10

10.37423/250309841

GLOBALIZAÇÃO: DIALOGISMO E CRONOTOPO NOS CAMPOS DA ECONOMIA, EDUCAÇÃO E CULTURA

ANDERSON LUIS VENANCIO — *Faculdade Campos Elíseos*

Talita Carvalho Guiraldelli Venancio — *Faculdade Campos Elíseos*

Marcelo Henrique Bastos — *Universidade de Franca*

Renato Hollanda Silva — *Universidade de Franca*

Lúcia Matias da Silva — *Faculdade Campos Elíseos*

Márcia Donizete Leite Oliveira — *Faculdade Campos Elíseos*

Resumo: Analisar o processo de globalização não é uma tarefa fácil. Isso porque o referido processo é irregular, na medida em que ocorre de formas diferentes em locais diferentes. Apesar do entusiasmo e dos ganhos em termos de acesso a novas tecnologias, serviços e conhecimentos, ficam evidentes as contradições presentes na globalização. Milton Santos, importante geografo brasileiro, ainda na década de 1980, já criticava a globalização "desumanizadora". Bakhtin, ao propor o conceito de Dialogismo, oferece uma nova perspectiva para pensar numa globalização mais rica e realmente humana. Tratar a globalização sobre o viés desses autores na educação básica é uma possibilidade de abranger o tema à diferentes esferas de atividade humana.

Palavras-chave: Globalização, Milton Santos, Bakhtin

INTRODUÇÃO

O século XX testemunhou imensas catástrofes: duas Guerras Mundiais, o desenvolvimento da bomba atômica, o recrudescimento de movimentos de intolerância e xenofobia, pandemias, aumento exponencial da miséria, da fome, da exploração. Ao mesmo tempo, a humanidade avançou de forma significativa em vários campos: novas tecnologias agrícolas, cura ou tratamento para várias doenças, ampliação de espaços democráticos, mais direitos civis, combate ao racismo e outras formas de intolerância, novas percepções artísticas e culturais. É difícil olhar para trás e fazer um balanço qualitativo definitivo sobre o século XX. Todavia, algo que não podemos negar é que novas formas de pensar a sociedade, a política e as relações entre governos e governados foram bastante produtivas e inovadoras.

Dentre essas inovações, acompanhamos a ampliação e desenvolvimento do chamado fenômeno da globalização. Tal fenômeno emergiu no espaço mundial uma transformação na forma como a sociedade contemporânea se comunica. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) proporcionam uma conexão entre diferentes lugares do mundo, permitindo assim a troca de conhecimento e informação em escalas globais e, ao mesmo tempo, choques ou interações culturais em uma velocidade inédita na história humana.

Nesse sentido, a análise e discussão de questões contemporâneas são engendradas pela atuação da globalização, pois em qualquer lugar, no espaço global, nosso cotidiano é reflexo da influência desse processo de homogeneização. Inferimos, então, que as distâncias temporais e geográficas nesse contexto globalizado começam a desaparecer em meio à presença cada vez maior de produtos que são encontrados em qualquer parte do mundo e, também, pelo expressivo e fácil acesso a informações em tempo real em qualquer parte do planeta.

O século XXI é marcado pelo surgimento de novos desafios, novas perspectivas de um mundo global sem fronteiras, onde os ambientes estão imersos em uma rede tecnológica. No ambiente escolar, não poderia ser diferente, a tecnologia está sendo incorporada cada vez mais na prática docente, além disso, é importante ressaltar a importância dos ambientes colaborativos que possibilitam as trocas de ideias, os argumentos e a convivência social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Devido à celeridade do processo de intercâmbio e homogeneização de informações entre diferentes povos, em diversas localidades, a despeito das fronteiras e distâncias geográficas, podemos ver a

expansão do processo, inicialmente de natureza econômica, para o campo da educação e da cultura. Portanto, a globalização não se restringe apenas a um processo de expansão capitalista e aceleração dos fluxos econômicos entre lugares diferentes, mas carrega consigo a ideia de que também os valores morais e sociais tidos como fundamentais na visão do Ocidente possam ser compartilhados e se tornar válidos para todos os povos.

O sintagma "globalização" começa a aparecer ao longo da década de 1980, nos Estados Unidos da América, no campo da economia, principalmente nas escolas de administração de empresas norte-americanas, portanto, num primeiro momento, tratava-se de um conceito particular e restrito à linguagem de administradores e economistas. Inicialmente, buscava-se interpretar o processo de formação de uma economia de âmbito global.

O termo "globalização", hoje, é aplicado em outras dimensões além da econômica, como por exemplo, meio ambiente, educação, tecnologia, comunicação, alimentação, criminalidade, cultura etc. Aliás, pode-se dizer que, na atualidade, excluindo-se certas áreas acadêmicas, o termo passou quase a ser banal, não obstante suas implicações não estejam no raio de preocupações de muitos que o empregam.

Segundo Santos (2015), para explicar a arquitetura da globalização, é necessário considerarmos quatro fatores: a) a unicidade da técnica; b) a convergência dos momentos; c) a cognoscibilidade do planeta; e d) a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada.

Como os fatores citados acima são o cerne da obra de Santos (2015), para que o sistema de técnicas contemporâneas possa ser utilizado de outras formas, ou seja, para entender de que maneira outra globalização possa emergir no lugar dessa globalização perversa, torna-se necessário entender, ainda que de maneira breve, alguns dos seus aspectos constitucionais mais relevantes.

A unidade técnica atual pode ser representada pela técnica da informação, isto é, por meio da internet e dos avanços na área eletrônica, as diversas técnicas podem ser compartilhadas quase instantaneamente e em qualquer lugar. Ao surgir um novo conjunto de técnicas, as existentes, muitas vezes, não desaparecem, pelo contrário, continuam existindo, "mas o novo conjunto de instrumentos passa a ser usado pelos novos atores hegemônicos, enquanto os não hegemônicos continuam utilizando conjuntos menos atuais e menos poderosos" (SANTOS, 2015, p.25). Quando um país não tem condições para mobilizar as mais atuais técnicas, acaba se tornando um ator de menor importância no cenário global:

> Na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença. Isso, aliás, contamina a forma de existência das outras técnicas, mais atrasadas. As técnicas características do nosso tempo, presentes que sejam em um só ponto do território, têm uma influência marcante sobre o resto do país, o que é bem diferente das situações anteriores. [...] A técnica da informação alcança a totalidade de cada país, direta ou indiretamente. Cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros. O princípio de seletividade se dá também como princípio de hierarquia, porque todos os outros lugares são avaliados e devem se referir àqueles dotados das técnicas hegemônicas (SANTOS, 2015, p.25).

Santos (2015) denomina *convergência dos momentos* a possibilidade, seja onde for, de se ter acesso ao que acontece em qualquer lugar do mundo instantaneamente, mas esse acesso não é generalizado porque é intermediado pelas grandes empresas de informação:

> A história é comandada pelos grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e os autores do discurso ideológico. Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excelente e assegura exclusividades, ou, pelo menos, privilégios de uso (SANTOS, 2015, p.28).

Como visto, o período histórico atual dispõe de uma unicidade técnica marcada pela convergência dos momentos, que permite ações igualmente globais. Segundo Santos (2015), durante o imperialismo[1] existiam diversos motores do capitalismo, cada qual com suas especificidades, gerenciavam suas ações seguindo modelos que consideravam mais adequados para cada país. Atualmente, podemos falar de uma mais-valia à escala mundial que atua como um motor único e não mais vários motores do capitalismo atuando independentemente:

> Esse motor único se tornou possível porque nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundializações, uma sustentando e arrastando a outra, impondo-se mutuamente, é também um fato novo. [...] Esse sistema de forças pode levar a pensar que o mundo se encaminha para algo como uma homogeneização, uma vocação a um padrão único, o que seria devido, de um lado, à mundialização da técnica, de outro, à mundialização da mais-valia (SANTOS, 2015, p. 30).

O quarto e último fator que nos auxilia a compreender a estrutura da globalização é a cognoscibilidade do planeta. O atual período histórico nos permite conhecer o planeta Terra de forma extensiva e inédita, pois em nenhum outro período foram oferecidos ao homem recursos que possibilitassem desvendar os mistérios do nosso universo com tanta propriedade e cientificidade.

Para Santos (2015), esse período técnico-científico da história permite ao homem não apenas utilizar o que encontra na natureza, mas, também, criar novos materiais e conceber novos objetos. O autor

exemplifica citando a construção de satélites que possibilitam o registro de imagens detalhadas da Terra, por meio dos quais passamos a conhecer todos os lugares e a observar os astros do sistema solar:

> Com a globalização e por meio da empiricização da universalidade que ela possibilitou, estamos mais perto de construir uma filosofia das técnicas e das ações correlatas, que seja também uma forma de conhecimento concreto do mundo tomado como um todo e das particularidades dos lugares, que incluem condições físicas, naturais ou artificiais e condições políticas. As empresas, na busca da mais-valia desejada, valorizam diferentemente as localizações. Não é qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma. A cognoscibilidade do planeta constitui um dado essencial à operação das empresas e à produção do sistema histórico atual (SANTOS, 2015, p. 33).

A globalização é um fenômeno de múltiplas dimensões: econômica, social, política e cultural. Seu estudo pode ser realizado a partir da articulação dos conceitos que englobam o capitalismo, ou seja, as relações de poder, a organização da produção e as ideologias que são produzidas em escala global.

METODOLOGIA

Pensar a globalização envolve múltiplos aspectos. Milton Santos já pedia uma "outra globalização" mais humana, mais solidaria. Aqui cabe pensar o conceito de Dialogismo presente na obra de Bakhtin**.** Mikhail Mikhailovich Bakhtin nasceu na Rússia em 1895, além de atuar no campo da linguagem, também fez importantes estudos sobre arte e filosofia. Evidentemente, o ambiente revolucionário que tomou conta da Rússia em 1917 influenciou a produção intelectual de Bakhtin. Na década de 1920, junto com Valentin Volóchinov, escreve *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, obra que veio a ser uma das referências de seu pensamento e do Círculo de Bakhtin. Entretanto, na Rússia Stalinista, não houve sinais de que essa ou qualquer outra obra feita pelo filosofo tenha alcançado grande repercussão. Mas, tanto a produção de Bakhtin e do "Círculo" passaram a ser objeto de reflexão no Ocidente a partir da década de 1960. O conceito de dialogismo e de ato responsivo (que será melhor explorado mais adiante) são meios extraordinários para pensar a forma pelas quais um determinado discurso se torna hegemônico dentro de uma sociedade. Nos diz Bakhtin a respeito do dialogismo:

> Não há uma palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do diálogo subsequente, futuro. Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução,

> eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). (BAKHTIN, 2000, p. 414)

A base do dialogismo de Bakhtin está no "pensamento participativo" (SOBRAL, 2008, p. 220), ou seja, na premissa de que o sujeito está em constante formação, num processo que se inicia desde o nascimento e vai se completando no decorrer da vida. As relações em que estabelecemos os diálogos tecidos pelo homem, não são uma via de mão única, ao contrário, ligam-nos com a sociedade a nossa volta. Assim, não existe de forma estanque, o interlocutor e o locutor. Heráclito de Éfeso, importante filosofo pré-socrático, afirmou que "nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio [...], pois na segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tão pouco o homem" (MARCONDES, 2004. P.78). Compreende-se, assim, que o interlocutor também emite e o locutor também recebe. Parafraseando Heráclito, não é possível entrar no rio sem se banhar nas águas e não se transformar.

Encontramos um viés pluralista na maior parte dos autores que se dedicam a refletir sobre o dialogismo. Isso porque, segundo Figueiredo e Moreira, Bakhtin considerou prioritariamente a palavra viva, na prática da comunicação, opondo-se à linguística estruturalista e descritiva do início do século XX. Em Bakhtin, a palavra em uso é responsável por constituir enunciados concretos, é "carregada de valores atribuídos por seus interlocutores, sujeitos posicionados e determinados socio-historicamente; a palavra que traz em si uma carga ideológica; a palavra, cuja significação é determinada pelo contexto de sua enunciação" (FIGUEIREDO, MOREIRA, 2018, P.1083).

Quando assumimos que os sujeitos estão posicionados sócio e historicamente, estamos dizendo que esses sujeitos estão orientados por seu tempo, sua história, suas vivências, seu capital simbólico. Tudo isso não está isolado no indivíduo, mas são valores compartilhados e vivenciados, de diferentes formas, mas sempre presentes. Sem analisar o contexto da produção do discurso, não conseguiremos ter uma visão clara das reais motivações ou inclinações políticas e ideológicas que permeiam a ação humana e a própria globalização.

A questão central que norteia esse trabalho gira em torno da globalização e seus impactos na vida dos indivíduos. Ao longo do texto, procuramos demonstrar a origem do termo globalização e suas implicações. Porém, um breve olhar em direção à humanidade nos deixa claro que a globalização não entregou tudo que havia prometido. As contradições do processo são evidentes e indicam o caráter ideológico e hegemônico da globalização. É nessa medida que vem o resgate do conceito bakhtiniano de dialogismo. Sem a possibilidade de troca, de impor um viés pluralista, tal como formulado no dialogismo, a globalização tende sempre a não cumprir ou realizar suas reais possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo não tem qualquer pretensão em ser uma resposta “definitiva” a todas as questões suscitadas pelas contradições da globalização. Na verdade, o que buscamos é propor, tal como Milton Santos, um olhar mais crítico e humanizador a respeito do tema. Hoje, a GAFAM (acrônimo das maiores empresas que operam a web: Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft) expõe a hegemonia dos EUA na condução da globalização. Buscar introduzir o dialogismo nesse processo, permitirá que nossa visão sobre as questões – muitas de caráter dialético – fique menos turva e pode contribuir para a discussão do tema na educação básica. Essa é nossa expectava.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mundo globalizado. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Tradução de João Ferreira. Brasília: Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

FIAMENGUI, Gustavo. Impactos do projeto São Paulo faz escola no trabalho do professor. 2009. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos. Disponível em: http://biblioteca.unisantos.br:8181/bitstream/tede/153/1/ Gustavo%20Fiamengui.pdf. Acesso em: 30 ago. 2021.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLIVEIRA, Edila Martins da Silva. A abordagem do processo de Globalização na Geografia escolar: percepções de professores e alunos do ensino médio. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Marie-Hélè Tiercelin. Biografia de Milton de Santos, 2011. Disponível em: http://miltonsantos.com.br/site/biografia. Acesso em: 29 jun. 2021.

SENE, Eustáquio de. Globalização e espaço geográfico. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2012.



EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

conhecimentolivre.org/home
contato@conhecimentolivre.org
editoraconhecimentolivre

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS: CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO AS NECESSIDADES SOCIAIS

VOLUME XIX